

Editorial

URGE SAIR DA CRISE

Numa poderosa contra-ofensiva, a classe operária e as massas populares, em aliança com soldados, sargentos e oficiais progressistas, dão resposta às forças contra-revolucionárias e conservadoras, defendem firmemente as liberdades e as outras conquistas da revolução e criam condições favoráveis para superação da crise na base duma política de esquerda com a perspectiva do socialismo.

Entretanto mantem-se a tensão política e militar. Desenvolve-se a conspiração fascista e fascizante. Agudizam-se os conflitos sociais. Não melhora o panorama económico e financeiro. São reais os riscos de uma maior degradação da situação aproveitando às forças reacçãoárias.

A crise continua a ser profunda e perigosa. Tudo deve ser feito para superá-la.

A TENTATIVA DE VIRAGEM À DIREITA

A tentativa de viragem à direita da aliança PS-PPD não pode resolver nenhum dos graves problemas que defrontamos.

Numerosas vezes certos partidos e certos sectores militares procuraram responsabilizar as forças revolucionárias, os militares progressistas e o PCP por todas as dificuldades existentes, incluindo a falta de autoridade e de disciplina. Segundo diziam, acabando com o V Governo, afastando conhecidos revolucionários militares dos órgãos superiores do MFA, diminuindo a intervenção do PCP nos órgãos do poder e no aparelho do Estado, tudo rapidamente seria solucionado.

Final, ao contrário do anunciado e prometido, todos os problemas se estão agravando, incluindo o da falta de autoridade e de disciplina.

Foi grave erro de cálculo de alguns pensarem que uma viragem de 180 graus à direita poderia

(Continua na pág. 2)

VIGILÂNCIA E FIRMEZA NA DEFESA DA REVOLUÇÃO

De Norte a Sul do país, o povo civil e fardado manifesta a sua determinação em fazer avançar o processo revolucionário

A medida que as contradições que têm vindo a caracterizar a última fase do processo político se agudizam; ao mesmo tempo que a reacção se lança desesperadamente na sua grande jogada, recorrendo para isso a todos os meios ao seu alcance, desde a demagogia à intimidação, o movimento popular, as massas trabalhadoras e os militares progressistas avançam decididamente no reforço das suas organizações unitárias, fomentam e desenvolvem a unidade de todos os que estão verdadeiramente interessados no avanço do processo revolucionário. Do Algarve até ao Minho, nas zonas industrializadas como nos campos, amplas massas populares reúnem e organizam-se, lutam pela defesa e avanço da revolução, menos preocupadas com as cores partidárias do que com os interesses comuns, dedicando-se mais à criação de órgãos representativos da vontade popular e preocupando-se menos com estereótipos de discussões políticas, encontrando na resolução de problemas a necessária unidade que aproxima operários e camponeses.

Enquanto o comandante da Região Militar do Norte, brigadeiro Pires Veloso, continua com os saneamentos à esquerda dentro dos quartéis e autoriza o descongelamento de contas bancárias de reconhecidos sabotadores da economia nacional; Jaime Neves recomenda ao general Fábilo que vá «descansar» e afirma estar convencido que «é necessário mesmo um conflito armado»; Mário Soares repete «não haver alternativa à esquerda do VI Governo», que

considera que «é a esquerda revolucionária»; o CDS e o PPD se caracterizam não só pelo seu profundo anticomunismo como por posições abertamente reacçãoárias; enquanto o ELP e o MDLP intensificam a sua acção no Norte e estreitam relações com a FNLA, procurando desesperadamente impedir que o MPLA assumira as suas responsabilidades na dada da independência; enquanto, enfim, todas as peças do jogo político se dispõem no xadrez para disputar uma nova partida decisiva para o avanço ou retrocesso do processo revolucionário português, o movimento popular de massas retoma a iniciativa e toma nas suas próprias mãos a contra-ofensiva, provando com a verdade dos factos que a «estabilização da vida económica, política e social não é possível sem a sua participação e muito menos contra a sua participação».

Enquanto os porta-vozes da reacção falam do povo e em nome do povo para melhor enganarem esse mesmo povo, camadas populares cada vez mais amplas tomam consciência de quem são os exploradores e os explorados e preparam-se para o combate. A sementeira do que tem vindo a suceder nas últimas semanas, as massas populares civis e fardadas assumem posição quanto aos mais graves problemas da vida nacional, quer seja em reuniões de moradores, de trabalhadores, em manifestações unitárias. E de norte a sul do país, numa magnífica manifestação de unidade revolucionária, repetem-se as mesmas palavras de ordem, fazem-se as

mesmas exigências, grita-se bem alto a firme disposição de prosseguir na luta até à vitória final — o socialismo.

AVANÇAR, AVANÇAR — NA ORGANIZAÇÃO POPULAR

«A superação da crise só é possível reforçando e desenvolvendo as organizações populares — Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outros organismos populares — em estreita aliança com soldados e marinheiros, sargentos e oficiais progressistas — o braço armado da Revolução» — afirmava o comunicado com que as Comissões de Moradores do Bom Sucesso e Quinta do Forno chamavam os trabalhadores e a população em geral a participarem numa manifestação de apoio à organização popular da freguesia de Alverca. «Avançar, avançar — na organização popular» foi a resposta incansavelmente repetida pelos milhares de manifestantes.

«Mais militares de esquerda para o Conselho da Revolução», «PPD fora do Governo», «Reacçãoários fora dos quartéis», «Morte ao ELP e a quem o apoiar», «Soldados e Marinheiros sempre, sempre ao lado do povo», «A classe operária está com a Reforma Agrária», foram algumas das palavras de ordem mais frequentemente clamadas pelos manifestantes, e frequentemente intercaladas pelos versos: «Venceremos, venceremos com as armas que temos nas mãos/a batalha da terra e do pão».

No final da manifestação usou a palavra um elemento de uma

(Continua na pág. 4)

QUINTA FEIRA 23 OUT. 19.30h ROSSIO

PELO AVANÇO E REFORÇO DAS ASSEMBLEIAS
POPULARES EM DEFESA DAS CONQUISTAS DA
REVOLUÇÃO

GRANDE MANIFESTAÇÃO UNITÁRIA



A ACTUAL SITUAÇÃO POLÍTICA ANALISADA POR ÁLVARO CUNHAL

A necessidade de dizer um «não» decisivo à viragem à direita; de não pôr em causa a defesa das conquistas da revolução; de lutar pela ordem democrática e pela disciplina revolucionária; de encontrar uma solução para a crise da revolução — foram os temas desenvolvidos pelo camarada Álvaro Cunhal no importante discurso pronunciado em Torres Novas (ler nas páginas centrais).



ATENTADO À BOMBA NO PORTO CONTRA A LIVRARIA «AVANTE!»

Apesar da poderosa ofensiva das massas populares que, de norte a sul do País, se ergue contra a ameaça fascista, a reacção não desarma. O criminoso atentado bombista às instalações da Livraria «Avante!» no Porto é a prova de que os fascistas, apesar das duras e pesadas derrotas que vêm acumulando desde o 25 de Abril, ainda conspiram e atentam contra o processo revolucionário e o seu mais consequente defensor e impulsor: o Partido Comunista Português.

O terrorismo fascista atacou a Livraria «Avante!» do Porto e causou prejuízos na ordem dos vinte contos. Que todos os militantes, simpatizantes e amigos do nosso Partido desenvolvam campanhas de apoio para cobrir os estragos causados. Que as massas populares, operários, camponeses, soldados e marinheiros se mantenham vigilantes! A reacção não passará!



DESMASCAREMOS OS CONTRA- REVOLUCIONÁRIOS

- Sá Carneiro define-se como fascista
- Quem tenta manipular os sindicatos?
- CDS & PPD, irmãos siameses

- A Madeira não é do PPD
- A campanha anticomunista a pretexto da venda de vinho à URSS

(ler nas páginas interiores)

Editorial

URGE SOLUCIONAR A CRISE

(Continuação da pág. 1)

resolver fosse o que fosse. O povo português opõe-se tenazmente a uma tal viragem, e se, alguém, não tendo em conta a vontade do povo, insiste em fazê-la, acabará por fracassar no seu projecto.

Saneamentos à esquerda nas forças armadas, no aparelho civil do Estado, na administração local e em todos os cargos de responsabilidade; colocação de reacção e conservadores em postos de direcção; condenação e revisão destrutiva das nacionalizações e da reforma agrária; medidas administrativas e repressivas para resolver os complexos problemas existentes nos órgãos de comunicação social; namoro à confiança do capital e do imperialismo em vez de confiança no trabalho criador e revolucionário do povo trabalhador; — apenas contribuirão para aprofundar dificuldades, agudizar divergências e conflitos e provocar a exasperação da indignação popular.

A crise da revolução não pode ter solução numa viragem à direita. Uma viragem à direita abriria caminho à reacção e a uma nova ditadura. Não à consolidação e à vitória final da revolução.

A CRISE DO PODER NÃO ESTÁ RESOLVIDA

Como o PCP tem sublinhado, a crise da revolução condensou-se na crise ao nível dos órgãos do poder político (MFA e Governo).

A tentativa de hegemonia dum só tendência militar e da aliança PS-PPD nos órgãos do poder, longe de contribuir para a solução da crise do poder mais a aprofunda e agrava.

Os factos mostram com evidência que as modificações realizadas no poder depois de Tancos e da queda do V Governo Provisório não correspondem à situação real na vida política e nas forças armadas, nem às exigências do prosseguimento do processo revolucionário.

O próprio agravamento das dificuldades objectivas e a queda da capacidade de mobilização do PS e do PPD, em confronto com o espectacular e poderoso ascenso das lutas populares e o súbito deflagrar do potencial revolucionário dos soldados, obrigaram, mais cedo do que alguns pensavam, a reexaminar a situação e a tentar novamente encontrar uma solução para a crise.

É neste contexto que tem de interpretar-se o encontro realizado no dia 21 no Palácio de Belém, por proposta do Presidente da República, entre delegações do Conselho da Revolução (capitão Vasco Lourenço e comandante Contreiras), do PCP (Álvoro Cunhal e Otávio Pato) e do PS (Mário Soares e Manuel Alegre).

Tratou-se de uma ampla troca de impressões acerca da situação política, da crise que se atravessa e das possíveis soluções para ela. Atenta às opiniões das outras delegações, a delegação do PCP expôs naturalmente as conhecidas posições do Partido, designadamente quanto à composição e à política dos órgãos do poder (MFA e Governo). Considera-se positiva a decisão de continuar as conversações em data a anunciar.

A extrema tensão política e militar pode ter desenvolvimentos negativos, estimulando a intensificação do terrorismo da direita e eventuais pequenas aventuras ou provocações de tal ou tal grupo pseudo-revolucionário.

É urgente reconsiderar a estrutura e composição dos órgãos do poder. A reunificação do MFA numa base progressista das suas principais tendências seria um passo de extraordinário relevo para a consolidação e o prosseguimento da revolução.

Partido da reacção, o PPD nada tem a fazer no Governo que tem como uma das suas principais tarefas (definidas na sua própria plataforma) o combate às actividades contra-revolucionárias.

Uma revolução faz-se com revolucionários. A defesa das liberdades faz-se com aqueles que estão dispostos a bater-se pelas liberdades e não com aqueles que querem liquidá-las. O caminho para o socialismo rompe-se com a luta e o trabalho criador da classe operária e das massas trabalhadoras e não sem o povo trabalhador ou contra ele.

O POVO EM LUTA É INVENCÍVEL

O que acaba por decidir da vitória das revoluções é a luta, a determinação, a combatividade e a confiança na própria causa das massas populares guiadas por uma vanguarda revolucionária.

As extraordinárias e vigorosas acções de massas dos últimos tempos confirmam o papel do povo trabalhador na revolução, já hoje capaz de recuar as forças reacção e os elementos direitistas, e capaz de assegurar o rumo para o socialismo da Revolução portuguesa.

É ilusão do infantilismo pseudo-revolucionário pensar que uma vanguarda, sobretudo quando pequena e inorganizada, mas mesmo que experiente e poderosa, pode por si só, sem amplo apoio e intervenção das massas, lutando contra tudo a contra todos, alcançar qualquer êxito durável e conduzir o processo revolucionário. A história das revoluções aí está para mostrar o preço de sacrifícios e de sangue com que se pagam semelhantes erros.

Nunca talvez como no momento actual foi tão necessário para assegurar a vitória da revolução saber definir o inimigo principal e saber distinguir inimigos de aliados, mesmo que estes sejam hesitantes e conjunturais.

Há classes, e camadas sociais objectivamente interessadas na revolução democrática e nas suas reformas económicas e sociais, que, entretanto, sem informação ou envenenadas pela propaganda reacção, disseram não têm consciência. É tarefa de primeira grandeza separar essas classes e camadas sociais das influências políticas reacção e conservadoras e atraí-las à causa da revolução.

A unidade de acção das forças revolucionárias é um factor essencial para o desenvolvimento da acção das massas populares. Mas não devem desprezar-se as alianças com quaisquer partidos, sectores ou elementos, que se mostrem dispostos a lutar unidos pelos objectivos fundamentais da Revolução portuguesa.

As formas de organização popular unitária — Comissões de Trabalhadores e de Moradores, Assembleias Populares etc — a par dos sindicatos e de outras organizações de massas, desempenham já hoje um importante papel na revolução. Atentos e vigilantes em relação ao oportunismo de certos grupos que, a coberto do «apartidarismo», conduzem nessas organizações a mais secretária das políticas partidárias, é necessário alargar, impulsionar, dar cada vez mais vigor a estas formas de organização unitária que, em aliança com os militares revolucionários, constituem uma das principais forças motoras da movimentação de massas.

O povo unido e em luta é invencível. A luta popular conduzirá às modificações necessárias no poder político que assegurem numa base de unidade, o prosseguimento e a vitória da Revolução portuguesa, rumo ao socialismo.

UMA CONSTITUINTE A MARCHAS FORÇADAS

O PPD nada tem a ver com a Revolução. As inequívocas tendências fascizantes que mostra diariamente ficaram bem patentes na discussão sobre o controlo operário

Aproxima-se o dia 5 de Dezembro, data limite para este segundo período de trabalhos da Assembleia Constituinte, e não se vislumbra como poderá esta dar por finda, no prazo estabelecido, a tarefa específica para que foi eleita — elaborar e aprovar a lei fundamental do país, a Constituição.

Não deixa de ser cómico ver como aqueles que com objectivos eleitoralistas conseguiram introduzir no «regimento» a velha prática da Assembleia Nacional fascista do celebrado período de «antes da ordem do dia», se metem agora — também por motivos eleitoralistas — numa desesperada corrida contra-relogio para se chegar rapidamente ao fim.

Entretanto, são de assinalar algumas mudanças no quadro político da Constituinte. Os actos e afirmações do PPD, nomeadamente do seu secretário-geral, Sá Carneiro, caracterizadas por inequívocas tendências fascizantes, estão certamente a fazer reflectir muitos socialistas quanto aos inconvenientes duma comprometedora aliança à direita e a produzir algumas distâncias entre os

deputados do PS e do PPD. Ao mesmo tempo, as últimas discussões e votações, mostram que há uma outra óptica para a defesa dos interesses da revolução e meios concretos para fazer triunfar uma política progressista — a que passa, na Constituinte e fora dela, pela aliança das forças de esquerda e de todos os que estão interessados em defender o processo revolucionário. Isto foi particularmente evidenciado na discussão e votação dos artigos sobre a gestão e o controlo operário.

Contra a frente coligada do PPD e do CDS — a frente da reacção e do grande patronato — que pretendeu anular o papel das Comissões de Trabalhadores no controlo da gestão das empresas — os deputados do PCP, do PS e do MDP conseguiram fazer inserir na Constituição princípios que poderão assegurar, desde que empunhados pelos trabalhadores, o seu necessário controlo sobre o processo produtivo neste período de transição.

Pela segunda vez o deputado do PPD Cunha Leal resolveu, numa

intervenção cheia de veneno anti-comunista, avançar a peregrina tese de que os comunistas não participaram naquilo que o deputado do PPD considera as grandes lutas ou acções armadas contra o fascismo durante os seus quarenta e oito anos de domínio.

OS LAPSOS DO SENHOR CUNHA LEAL

O senhor Cunha Leal ou quer falsear a História ou talvez tenha vivido arredado das coisas da política durante largos anos da sua vida. Ou então tem a memória curta.

As dezenas de marinheiros comunistas que fizeram o 8 de Setembro de 1936 e que a muitos custou a vida e a longa prisão no Campo da Morte Lenta do Tarrafal deviam talvez ser filiados nas hostes do pai do senhor deputado. E os que foram assassinados, como Ferreira Tomé, ou passaram quase vinte anos nas prisões fascistas em consequência da greve insurreccional de 18 de Janeiro,

também não o eram. E tu, camarada Pires Jorge, que foste com outros camaradas deportado para Angola por teres participado no 7 de Fevereiro de 1927, idem, aspas, aspas.

Os camaradas do nosso Partido que deram provas de coragem e valentia durante a revolta da Madeira e que dela conseguiram sair sem ser derrotados, deviam talvez ser membros do futuro PPD briosamente surgido depois do 25 de Abril, não para se integrar nos objectivos revolucionários mas para os combater.

Justamente lhe respondeu Carlos Brito na tribuna da Assembleia Constituinte. Disse o nosso deputado:

«O Partido Comunista sente-se honrado por ter sido alvo do ataque como o que aqui foi referido pelo deputado Cunha Leal, do PPD porque esse ataque partiu de um homem reconhecidamente reacção, reconhecida e profundamente ligado ao capital monopolista como director administrativo da Covina, como director e administrador de outras conhecidas empresas, como um conhecido advogado dos monopólios.

«O que ouvimos não foi o ódio de um homem, foi o ódio de uma classe, foi o ódio dos monopólios à beira da liquidação.

«Este discurso confirma que o PPD é um partido reacção, é um partido que está contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, contra a descolonização, contra o MFA, contra os oficiais revolucionários do MFA, confirma que o PPD e os seus deputados nada têm a ver com o processo revolucionário, nada têm a ver com a nossa Revolução.

«Mas temos também ouvido, através das declarações do secretário-geral do PPD, o dr. Sá Carneiro, que esse secretário-geral do PPD não conseguiu libertar-se do pensamento social-fascista.»

A TAREFA DO DR. CURTO

A Secretaria de Estado do Trabalho merecia a confiança dos trabalhadores. Agora é respeitada pelo patronato. Uma entrevista ao «Tempo» do actual secretário de Estado ajuda a compreender a mudança verificada

No Ministério do Trabalho as coisas vão de mal a pior. Não é essa, entretanto, a opinião do actual secretário de Estado, dr. Marcelo Curto. Em longa entrevista que concedeu ao semanário «Tempo», esse senhor manifesta um grande optimismo.

Em primeiro lugar afirma que «o problema da defesa dos interesses dos metalúrgicos é uma questão que está largamente ultrapassada». Não é essa evidentemente a posição dos trabalhadores metalúrgicos e dos dirigentes da sua Federação. Um dos objectivos do dr. Marcelo Curto é porém, precisamente o de criticar a Federação e os metalúrgicos e discordar dos seus pontos de vista. Está indignado pelo facto de os órgãos de Informação terem afirmado que «o ministro do Trabalho havia cedido». No seu entender essa é uma forma de «manipulação política da questão». O dr. Curto sustenta que o ministro não cedeu coisa alguma e ameaça mesmo recorrer «à via administrativa» como último recurso em certas situações de desacordo. A advertência era supérflua...

«BANDOS»?

No tocante à solução dos problemas dos trabalhadores rurais, o secretário de Estado do Trabalho não consegue também expor com clareza o seu pensamento. Por um lado declara que esses casos estão directamente relacionados com a questão da reforma agrária, dependendo da divisão e expropriação de terras. «Julgamos — diz — que sem isto estar resolvido não podemos estar a determinar neste momento a intervenção do Ministério em relação aos trabalhadores rurais». Mas logo trata de acrescentar que uma parte das ocupações de terras «foram feitas de uma forma pelo menos pouco correcta». O sr. secretário de Estado, atendendo a que «muitos trabalhadores foram durante muitos anos verdadeiramente servos da terra», ainda consegue encontrar atenuantes para essas ocupações realizadas de forma «pouco correcta». Mas há outras ocupações que o deixam indignado. E define-as e condena-as quase com as mesmas palavras que usam os senhores da ALA ou os redactores do «Tempo» ou do «Expresso». O dr. Marcelo Curto insinua muita coisa, produz acusações gratuitas em série, mas não consegue sair do terreno da demagogia. Confessa porém, que não dispõe de «informações objectivas sobre o assunto». Deveria, portanto, estar calado. Mas prefere criticar os trabalhadores. Fala de «objectivos bem definidos que não dizem respeito a razões de prover ao sustento dos camponeses, mas

sim para dar satisfação a determinadas necessidades de certos grupos políticos». O estilo não é novo. O dr. Curto chama «selvagens» às ocupações de terra que desaprova e cola o rótulo de «bandos que se deslocam de terra para terra» aos trabalhadores rurais que, segundo afirma, incitam os seus companheiros a «fazer as ocupações sem que estes tenham a noção no que estão a colaborar».

MUDANÇAS

Por essa pequena amostra pode-se imaginar o nível do político que hoje ocupa a Secretaria de Estado do Trabalho. Por um lado esclarece que nada poderá fazer enquanto a Reforma Agrária não for avançada com a «divisão e expropriação de terras». Mas vai acrescentando que as ocupações ou são feitas de forma «pouco correcta», ou são «selvagens», o que o deixa indignado. Chega-se, portanto, à conclusão de que os trabalhadores rurais do Alentejo não podem contar em qualquer hipótese com a Secretaria de Estado do Trabalho. As coisas são muito simples para o dr. Curto. O problema da defesa dos interesses dos meta-

lúrgicos é uma questão ultrapassada. O problema da defesa dos interesses dos trabalhadores rurais é um problema futuro.

O que o dr. Marcelo Curto não diz é que durante meses a Secretaria de Estado do Trabalho soube cumprir o seu papel. Soube defender os interesses de todos os trabalhadores. Contou sempre com a confiança do operariado industrial e com a confiança dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas. Talvez por isso, o dr. Marcelo Curto está descontente. Certamente por isso, e com a plena concordância do dr. Marcelo Curto, o ministro do Trabalho ordenou a «imediata instauração de processo de sindicância a todos os serviços da Secretaria de Estado do Trabalho». Motivo: «queixas, protestos e manifestações de descontentamento visando a actuação de serviços da Secretaria de Estado do Trabalho». É natural: O patronato nunca apreciou os serviços da Secretaria de Estado do Trabalho durante os governos anteriores ao VI. Agora até a ALA é ali recebida e a palavra dos grandes agrários é atenta e ouvida. A Secretaria de Estado do Trabalho, antes, estava ao serviço das classes trabalhadoras; agora tem à sua frente... o dr. Marcelo Curto.

LIBERDADE... VIGIADA

A partir de sábado, os funcionários das delegações provinciais do Ministério do Trabalho passarão a contar com a presença forçada dos secretários de Estado respectivos ou do ministro ou então com os representantes destas individualidades para o efeito nomeados, durante as reuniões, assembleias ou plenários que pretendam realizar. Relativamente ao edifício da Praça de Londres, em Lisboa, esta medida já se encontra em vigor desde a passada quinta-feira.

Depois disto compreende-se que o grupo de funcionários do Ministério do Trabalho que tornou público este despacho, assinado pelo capitão Tomás Rosa, datado de 13 de Outubro, prefira manter o anonimato.

Portanto, já sabem os funcionários do Ministério do Trabalho que a partir de agora a discussão dos seus problemas passará a contar com a presença de um membro do Governo daquela pasta ou com um representante qualificado, o que vem a dar no mesmo.

A isto, se o momento fosse de humor e não atentassem os mais elementares direitos dos trabalhadores, poder-se-ia chamar socialismo em liberdade... vigiada.

A SITUAÇÃO DA IMPRENSA

A política de informação não pode ser feita nas costas dos trabalhadores. Os actos terão de corresponder às palavras, quando estas são responsáveis, para que a via socialista não seja atacada em seu nome

O Governo «confia» em «adequadas medidas de reestruturação» tendentes a reduzir «ao mínimo o actual suporte financeiro do Estado» em alguns órgãos de Informação, salvaguardando ao mesmo tempo «os legítimos interesses dos trabalhadores». Espera o Governo, por outro lado, «que os órgãos de Informação não deixem sem resposta os seus apelos à austeridade, ao respeito pelas leis e à disciplina revolucionária, que vem sendo da sua constante preocupação». Da resposta ao País a este apelo depende, em definitivo, o êxito da construção de uma sociedade autenticamente socialista. Nestes termos se dirige à opinião pública e aos jornais o Conselho de Ministros em comunicado de 18 do corrente.

O Ministério da Comunicação tenciona, entretanto, «debater com os respectivos trabalhadores ao nível de empresas estatizadas ou em regime de intervenção do Estado» aquelas medidas de reestruturação, a fim de obter, na generalidade, «uma linha de orientação». As medidas apontadas «merecem o acordo de princípio do Conselho de Ministros».

Antes desta tomada de posição do VI Governo vieram a público declarações e factos suficientemente divulgados e conhecidos que, de modo nenhum, estão de acordo com as intenções implícitas ou expressas no comunicado atrás referido. Sobre algumas das razões que assistem aos trabalhadores da Informação, perante esses factos e declarações pronunciam-se os jornalistas em moção aprovada no seu Sindicato, em 16 do

corrente, a qual o Ministério da Comunicação Social pretende, na prática, controlar e manipular o conteúdo dos diversos órgãos de Informação, transformando-os em arautos fiéis (ou forçados) do VI Governo Provisório.

A moção aprovada pela quase totalidade dos jornalistas, que compareceram em número elevado àquela assembleia, lembra, além disso, que «toda a prática do MGS vai no sentido de contestar, combater e procurar aniquilar as conquistas dos jornalistas, trabalhadores da Informação e das classes trabalhadoras portuguesas no campo da sua organização de classe e, nomeadamente, no âmbito do controlo operário da Informação e da defesa de uma informação independente e apartidária mas, fundamental, sempre empenhada na prossecução do processo revolucionário no sentido da democracia popular e do socialismo».

Depois de frisarem que «a acção do actual ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório, dr. Almeida Santos, se tem caracterizado pelo seu cunho reacção e antipopular», os jornalistas afirmam que não se encontram dispostos a aceitar uma orientação direitista no sector da Informação que ponha em causa as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores portugueses em geral e os trabalhadores da Informação (em que se incluem os jornalistas) em particular; que, nomeadamente, não acatam a contestação do direito dos trabalhadores ao controlo revolucionário da Informação e defende-

rao as suas formas de organização a nível de empresa, sindical e parassindical.

Os jornalistas reafirmam, também, que não cederão a pressões e chantagens — económicas ou outras — do MGS e outros órgãos do Poder e denunciaram os processos intimidatórios que o ministro Almeida Santos tem vindo a usar, nomeadamente, a instauração de sucessivos processos judiciais a órgãos de Informação, enquanto outros, como o «Jornal Novo» e «A Luta», continuam a fazer impunemente, as suas provocações às forças progressistas e ao movimento popular de massas.

Manifestam-se ainda os jornalistas contra o «corte dos subsídios a jornais como meio de dividir os seus trabalhadores e de os silenciar». Por outro lado, ao mesmo tempo que denunciavam quaisquer tentativas do MGS de fazer uma política económica de restrições à imprensa estatizada, os jornalistas sindicalizados de várias correntes políticas presentes na assembleia condenaram o que designam por «uso reacção anti-popular e legalista da lei de Imprensa», insurgindo-se contra os processos judiciais já instituídos a diversos jornais, «pomeadamente devido a estes terem divulgado e denunciado ao Povo Português o chamado plano dos coronéis — plano da reacção militar e civil para restaurar o fascismo em Portugal — sem que, todavia, tenha tomado quaisquer medidas quanto à divulgação por parte do Jornal Novo e A Luta dos comunicados alarmistas e provocatórios do PS no dia 1 do

corrente».

Com um «voto de total desconfiança ao actual ministro da Comunicação Social», os jornalistas, embora reconheçam «a necessidade de uma reestruturação do sector de Informação estatizado», repetem «que não estão dispostos a aceitar quaisquer medidas de reestruturação que sejam decididas nas costas dos trabalhadores, exigindo a sua prévia discussão pelos trabalhadores da Informação (tanto os dos órgãos a reestruturar, como os das classes profissionais nessas medidas globalmente interessadas)».

Dentro dos mesmos princípios a defender a todo o custo, os jornalistas também não aceitarão medidas de pretensa reestruturação que pretendam silenciar vozes progressistas ou que ponham em causa o direito ao trabalho, dizendo não aos saneamentos à esquerda e mostrando-se dispostos a defender por todos os meios a orientação progressista dos órgãos de Informação, recusando-se a fazer deles porta-vozes submissos do VI Governo.

É esta a posição dos jornalistas. Deixa-se de prever, juntamente com a manifestação por outros trabalhadores da Informação e de sectores a ela alheios, que a «sociedade autenticamente socialista», de que fala o Conselho de Ministros no seu comunicado de 18 do corrente, é defendida com vigor pelos trabalhadores dos jornais que votaram aquela moção no seu Sindicato. A Imprensa que sempre esteve com a revolução deve poder continuar o seu combate com os meios necessários e o apoio conquistado.

QUEM TENTA MANIPULAR OS SINDICATOS?

Acusavam o PCP de interferir na vida sindical. Afinal são eles próprios que, não recuando perante as mais baixas manobras e recorrendo às mais comprometedoras alianças, se lançam ao assalto dos sindicatos

Um dos principais ataques dos muitos e quase sempre pouco lisos lançados contra a Intersindical e os sindicatos nela filiados foi, e continua a ser, o do *cupulismo*. Com isto queria-se acusar os dirigentes sindicais de tomarem decisões sem consultarem as bases, obedecendo a ordens, claro, do Partido Comunista Português, o qual utilizaria este estratagemas para «tomar conta dos sindicatos» e governá-los à sua maneira.

Isto gritavam os acusadores, ao mesmo tempo que, nomeadamente a partir da discussão pública sobre a unidade sindical, desencadeavam toda uma campanha destinada a dividir os trabalhadores, colocá-los uns contra os outros, fomentar a desunião, na esperança de criarem as condições para então, eles sim, tomarem conta dos sindicatos.

AS «ALIANÇAS SEM VERGONHA»

Sabe-se como, durante os primeiros meses de 1975, a firmeza e a determinação das massas trabalhadoras, com a classe operária à frente, deitaram por terra as pertensões divisionistas e contra-revolucionárias dos inimigos da unidade dos explorados.

Chegou entretanto a altura das eleições sindicais. Os divisionistas viram aí uma excelente ocasião para tentarem conseguir através do eleitoralismo aquilo que lhes fora negado no terreno da luta e nas grandes assembleias e reuniões de trabalhadores.

Enriquecidos pela experiência adquirida com as Eleições para a Assembleia Constituinte, e deitando mão das mesmas táticas oportunistas então largamente utilizadas, iniciaram um vasto plano para dominar «por cima» os sindicatos. E não recuaram perante a utilização da demagogia, da calúnia, da mentira, da provocação, numa série de acções para as quais não lhes foi difícil arranjar aliados prestáveis entusiastas.

Assistimos então ao espectáculo verdadeiramente exemplar, sob o ponto de vista político, que foi a formação de alianças que, mais do que «santas», são autênticas «alianças sem vergonha». E nas campanhas eleitorais começaram a aparecer listas formadas por gentes do PS, MRPP e aparentados, apoiados às claras por reaccionários e mesmo fascistas, tudo com o objectivo de impedir a eleição de dirigentes sindicais — incluindo comunistas e de outros partidos de esquerda, democratas sem partido, etc. — realmente empenhados na defesa dos interesses dos trabalhadores e da revolução socialista.

Acusavam o nosso Partido de querer manipular os sindicatos. Tal acusação, feita recorrendo às velhas táticas anticomunistas já utilizadas pelo fascismo, denegrindo sindicalistas com provas dadas antes e depois do 25 de Abril, apoiando-se em organizações internacionais altamente suspeitas, como a CISL, era apenas o pretexto encontrado pelo seu oportunismo político para virem a ser eles próprios os manipuladores dos trabalhadores e dos seus organismos de classe.

EXEMPLOS SIGNIFICATIVOS

Os casos concretos são já alguns. Um dos últimos exemplos foi-nos dado pela lista A candidata à direcção do Sindicato dos Enfermeiros na Zona Sul que, sem grandes subtilidades, e recorrendo a uma linguagem já hoje comum — o que não deixa de ter o seu significado — ao MRPP e aparentados, ao PPD e mesmo a certos elementos do PS, se afirmou defensora da «unidade antifascista e antisocial fascista e integrada por elementos pertencentes a vários partidos políticos, com excepção do PCP»...

Para se ver até onde chegam estas «alianças sem vergonha», basta revelar o que aconteceu com as eleições para o secretário nacional do Sindicato dos Trabalhadores dos CTT. Foi eleito em Setembro, sob o rótulo sedutor «Por um sindicalismo de base».

Era formado por elementos afectos ao PPD e ao PS. E há dias, a comissão eleitoral veio a verificar que dois dos tais «sindicalistas de base» eram indivíduos com ligações comprovadas a organizações fascistas...

Na sua política sindical sem princípios, posta ao serviço de uma desmesurada ambição de hegemonia, os sociais-democratas concretizaram na prática a estratégia de que falsamente acusavam os sindicalistas que estão com a revolução. Indeferentes aos interesses dos trabalhadores, tentam colocar-se à frente dos sindicatos formando listas lado a lado com reaccionários declarados e aventureiros esquerdistas sem escrúpulos.

Não tiveram sequer pejo de interferir descaradamente na vida sindical. Sabe-se como nas vésperas das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto apareceu um comunicado, encimado pelo emblema do PS, em que se exortava o apoio à lista B, «cujo programa se aproxima das linhas programáticas do PS»... Os operários não deram ouvidos ao apelo e a lista B viria a ser derrotada. Mas o exemplo é esclarecedor: assim actuam os «pluralistas», os defensores da «independência sindical» contra as «manobras partidárias» e a «ingerência do PCP»!

Nos sindicatos de predominância operária a manobra tem, naturalmente sido um fracasso, e tais listas ou são derrotadas ou nem sequer se atrevem a concorrer. Nos sectores onde predomina a pequena burguesia e não obstante, por vezes, a mínima diferença de votos, em alguns casos ela tem resultado, tirando partido das hesitações ainda existentes nesse estrato social.

«ÊXITO» ILUSÓRIO

Os factos, entretanto, têm vindo a demonstrar que certos «êxitos», foram e serão ilusórios. Sociais-democratas, ultras de esquerda e reaccionários uniram-se para poder dominar os sindicatos, mas como cada grupo pretende dominar mais do que os outros — não se entendem. Quando enfrentados com as assembleias de trabalhadores, metem os pés pelas mãos, são postos a ridículo, manifestam a sua incapacidade para defender os interesses daqueles que à viva força pretendem representar.

É que uma coisa são as «maiorias eleitorais», conseguidas recorrendo às falsas promessas, ao agitar dos espantinhos, ao alijamento apenas para ir pôr o voto de elementos indecisos ou mesmo reaccionários, sempre dispostos a votar «contra os comunistas». Outra coisa são «as maiorias revolucionárias», que neste ou naquele sector podem até ser numericamente inferiores, mas que não ficam em casa, estão sempre na primeira linha da luta dos explorados, contra os exploradores na vanguarda dos que querem o avanço da revolução.

Assim se vê que também nos sindicatos os processos eleitoralistas não resultam. Assim se vê quem são realmente os verdadeiros manobreadores, quem são os que, não recuando perante nada, querem a todo o custo pôr as massas trabalhadoras a reboque dos seus exclusivos interesses partidários. Assim se vê quem a favor e quem está contra a revolução rumo ao socialismo.

A classe operária e os restantes trabalhadores, mesmo aqueles que, pela sua origem de classe ou pelo lugar que ocupam no aparelho de produção, ainda existam no caminho a seguir para pôr termo à exploração do homem pelo homem, saberão seguir o exemplo de vanguarda que hoje é dado, entre muitos outros, pelos operários metalúrgicos e pelos trabalhadores rurais do Sul. Saberão construir sindicatos fortes, baseados na ampla e firme unidade de todos os verdadeiros antifascistas, de todos os que, seja de que partido forem, tenham ou não tenham partido, querem realmente o socialismo. Saberão desmascarar as «alianças sem vergonha» entre falsos defensores das classes trabalhadoras e os agentes encapotados do patronato e da exploração capitalista.

GRANDE MANIFESTAÇÃO UNITÁRIA

Com concentração, hoje, às 19 e 30, no Rossio, as massas populares da região de Lisboa irão dar mais uma poderosa resposta às tentativas para impor uma viragem à direita na política portuguesa

A grande manifestação unitária que esta tarde se realiza em Lisboa constitui mais um passo da contra-ofensiva revolucionária das massas trabalhadoras face à investida das forças de direita, empenhadas em paralisarem o processo revolucionário e aniquilarem as conquistas até agora alcançadas pelos trabalhadores.

Investida que surge com maior força logo após a constituição do VI Governo Provisório na medida em que a ponta de lança da reacção — o PPD — assegurou aí uma posição de força, ao mesmo tempo que em certas unidades militares, com o apoio de alguns altos comandos, se procedia sistematicamente ao saneamento dos soldados, sargentos e oficiais empenhados no processo revolucionário.

A nível de aparelho de Estado a mesma manobra está a ser seguida por vezes executada com o mais total descaramento e raro é o dia em que não são anunciadas substituições de pessoas nos seus cargos.

Como o plano da reacção, que certamente pensava executá-lo sem grande oposição e por isso brada constantemente pela disciplina que permitisse realizar os seus intentos, de imediato teve a resposta dos soldados e marinheiros, operários e camponeses, que em acções de massa vieram para a rua dizer não à contra-revolução encapotada sob o rótulo de um falso socialismo.

Do Norte a Sul do País trabalhadores e militares passaram à contra-ofensiva revolucionária. E foram as manifestações dos SUV em Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal e Évora. As greves dos metalúrgicos e dos trabalhadores agrícolas do Alentejo. As lutas dos soldados do CICAP e do RASP. As dezenas e dezenas de manifesta-

ções que por todo o País têm reafirmado a vontade das massas trabalhadoras em continuarem rumo ao socialismo, para que a exploração do homem pelo homem desapareça por completo.

A manifestação unitária convocada pelas Organizações Populares da Zona de Lisboa que hoje se realizará no Rossio, pelas 19.30, milhares de populares representam, pois, mais um passo na luta contra a ofensiva reaccionária e em defesa das conquistas da Revolução.

O APOIO DO PCP

A propósito da manifestação que se realiza esta tarde a DORL do PCP tornou público um comunicado afirmando o seu apoio à iniciativa, salientando que «a surpreendente e injustificada exoneração do Governador Civil de Lisboa, arquitecto Mário Brucelas, assim como a de mais três Governadores Civis, todos eles bem conhecidos pela sua estreita ligação com o processo revolucionário, suscita os maiores apreensões». Trata-se de autênticos saneamentos à esquerda, na sequência de outros já tentados ou concretizados tanto a nível civil como militar, que não podem deixar de provocar — e estão a provocar — o mais vivo descontentamento e indignação populares!

E mais adiante: «Os trabalhadores e o povo português pronunciam-se firmemente contra os saneamentos à esquerda, pela remodelação do Governo e do Conselho da Revolução, pelo afastamento dos elementos de forças contra-revolucionárias dos órgãos do poder.»

Os trabalhadores e o povo português erguem-se em defesa das conquistas democráticas alcançadas, reclamam severas medidas de combate à contra-revolução, manifestam-se firmemente pelo avanço e reconhecimento das Assembleias Populares e outros órgãos de Unidade Popular.»

Por último a DORL do PCP «apela para que a classe operária, os trabalhadores, a juventude, os soldados, marinheiros e oficiais progressistas, todo o povo do distrito de Lisboa participem em força na Grande Manifestação Unitária de hoje, fazendo dela uma grande jornada de unidade e acção popular.»

O comunicado termina com as seguintes palavras de ordem:

*Contra os saneamentos à esquerda!
Política de direita não! Revolucionários para o Conselho da Revolução!
Reaccionários fora dos quartéis!
Pelo avanço da Reforma Agrária!
Nacionalização, controle da produção!
Soldados e marinheiros, sempre sempre ao lado do povo!*

Livrarias Avante!

no Porto
- Rua de Avis, 26
em Lisboa
- Av. Santos Dumont, 57-C

*Pelo avanço e reforço das Assembleias Populares!
Em defesa das conquistas da revolução!*

UM ESCLARECIMENTO DO DR. ZENHA

Recebemos do Ministério das Finanças:

Por determinação superior, e ao abrigo da Lei da Imprensa, solicito a V. E. a publicação no próximo número do «Avante!» do «Comunicado» anexo.

Publicou o jornal «Avante!» na secção «Informação» do seu número de 16 de Outubro um comentário a propósito da pretensão nomeação pelo Conselho de Ministros do Dr. Fernando Olavo para Administrador por parte do Estado na DIALAP.

O Ministério das Finanças não tem mais que esclarecer que a pessoa nomeada para o referido cargo foi o Dr. Carlos Fernando Olavo Correia de Azevedo, não se tratando portanto da pessoa visada no referido comentário.

Acrescenta-se, que a proposta de nomeação do Dr. Carlos de Azevedo foi aprovada pelo Ministro das Finanças do V Governo Provisório e obteve o apoio dos trabalhadores da DIALAP, não tendo portanto este Ministério feito mais do que ratificá-la e dar-lhe andamento para o Conselho de Ministros.

Crê-se ter havido manifesta precipitação do jornal «Avante!» já que não lhe teria sido difícil esclarecer o assunto, quer neste Ministério, quer na própria DIALAP, precipitação difícil de explicar por parte do órgão oficial de um dos Partidos

SÁ CARNEIRO, O FASCISTA QUE SE DEFINE

Nas últimas semanas o PPD perdeu o que lhe restava de vergonha. Na pessoa do seu secretário geral, sr. Sá Carneiro, o PPD encontrou um dirigente cujos métodos e linguagem são os do fascismo

A política de «massas» do PPD apresenta semelhanças cada vez maiores com a política de «massas» das defuntas UN e ANP. O que se critica e se pede nos comícios actuais do PPD lembra estranhamente o que se criticava e pedia nos comícios do tempo de Salazar e Caetano. Ao PPD não falta sequer um «leader» cujo estilo, linguagem, gesticulação e ideias se aproximam, dia a dia, do velho modelo fascista: o sr. Sá Carneiro.

O comício de Braga do PPD não diferiu, assim, muito, pela atmosfera e pelo que nele foi dito, dos comícios anteriormente realizados pelo mesmo partido em Lisboa e Coimbra. Devemos encarar-lo como um passo mais na escalada provocatória de um partido que, dizendo-se social democrata e tendo responsabilidades num Governo publicamente comprometido com a consagração de uma sociedade a caminho do socialismo, manifesta hoje abertamente a sua vocação golpista e fascista.

JÁ NÃO CONSEGUE ESCONDER...

Em Braga, o sr. Sá Carneiro retomou as suas teses favoritas. Principiou por fazer jogos de palavras. Afirmou que quando se aponta para o risco de um golpe de direita se pretende justamente dar um golpe de esquerda. Foi muito pouco original ao pretender virar do avesso a advertência do nosso Partido de que quando a reacção anuncia um golpe de esquerda é porque trama um golpe de direita. O sr. Sá Carneiro tem, pelo visto, má memória. Esqueceu as manobras golpistas que desenvolveu antes e durante a crise Palma Carlos e antes do 28 de Setembro. Bradava então que a «esquerda» pretendia tomar o poder e, para defender a democracia, conspirava com Spínola. Querida o estado de sítio, o desencadeamento da violência contra as massas, uma repressão feroz contra o povo, a guerra civil, se necessário. Esqueceu as vésperas do 11 de Março, as provocações do PPD em Setúbal e no Norte.

Agora fala de boatos. Mostra-se apavorado com o perigo vindo da esquerda. Que perigo, que boatos? Porventura aludia o pequeno caudilho do PPD à «inventona» de meados de Setembro, que cobriu de ridículo os seus promotores? Em matéria de boatos os factos demonstram que o PPD e os seus dirigentes são mestres. Ou não fosse o «Expresso» — seu órgão oficioso — a maior central de boatos existente no sector da Informação.

A maior parte do discurso patético do sr. Sá Carneiro foi, como habitualmente, dedicada a insultar o nosso Partido e a criticar e negar as conquistas revolucionárias dos trabalhadores.

representados no Governo, que aprovou a referida nomeação.

Lisboa, 17 de Outubro de 1975

N.R. — Claro que publicamos o «esclarecimento» do Senhor Ministro das Finanças. Compreendemos até que sendo o Dr. Fernando Olavo Correia de Azevedo um conhecido testa de ferro do grupo Champalimaud, o Senhor Ministro das Finanças tenha a óbvia preocupação de esclarecer tais confusões. Compreendemos, compreendemos. Senhor Ministro.

Entretanto, a «precipitação» do «Avante!» não é o tal, visto que vários órgãos da imprensa diária noticiaram no dia 11 com toda a clareza: o administrador pelo Estado para a DIALAP era o Dr. Fernando Olavo e que sabemos o Senhor Ministro das Finanças não se preocupou em «esclarecer» o lapso.

Bom, não é o Dr. Fernando Olavo mas o seu filho Dr. Carlos Fernando Olavo. Não é pois a mesma pessoa. Para não errarmos nas apreciações que possamos vir a fazer no futuro ao Dr. Fernando Olavo Correia de Azevedo iremos consultar as enciclopédias da Revolução de Abril para conhecer com exactidão os serviços prestados à revolução portuguesa pelo filho do Dr. Fernando Olavo.

Quando à referência à representação do PCP no V Governo Provisório, esclareçamos que nenhum partido estava oficialmente representado nele. Era um governo apartidário.

O sr. Sá Carneiro já não consegue esconder a sua própria aversão à Reforma Agrária e aos trabalhadores alentejanos que tratam de realizá-la. As herdades colectivas, a seus olhos, são um flagelo e mostra-se indignado com a venda de gado das cooperativas. Antes, quando, em manobras de sabotagem, os grandes agrários abatiam vacas e éguas de raça, ficava mudo. Agora, a venda de novilhos e borregos pelos trabalhadores destrói-lhe o sistema nervoso. A venda de centenas de milhares de hectómetros de vinho à União Soviética deixa-o também deprimido. Certamente teria preferido que o vinho ficasse nas adegas, sem compradores, pois nenhum país ocidental está disposto a importar o excesso da produção que o nosso mercado interno não pode absorver. Aliás, o comércio de Portugal com a URSS, segundo o sr. Sá Carneiro, é um desastre, uma calamidade. Tem a esse respeito uma posição comparável à de Salazar, ainda mais rígida do que a de Caetano & Tomás. O déficit de 1974 no comércio com a União Soviética assusta o sr. Sá Carneiro. Deveria ler as declarações do ministro do Comércio Externo que, apesar dos seus preconceitos anticomunistas, acaba de confessar que este ano Portugal terá um saldo positivo nas suas trocas com a URSS, salientando que o desnível inicial na balança comercial resultou da aquisição de petróleo fornecido pela URSS num momento em que o país necessitava urgentemente de combustíveis.

Alguma vez — perguntemos — o sr. Sá Carneiro se mostrou preocupado com os colossais défices da nossa balança comercial com o Irão, o Iraque ou a Arábia Saudita, que nós vendem petróleo, mas nada nos compram praticamente?

Alguns factos demonstram que o PPD não se esqueceu o secretário geral do PPD de dirigir ao PS críticas com sabor de ultimato. O sr. Sá Carneiro apoia a posição dos sectores reaccionários da hierarquia religiosa sobre a «liberdade do ensino». Pretende que as escolas particulares não fiquem sujeitas às leis da República, de modo a que possam ser transformadas em baulartes da reacção. Sonha com escolas iguais às dos tempos do fascismo, quando a juventude era submetida a um regime medieval e a «liberdade de ensino» de que fala era, nos estabelecimentos religiosos, o pretexto para uma completa ausência de liberdades. Como o PS não aceitou os pontos de vista do PPD, o sr. Sá Carneiro acusa-o agora de «complicidade com o PCP e o MDP/CDE».

Vão longe os tempos em que o PPD, silenciosamente, seguia a reboque do partido do dr. Mário Soares. A situação inverteu-se em muitos aspectos. O PPD ocupou o espaço político que o PS lhe abriu com a sua conduta irresponsável. Amanhã, no momento oportuno, atacará também o PS frontalmente, se a relação de forças o permitir. O PS será também um obstáculo à política golpista do sr. Sá Carneiro, na medida em que não é um partido fascista. Foi graças à política conciliadora e capituladora do PS que o PPD ficou no Governo após o 11 de Março. Foi graças à insistência nessa política absurda de alianças que a presença do PPD no VI Governo foi defendida como exigência fundamental pelo PS. Mas agora, decorridas poucas semanas, o PPD abre o seu jogo. Trata já o aliado de cima para baixo. Exige dele plena solidariedade com a política anticomunista do sr. Sá Carneiro e dos seus companheiros. É mais um passo na escalada antidemocrática, desse partido reaccionário. O PPD considera que o dever do PS é associar-se a uma cruzada contra o nosso Partido inspirada nos modelos criados pelo fascismo. O sr. Sá Carneiro berrou em Braga que o PCP é um partido «anti-democrático e anti-português». E acrescentou com o fanatismo e o furor verbal que marcam o seu estilo oratório após as semanas de repouso nas praias aristocráticas de Marbella (frequentadas pelos golpistas do 28 de Setembro): «Devemos afirmá-lo sem ambiguidades, sem equívocos nem oportunismos e é preciso que o PS defina abertamente a sua posição perante aquele partido cujo programa corresponde à traição e à subversão», etc, etc...

Alguns factos demonstram que o PPD não se esqueceu o secretário geral do PPD de dirigir ao PS críticas com sabor de ultimato. O sr. Sá Carneiro apoia a posição dos sectores reaccionários da hierarquia religiosa sobre a «liberdade do ensino». Pretende que as escolas particulares não fiquem sujeitas às leis da República, de modo a que possam ser transformadas em baulartes da reacção. Sonha com escolas iguais às dos tempos do fascismo, quando a juventude era submetida a um regime medieval e a «liberdade de ensino» de que fala era, nos estabelecimentos religiosos, o pretexto para uma completa ausência de liberdades. Como o PS não aceitou os pontos de vista do PPD, o sr. Sá Carneiro acusa-o agora de «complicidade com o PCP e o MDP/CDE».

ABRIR O JOGO

No seu agressivo discurso não se esqueceu o secretário geral do PPD de dirigir ao PS críticas com sabor de ultimato. O sr. Sá Carneiro apoia a posição dos sectores reaccionários da hierarquia religiosa sobre a «liberdade do ensino». Pretende que as escolas particulares não fiquem sujeitas às leis da República, de modo a que possam ser transformadas em baulartes da reacção. Sonha com escolas iguais às dos tempos do fascismo, quando a juventude era submetida a um regime medieval e a «liberdade de ensino» de que fala era, nos estabelecimentos religiosos, o pretexto para uma completa ausência de liberdades. Como o PS não aceitou os pontos de vista do PPD, o sr. Sá Carneiro acusa-o agora de «complicidade com o PCP e o MDP/CDE».

ALIANÇA COMPROMETEDORA

Excepcionalmente, o sr. Sá Carneiro não foi ambíguo. Falou com clareza. Acontece, porém, que no dicionário do PPD as palavras têm um significado oposto ao real. O PCP afirmou sempre bater-se pela Reforma Agrária e pela destruição dos monopólios. Esses dois objectivos fundamentais figuravam no Programa do nosso Partido quando o fascismo foi derru-

bado. Figuram no Programa aprovado em 20 de Outubro do ano passado pelo VII Congresso (extraordinário). Posteriormente, a contribuição do nosso Partido para o avanço da Reforma Agrária foi decisiva. Hoje defendemos a Reforma Agrária contra os assaltos da burguesia e da reacção, contra as manobras fascitoides do PPD. Lutámos, pela nacionalização da banca e dos seguros quando o PPD (e não só) a elas se opunha. Lutámos tenazmente pela nacionalização da CUF, das empresas do grupo Champalimaud, de todos os monopólios.

Quando o MFA tornou pública a Plataforma de Acordo com os Partidos Políticos, os comunistas viram consagrada nesse documento a política anti-monopolista e anti-latifundiária pela qual sempre se bateram com uma coerência exemplar. O PPD assinou uma Plataforma que apontava para um futuro incompatível com as ideias defendidas no Governo pelos seus representantes. Agora renega-a. Defende os monopólios, ataca a reforma agrária.

Os factos demonstram que o PPD é anti-democrático, anti-português, e que desenvolve uma política de traição nacional. Os insultos que nos dirige não podem atingir-nos. Mas ajustam-se como uma luva ao seu comportamento.

O sr. Sá Carneiro pretende ser versado em economia política. Mas quando, depois de exprimir o seu fanatismo anticomunista, se esforça por abordar temas económicos não encontra nada mais criador do que sugerir a aplicação «em melhoramentos públicos» do dinheiro gasto com os jornais nacionalizados. Uma ideia que teria certamente merecido a aprovação dos antigos ministros de Salazar que, incapazes de resolver os grandes problemas nacionais, inauguravam chafarizes e coretos em aldeias onde pontificavam caciques que trocaram com o tempo os emblemas da ANP e da Legião pelo distintivo do PPD.

O sr. Sá Carneiro exprime-se como fascista. Por isso mesmo é importante que o PS responda ao seu ultimato. É urgente que o PS se defina. Em relação ao nosso Partido e a todas as forças que estão com a Revolução. Mas também face ao PPD, ao partido reaccionário do sr. Sá Carneiro. O PS afirma diariamente que está com a Revolução. Não pode estar portanto com um partido dirigido por um fascista. Deveria romper, enquanto é tempo, uma aliança que deixou de ser incómoda, para se tornar comprometedora.

CDS & PPD, irmãos siameses

O CDS agora age como caricatura de partido de massas. Reivindica o Poder, promete casas e papéis dados. É preciso forçar a reacção a baixar a cabeça, derrotar os seus planos golpistas

O CDS não é apenas um partido reaccionário. É o próprio retrato da reacção, é a imagem do saudosismo fascista.

Os seus dirigentes ficaram praticamente mudos durante meses. Quase todos têm um passado sombrio. Comprometeram-se até às orelhas com o fascismo e tinham a noção dos seus telhados de vidro. Enquanto a reacção não levantou a cabeça nos últimos meses, enquanto o MFA permaneceu unido, o CDS pouco mais era do que um partido de fanatismos do passado. A sua gente só se sentia à vontade em certas regiões do Norte onde o 25 de Abril não chegou. Ai os antigos caciques da ex-ANP e da defunta Legião aderiram em massa ao CDS (ou ao PPD) e puderam impunemente continuar a ter um comportamento fascista. Alguns somavam orgulhosamente o emblema do ELP ao do CDS. Ficava tudo em família.

Em Lisboa, em Setúbal, em todo o Sul, o CDS pouco abria o bico. E quando o fazia tomava as maiores cautelas. Contudo as suas sedes tinham a atmosfera de museus.

Agora o panorama é outro. Parecem cursais de grandes empresas monopolistas. De uma semana para a outra o aparelho de propaganda do CDS agigantou-se e tornou-se agressivo. Imita métodos americanos.

Um estranho panfleto periódico intitulado «Folha CDS», passou a aparecer em milhares de caixas de correio. Serve para tudo essa folha

reaccionária. Para revelar, por exemplo, que a presidente do Partido Conservador, senhora Margaret Thatcher (cuja foto sorridente é publicada ao lado do também sorridente prof. Freitas do Amaral, em alegre camaradagem) prometeu ao seu amigo e convidado o auxílio político do «povo inglês» ao povo português «através do CDS». Lembra-nos assim o orgãozinho verde do CDS que o imperialismo britânico, que os «conservadores» britânicos, que o governo britânico, neste momento, trabalhista, que a reacção britânica, continuam solidários com as forças contra-revolucionárias e estão particularmente dispostos a ajudar o CDS. Essa folha policopiada é agora distribuída, também via caixas de correio, com os comunicados do secretário da comissão política do CDS e as notas do seu serviço de imprensa.

Esse dinamismo agitado do CDS coincide com a campanha de «massas» em que o partido do prof. Freitas do Amaral se lançou em amplas zonas do País. O CDS, com a crista levantada, reivindicava agora, nada mais nada menos, do que o PODER! A alternativa para a actual situação política «tem um nome: CDS!» — gritou no Estádio das Antas o chefe do pequeno partido fascista legal. O CDS já elaborou um plano de Governo. Festa a sua vitória nas futuras «eleições». Promete aos trabalhadores um mundo mágico: dinheiro à farta, casa própria, papéis de

crédito e aquilo a que chama um «Estado servo». Isso num comício em que um coro alinado berrava «Portugal será belo com Galvão de Melo». «Apoio a Veloso, comandante corajoso», e «CDS o governo que o povo merece». E outros do mesmo estilo. Tudo isso saudado com o entusiástico aplauso de uma compacta hoste de filiados do PPD que, agitando bandeiras, foram levar a calorosa solidariedade do partido do sr. Sá Carneiro ao partido do prof. Freitas do Amaral.

A reacção está unida, como se verifica. Os trabalhadores sabem o que dela podem esperar. Sabem que é preciso enfrentá-la, que é preciso pô-la fora de combate. O CDS e o PPD não confessam ainda publicamente, ao nível das suas direcções, uma aliança que já é real ao nível das iniciativas políticas que envolvem a mobilização de quadros e militantes. O CDS e o PPD são braços do mesmo corpo. São organizações contra-revolucionárias, que trabalham para a volta do fascismo para a guerra civil.

A cómica «indignação» dos dirigentes do PPD contra os filiados do seu partido que às centenas compareceram no comício do seu irmão siamês — o CDS — seria comovedora se não tivéssemos ouvido antes as afirmações prof-fascistas do sr. Sá Carneiro, as mesmas, com palavras diferentes, proferidas pelo sr. Galvão de Melo no Estádio das Antas.

O POVO CIVIL E FARDADO NA DEFESA DA REVOLUÇÃO

Nas horas difíceis que a revolução atravessa, quando a reacção joga todos os seus trunfos para impedir a marcha para o socialismo, o movimento popular de massas aliado com os militares progressistas toma nas mãos a defesa do processo revolucionário

(Continuação da pág. 1)

das comissões de moradores promotoras, que se referiu à organização popular afirmando que «passa pela criação de estruturas e meios adequados ao exercício da vontade popular. Pela procura de forças orgânicas que não de garantam o controlo da administração local».

A terminar a sua intervenção propôs que «avancemos unidos para a organização popular, condição essencial para a defesa e o avanço da Revolução»; «a criação de um amplo movimento de massas, para que seja criada a organização popular do nosso concelho e Assembleia Popular»; a preparação, por parte das comissões de trabalhadores «de uma resposta conjunta e unitária dos trabalhadores a todas as questões que lhes dizem directamente respeito».

«A classe operária — afirmou — e o povo já se decidiram avançar pelo socialismo. Não podemos permitir que a reacção interna e internacional se oponha à construção do socialismo, pois esta é a vontade do povo português.»

A necessidade de criar estruturas de Poder Popular faz-se sentir por todo o lado. Assim, também em Alhandra e Vila Franca de Xira se realizaram manifestações de apoio às Assembleias Populares, «pelo saneamento dos quartéis, pela união do povo com os soldados e marinheiros, pela democracia revolucionária dentro dos quartéis».

Na manifestação de Vila Franca de Xira, em que participaram numerosos alunos da Escola de Marinheiros, foi salientada a necessidade da aliança estreita entre o «povo fardado» e o «povo de ganga» para levar em frente a ofensiva popular, tendo um sargento afirmado estar a classe a que pertence «inteiramente solidária com as conquistas alcançadas pelo povo trabalhador e que tudo fará para levar por diante a unidade dos soldados, marinheiros, operários, camponeses e oficiais progressistas, unidade indispensável para conquistarmos o Poder Popular».

Entretanto, em Alpiarça, convocado pela Assembleia Popular local, realizou-se no dia 18 mais um plenário da população, em que participaram mais de 500 pessoas. Foram aprovadas várias moções, de que destacamos o apoio dado à luta dos militares progressistas e às suas organizações, incluindo as Comissões de Soldados e o SUV, apoio à luta dos militares do CICAP e RASP; bem como a constituição, no mais curto espaço de tempo possível, de um Conselho Municipal e de uma Assembleia Popular Concelhia.

Foram ainda aprovadas, entre outras, tratando de problemas de interesse local, duas moções que propõem a realização em breve de um Encontro Local do Poder Popular e de um Encontro Distrital do Poder Popular.

DESENVOLVE-SE O MOVIMENTO POPULAR NO NORTE

Uma verdadeira contra-ofensiva na base das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores, do Conselho Municipal, assim como nas fileiras das Forças Armadas, demonstra claramente o espírito revolucionário pene-

tra profundamente no seio das massas populares da zona do Porto.

Disso são prova evidente as grandes manifestações com dezenas de milhares de pessoas, entre as quais milhares de soldados e oficiais progressistas, realizadas no Porto.

A formação dos sindicatos dos Assalariados Rurais do Porto e de Braga, a organização progressiva dos rendeiros, com vista a fazerem aplicar a lei do arrendamento e a luta travada pelos pequenos e médios produtores do vinho do Porto contra as manobras dos latifundiários, são uma parte da luta que está a ser desenvolvida na

desta vez com a presença, para além de numerosas Comissões de Moradores, com Comissões de Trabalhadores, Comissões Sindicais, Sindicatos, etc., e tendo em conta o importante papel das organizações populares na defesa da revolução portuguesa, assim como as necessidades das organizações populares alargarem a sua cooperação e unidade na luta pelos seus objectivos comuns, a defesa dos interesses dos trabalhadores, sendo organizações que gozam de um grande prestígio junto das populações e que já demonstraram a sua grande capacidade de iniciativa e a sua liga-

putares presentes que, em coro, repetiram os slogans habituais: «Soldados sempre, sempre ao lado do povo»; «Reaccionários fora dos quartéis, já»; «Operários, camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos».

Assobios e vaias ouviam-se sempre que o nome do Brigadeiro Pires Veloso era pronunciado, aprovando-se mesmo duas moções em que se denuncia o comportamento do actual comandante da RMN.

Assim, uma das moções aprovadas refere-se às sanções de que os soldados que participaram na luta do RASP estão a ser alvo nas suas unidades, contrariando todos os acordos anteriormente feitos com o General Fábila, exigindo por isso o rigoroso cumprimento das decisões tomadas e a consequente reintegração dos militares saneados nas respectivas unidades.

Exige-se ainda, para além da institucionalização do Conselho Municipal, o afastamento do Brigadeiro Pires Veloso e dos comandos de várias unidades do Norte que se têm distinguido pelas suas posições reaccionárias.

A outra moção, de teor mais ou menos idêntico, refere-se a um caso concreto de saneamento no RCPQE e termina dizendo: «Quem tem de ir de licença registrada é o Brigadeiro Veloso e nunca mais voltar a ser chamado.»

A música de combate, as canções que dia a dia já se ouvem nos campos e nas fábricas, encheram aquela tarde de sábado. Ao mesmo tempo, no Estádio das Antas fazia-se a contra-revolução. Venceremos, foi a resposta gritada em coro pelos presentes que, em pé, encerraram a festa cantando a Internacional.

Entretanto, a situação militar, ainda por resolver, mantém nas massas o seu espírito de luta, atitude esta também reflectida na recente conferência de imprensa dos SUV's do Porto.

CONTRA O ENCERRAMENTO DA CAMPANHA «MAIO-NORDESTE»

Recentemente, na Bouça, as comissões de aldeia da parte norte do concelho de Mirandela reuniram-se para apreciar o momento político-militar, debruçando-se com especial incidência para a iminência de ver terminada a Campanha Maio-Nordeste, que, desde à sete meses, desenvolve importante tra-

balho de dinamização em todo o distrito de Bragança, concretizado em diversos melhoramentos, tais como o abastecimento de água, electrificação e caminhos.

Numa moção aprovada no decorrer da reunião, as comissões de aldeia ali presentes — de Bouça, Vale de Salgueiro, Vilar de Ouro, Vale de Gouvinhas, Guide, Paduafreixo, Ferradosa, Ribeirinha, Golfeiras, Quintas, Vale de Maior, Vale Bom Pitiez, Ervideira e Soutilha — salientam que têm sido os órgãos de poder popular, eleitos pelo próprio povo, que têm vindo a beneficiar as aldeias, com a ajuda dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas, e que, perante a ameaça de ver terminada a campanha, o povo de Mirandela pergunta se afinal a Revolução só se faz nas cidades ou se as aldeias também têm algo a dizer.

Tendo em conta o importante papel desenvolvido pela campanha no desenvolvimento das populações, aquela moção termina pro-

pondo que a Maio-Nordeste seja reforçada e reestruturada com soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas, além de máquinas, camiões, carpinteiros e demais material.

Entretanto, não é só em Mirandela que as populações se levantam contra o encerramento da Campanha Maio-Nordeste. Em vários outros locais do distrito, como por exemplo em Arcozelo, as populações organizam-se e tomam posição colectiva, em irrefutáveis provas da vontade popular do distrito de Bragança em manter os laços de união com aqueles trabalhadores fardados, que tanto os soberaram ajudar a descobrir o caminho da revolução.

No distrito de Bragança ou em qualquer outro, pouco importa, a unidade dos trabalhadores e do povo em geral com os seus filhos fardados torna-se em cada dia que passa numa força maior. Essa é a muralha de aço que a reacção encontrará se pretender destruir a revolução ainda agora iniciada.



EM LUTA PELA DEFESA DA REVOLUÇÃO

Évora foi palco, na semana passada, de uma das maiores manifestações ali realizadas, promovida pelo SUV daquela cidade. Soldados e marinheiros, operários e camponeses mostraram a sua unidade na luta contra as manobras reaccionárias

«Os SUV-Évora, movimento partidário dos soldados da guarnição de Évora afirmam categoricamente o seu comprometimento político no processo revolucionário português, dispondo-se a lutar energeticamente pela defesa da Revolução, contra os conspiradores, pelo avanço da Reforma Agrária e das nacionalizações e manifestam o seu firme propósito de estarem sempre ao lado do Povo.»

Este um dos pontos da proclamação aprovada durante a manifestação que decorreu em Évora, no passado dia 15, promovida pelos SUV (Soldados Unidos Vencerão) e que levou à Praça do Giraldo milhares de soldados e marinheiros e trabalhadores, tanto dos campos como das fábricas.

Num momento em que a reacção desmentida sonhava já com hegemonia da sua força, por todo o País as forças revolucionárias passaram à contra-ofensiva, manifestando nas ruas que o povo trabalhador e o povo fardado não permitirão que o processo revolucionário encetado em 25 de Abril

nifestação e apenas três se deslocaram a Évora.

Estavam presentes delegações de Estremoz, Beja, Portalegre, Faro, Tavira, Lagos, Vendas Novas, cuja representação era a maior, e naturalmente, grande número de militares dos três quartéis de Évora. Compareceram também uma delegação do RASP, do Ralis, do Forte de Almada, do RAC, da EPAM, do BRT e uma forte representação da CDAP (Comissão Dinamizadora para o Associativismo das Praças) organização da Armada que participou maciçamente nesta manifestação dos SUV.

DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA

O atrelado de um tractor serviu de palanque. Dali os SUV leram a todos os presentes uma proclamação que foi aprovada por unanimidade. Um soldado recruta dirigiu-se depois à multidão, afirmando a dado momento:

se até aqui recorriam às Forças Armadas agora são os elementos mais conservadores que dominam o aparelho militar, e um representante da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores que denunciou a existência dentro dos quartéis de elementos que se opõem à Reforma Agrária. Por último um operário da Equipmetal, da CUF, num breve improvisado manifesto a solidariedade dos operários pela luta dos trabalhadores agrícolas e que a sua presença e de outros camaradas de trabalho comprovava.

A PROCLAMAÇÃO

A proclamação lida pelo SUV de Évora refere nomeadamente que aquele movimento partidário combaterá «frontalmente todas as tentativas caluniosas de identificação com quaisquer forças partidárias», recordando que foi através de argumentos deste teor que se afastaram dos seus postos de combate valerosos soldados revolucionários.

Mais adiante e depois de salientar que perante a unidade dos sargentos e oficiais revolucionários garantem estar a seu lado «revolucionariamente disciplinados no combate a todas as formas de opressão do nosso povo na defesa da verdadeira liberdade» a proclamação acrescenta:

SUV's EM BEJA

Um comunicado recente distribuído aos órgãos de informação refere que «após várias reuniões de militares pertencentes às várias classes» foram formados os SUV de Beja.

Para esta decisão apontam-se dois motivos principais que levaram ao concretizar da iniciativa. O primeiro diz respeito aos imensos problemas que afectam directamente todos os soldados, «problemas esses com a hierarquia militar se finge preocupar, mas que na prática não soluciona» e são apontadas as questões do rancho, fim-de-semana, trajar à civil, serviços e outros. Acrescentando que estes problemas não podem ser resolvidos sem a participação activa dos soldados o documento afirma que portanto quando se fala em disciplina esta não pode existir se «os soldados não participarem organizadamente na discussão dos problemas que lhes dizem respeito», ou então «se os comandos não representem os verdadeiros interesses dos soldados, enquanto povo fardado».

«O segundo motivo refere que se assiste, ultimamente, «a mais uma grande escalada da reacção dentro e fora dos quartéis», tendo-se chegado ao ponto de se encerrarem unidades «cujos soldados se manifestaram contra o saneamento à esquerda de alguns camaradas».

E o comunicado termina afirmando: «Consideramos que a unidade dos militares progressistas num amplo movimento partidário (...) é o caminho certo pelo qual, junto com o Povo trabalhador, avancaremos na revolução socialista, contra o fascismo e a social-democracia e na defesa da independência nacional.»

PELAS RUAS DA CIDADE

A manifestação dos SUV, uma das maiores realizadas até agora em Évora, percorreu depois as ruas da cidade passando pelas duas unidades militares ali aquarteladas — RI-16 e RAL-3 — para terminar junto ao quartel-general da Região Militar do Sul.

A enorme multidão que percorreu as artérias da cidade, levando à sua frente centenas e centenas de soldados e marinheiros, era bem o exemplo de que estes estão ao lado do povo trabalhador e que os seus objectivos são comuns para acabarem definitivamente com a opressão e a miséria que as forças reaccionárias querem de novo restaurar no nosso País.

E nas ruas de Évora, soldados e marinheiros, operários e camponeses cantavam juntos «venceremos, venceremos, com as armas que temos nas mãos» para logo a seguir gritarem, bem alto, que «Portugal não será o Chile da Europa.»



defesa das liberdades democráticas.

Nas empresas e nos sindicatos, os trabalhadores defendem as conquistas já alcançadas.

Entretanto, nas ruas, bairros, aldeias, freguesias ou concelhos, os moradores, os trabalhadores e os militares, participam activamente na organização popular, na discussão colectiva dos problemas que a todos afectam.

Como tem vindo a acontecer em Gondomar, por exemplo, onde se têm vindo a realizar inúmeras reuniões visando a concretização da Assembleia Popular. Num plenário que contou com a presença de 36 Comissões de Moradores foi decidido por unanimidade avançar com esta iniciativa, tendo ainda sido aprovado um comunicado onde as Comissões de Moradores consideram de importância fundamental o trabalho conjunto das diversas estruturas populares existentes e o desenvolvimento da aliança destas estruturas com os representantes das ADU's do Porto, com os filhos do povo fardados, pois só desta estreita aliança poderá sair a vitória final contra as forças da reacção e do fascismo e a possibilidade de construir uma sociedade em que acabe a exploração do homem pelo homem e existam as mais amplias liberdades democráticas.

Em nova reunião, que contou

APOIO À LUTA NO CICAP E RASP

O apoio popular à luta dos soldados do RASP e do CICAP atinge a sua maior expressão quando, convocadas pelos órgãos do «povo popular», as massas trabalhadoras se juntam aos militares, mobilizando-se para a luta, preparando o caminho da revolução. No seguimento de enormes manifestações, coube desta vez ao Conselho Municipal a organização de uma festa-convivio, comemorativa das recentes vitórias alcançadas pelos militares progressistas, vitórias essas que se integraram na luta do povo pelo socialismo.

As vozes e canções revolucionárias ouviam-se mais uma vez, largamente aplaudidas pelos po-



RESPOSTA A UM DEPUTADO

A intervenção de um deputado do PS condenando a tomada de posição da DORN do nosso Partido acerca dos incidentes no Porto baseou-se em lamentáveis e primários «clichés» do infantilismo pequeno-burguês

Recentemente, um porta-voz do PS na Assembleia Constituinte, o deputado Nora, condenou a posição da Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido face aos graves acontecimentos do dia 10 do corrente — posição de denúncia da provocação terrorista que atingiu duas organizações políticas, com o assalto às instalações situadas no centro da cidade do Porto.

Para tanto, estabeleceu uma confusão de horários, afirmando que um telegrama da DORN foi enviado ao Presidente da República às 22.30 h., quando a sede do jornal de uma dessas organizações só hora e meia depois fora assaltada. Entretanto, à falta de argumentos próprios, procurou ainda aquele deputado o auxílio de lamentáveis e primários clichés do infantilismo pequeno-burguês reproduzidos diariamente de todas as formas e uma vez mais durante a conferência de imprensa acerca desses acontecimentos dada por uma das organizações atingidas.

A partir desta «sólida» argumentação, o deputado Nora lançou um violento ataque à DORN do PCP, acusando de forma bem clara o medo de que o seu partido continue a aparecer envolvido nos actos de violência registados na noite de 10 do corrente, na cidade do Porto, a escassos metros de uma manifestação em que os dirigentes Mário Soares e Alegre usaram a palavra.

Parante isto, e no sentido de demonstrar a falsidade das suas afirmações e da insinuação evidente que elas contêm, a Secção de Informação e Propaganda da DORN do PCP, respondendo àquele deputado, expõe os factos, que são o argumento da verdade.

O comunicado da DORN do PCP, após citar a evidência de certos factos, nomeadamente a realização da manifestação do PS, convocada depois de já anunciada a manifestação do Conselho Municipal, afirma que a manifestação do PS se revestiu desde logo de um

carácter de contra-manifestação, procurando ou, pelo menos, facilitando perigosamente confrontações que serviriam, de facto, para a criação de um clima de tensão favorável à provocação fascista e a quem busca desesperadamente por meio da instauração do «estado de sítio» e da medidas de força quebrar a onda de poderosas acções de massas que, de norte a sul do país, se levanta contra a viragem à direita da situação político-militar.

Após denunciar algumas manifestações do mais grosseiro e primário anticomunismo por parte de grupos de pessoas integradas na manifestação do PS, como o apedrejamento da sede de um jornal e um constante arengar anti-comunista, o comunicado da DORN do PCP prossegue:

«É um facto que, cerca das 20 horas, um indivíduo foi esfaqueado por elementos saídos da manifestação do PS (não se diz nem nunca se disse «manifestantes socialistas», ao contrário do que o deputado Nora, precipitadamente e nervosamente, deve ter lido).

«É um facto que, algum tempo depois, um grupo da manifestação do PS, ao ser convocado por um grilo de «está ali um comunista», se dirigiu às proximidades do Café Guarani onde agrediu violentamente um indivíduo que teve de receber tratamento hospitalar.

«É um facto que às 21 horas o ataque às instalações de uma organização política, na Praça D. João I, prosseguiu com maior intensidade, mantendo-se os apedrejamentos e iniciando-se a regresso do edifício com gasolina e o lançamento de cocktails.

«É um facto que a essa hora havia um movimento de carros-ambulâncias com feridos para o hospital.

«É um facto que foi assaltada e destruída a sede de uma organização política na continuação deste clima de «ordem e disciplina», a contrastar em absoluto com a efectiva disciplina e ordem

democráticas da manifestação de apoio ao processo revolucionário promovida no mesmo dia e hora pelo Conselho Municipal (sem assaltos, sem destruições, sem esfaqueamentos nem agressões).

Tendo em conta estes factos, é fácil compreender que a DORN do PCP manifestasse funda preocupação pelo desrespeito pela ordem democrática a que as tentativas violentas de assalto e destruição a que estavam a ser sujeitas duas organizações políticas davam motivo.

Não o fazer — prossegue a resposta da Secção de Informação e Propaganda da DORN — preferir o silêncio a que organizações responsáveis se têm remido durante o longo período de assaltos e destruição de centros de trabalho do PCP e de outros partidos de esquerda, seria a passividade conveniente com o terrorismo fascista próprio de conspiradores reaccionários e de oportunistas que nada têm a ver com a defesa da liberdade e da ordem democrática, por muito que se proclamem os maiores defensores desses princípios.

A terminar, a Secção de Informação e Propaganda da Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido refere que, partindo destes factos, é fácil também compreender que o Sr. Nora, deputado socialista servindo de rodapé de 1.ª página por «A Luta» (pasquim ultra-reaccionário, fabricante de boatos e de calculadas mistificações), tenham feito esforços para confundir e inverter a verdade.

Mas o povo português está cada vez em melhores condições para avaliar quais as forças interessadas no processo revolucionário, quais as forças que se têm mantido coerentemente no caminho da democracia e do socialismo e quais as forças que o têm procurado impedir de avançar.

Por muitas ilusões que, acerca disso, o deputado Nora e a sua «A Luta» ainda possam ter,

LUISA BASTO

CANTA POEMAS DE ARY DOS SANTOS e MÁRIO CASTRIM NO SEU NOVO DISCO



MÚSICAS DE FERNANDO TORDO e PEDRO OSÓRIO

À VENDA NAS LIVRARIAS «AVANTE!»

LISBOA Av. Santos Dumont, 57-C

PORTO Rua de Aviz, 26

Livraria 18 de Janeiro Marinha Grande

Livraria 1.ª de Maio Baixa da Banheira

E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PCP

de 1974 possa vir a ser atraído, permitindo que os grandes capitalistas, latifundiários e outros exploradores recuperem as conquistas até agora alcançadas pelas massas populares, nem tão-pouco que essas forças reaccionárias impeçam o caminho rumo ao socialismo.

«Na Praça do Giraldo, onde teve lugar a concentração de trabalhadores agrícolas manifestava a sua surpresa quando chegou a delegação militar da Escola Prática de Artilharia, de Vendas Novas: «E eu que pensava que os SUV eram só soldados. Afinal também há muitos sargentos e oficiais.»

A MESMA LUTA A MESMA UNIDADE

Évora foi uma cidade diferente naquele dia. Um movimento desusado percorria as ruas principais. Soldados, marinheiros e para-quedistas misturavam-se com os trabalhadores agrícolas que tinham afluído à capital do Alto Alentejo. Presentes também delegações de operários da cintura industrial de Lisboa como a Sometef e a Equipmetal. A mesma luta, a mesma unidade.

A Praça do Giraldo, mesmo no centro da cidade, foi pequena para conter a massa esmagadora dos manifestantes que gritaram bem alto, não só para os latifundiários e reaccionários de Évora os ouvirem, «reaccionários fora dos quartéis», «Portugal não será o Chile da Europa», «a Banca ao serviço do Povo.»

Naquele dia quem se dirigisse para Évora encontraria nas estradas dezenas e dezenas de tractores com os respectivos atrelados onde os trabalhadores agrícolas, dos mais variados pontos do distrito, se deslocavam para participarem numa manifestação que também era deles — uma manifestação contra a reacção que campeia de braço dado, dentro e fora dos quartéis. De Vendas Novas os militares fizeram-se transportar juntamente com os trabalhadores agrícolas nos atrelados dos tractores.

Como era de esperar o apoio à manifestação foi geral por parte das unidades da Região Militar do Sul, com excepção de Elvas onde foram levantadas dificuldades à participação dos soldados na ma-

«A disciplina é-nos imposta e não consentida e livremente aceite. Continuamos a ser julgados com base no RDM fascista.

«Hoje, no nosso País, ouve-se falar de autoridade, de disciplina, de ordem e de paz. Nós, soldados, também o dizemos e exigimos. Mas não é a disciplina e a ordem que os vendilhões de Portugal apreçoam.»

«E ao terminar: «Camaradas trabalhadores. Dentro dos quartéis também se luta. E a nossa luta tem como finalidade que as nossas armas estejam ao vosso serviço e que se virem contra os latifundiários, os monopolistas e todos os exploradores sempre que necessário.

Falou a seguir um sargento da Armada que leu uma moção da Marinha na qual se expressa o apoio daquele ramo das Forças Armadas pela luta dos soldados, tendo sublinhado que «não pararemos até à vitória final.»

Falaram depois um representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora que afirmou estarem os trabalhadores dispostos «a mobilizarem-se e a serem eles próprios a prenderem os seus inimigos, indo buscá-los onde quer que se encontrem», pois

ÁLVARO CUNHAL NO ALFEITE

Integrada na ampla campanha de sessões de esclarecimento realizadas nos mais diversos locais pelo nosso Partido, deslocou-se no passado dia 15 ao Arsenal do Alfeite o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que era acompanhado por elementos da Comissão Concelhia de Almada. Depois de recebido pelo secretário da Célula no Arsenal dirigiu-se à sala da Comissão de Trabalhadores, por quem foi saudado.

Confirmando na prática a justeza da afirmação do PCP, como partido da classe operária, procedeu-se à visita das diversas oficinas onde foi calorosamente saudado pelos operários presentes, tendo afirmado o camarada Álvaro Cunhal no decorrer de animado diálogo travado com os operários da oficina da Caldeira de Tubos:

«Nós estamos a procurar construir um Portugal diferente, um Portugal em que os trabalhadores possam visitar os seus companheiros nas outras fábricas, mas em

que venha o dia em que os capitalistas não possam mais entrar nas fábricas, nem como patrões nem como convidados.»

E mais adiante: «Faço votos para que venha cedo esse dia em que no nosso país em todas as fábricas sejam os trabalhadores aqueles que dirijam e destinam o país e as próprias fábricas.»

Durante a sua visita o camarada Álvaro Cunhal teve ainda oportunidade de visitar a Biblioteca Bento Gonçalves, singela homenagem ao grande arsenalista e secretário-geral do PCP, assassinado no Tarrafal, onde foram mostradas algumas relíquias como a caderneta militar e ao que se julga a última carta escrita por Bento Gonçalves antes da sua morte. Foi nessa altura oferecida ao nosso Partido uma medalha, a primeira a ser entregue, e comemorativa do 20.º aniversário da Biblioteca da Oficina de Electricidade.

Depois de uma visita ao torno utilizado pelo valoroso camarada

Bento Gonçalves, dirigiu-se Álvaro Cunhal para o refeitório de aquecidos, onde se realizava a referida sessão de esclarecimento, e que se encontrava já repleto.

A entrada do camarada Álvaro Cunhal foi saudada por uma vibrante salva de palmas e pelo coro uníssono do «PCP», gritado por mais de um milhar de operários, trabalhadores administrativos e alguns quadros presentes.

Após a saudação lida por um elemento da célula do PCP do Arsenal do Alfeite, Álvaro Cunhal fez uma análise de improviso da actual situação política, dissecando o ponto por ponto todo o processo revolucionário desde o 25 de Abril e apontando as possibilidades de saída da actual crise político-militar, conforme a análise do nosso Partido. Seguiu-se um animado e frutuoso período de perguntas e respostas, que se prolongou por mais de duas horas.

GRANDE COMÍCIO DO PCP EM ESPINHO

O grande comício realizado em Espinho pelo nosso Partido, com a participação do camarada Blanqui Teixeira, traduz as disposições de combate que animam os operários, camponeses, pescadores, soldados e marinheiros do distrito de Aveiro, na luta contra a reacção e o fascismo, pelo avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo

O comício do nosso Partido realizado na sexta-feira passada em Espinho, que contou com a presença do camarada Blanqui Teixeira da Comissão Política do Comité Central do PCP, constituiu a concretização deste importante comício do distrito de Aveiro, do processo do movimento popular de massas que, a nível nacional, tem vindo a ser efectivado, na defesa das conquistas revolucionárias.

Enchendo o Pavilhão do Sport Clube de Espinho, o povo de Espinho e das outras terras do distrito de Aveiro que ali estavam representadas, os operários industriais que formam uma importante parte da população, os pescadores, os pequenos e médios camponeses que trabalham as terras, os empregados, os estudantes e intelectuais, os soldados, sargentos e oficiais progressistas, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os jovens, as mulheres, todos os que estão sinceramente a todo o processo revolucionário, deram mais uma prova da sua força e da sua firmeza, num grande comício em que foi dominante a estatística participação de todos os presentes.

Além do camarada Blanqui Teixeira e do camarada José Bernardino da Direcção de Organização Regional das Beiras, foram chamados para a mesa representativa das células das empresas Lusa-Celulose, Corfi, Fontes, Catap e Progresso, das organizações dos Serviços, dos Bancários e dos Professores, e ainda da Comissão Conciliadora de Espinho, da Comissão Distrital de Aveiro, da UJC e da UEC.

A volta do pavilhão, grandes cartazes exprimiam as palavras de ordem mais importantes no actual momento político: «Por um governo de esquerda», «Portugal não será o Chile da Europa», «Avante com a Reforma Agrária», «Operários, camponeses, pescadores, soldados e marinheiros, unidos venceremos», «Solidariedade com o PCAP e RASP» e «Reacionários, fora dos quartéis já».

Após se referir à luta da classe operária e dos trabalhadores, à sua dinâmica e à sua organização nas fábricas, nos campos, nos seus organismos de classe que lhes permitiram alcançar vitórias significativas na primeira intervenção desacompanhada, debruçou-se em seguida sobre a acção das forças conservadoras e reaccionárias que constroem o processo revolucionário e atacam organizações de trabalhadores, partidos políticos progressistas, órgãos do poder popular, etc., e os objectivos que a direita pretende conseguir com esta sua acção.

Após a acção sobre o aparelho de Estado e a acção do Governo actual, referiu designadamente que as duas maiores empresas do comício de Espinho, a Corfi e a Fontes, a maioria dos trabalhadores mostram já que esta atenta à sua acção tendo designada

mente sido rejeitada nas duas, a participação em manobras que visavam a recolha de nomes de pessoas que apoiassem o VI Governo.

Referindo-se à contra-ofensiva que as massas populares e todos os trabalhadores têm efectivado contra a ofensiva reaccionária, o camarada Alvaro Dias salientou a política divisionista do Ministério do Trabalho e do pluralismo sindical, apontando a terminar a necessidade de organização nos locais de trabalho, nas fábricas, nos campos, nas vilas ou nas aldeias e a aliança operário-camponesa, pois só a classe trabalhadora poderá fazer avançar Portugal para o socialismo.

APOIO AO CICAP E RASP

Entretanto, no sentido de repudiar as tentativas da direita de atentar contra as conquistas dos trabalhadores alcançadas ao longo do processo revolucionário em curso depois do 25 de Abril, foi apresentada pela célula dos Bancários uma moção que foi vivamente apoiada.

Em nome da Comissão Conciliadora de Espinho do nosso Partido, o bancário José Catarino interveio seguidamente para denunciar toda a onda de violência e de provocação fascistas que os reacionários da zona, designadamente elementos da JSD, têm realizado.

Depois de se referir à onda de violência que por todo o Norte do país e em especial no distrito de Aveiro referiu-se à acção dos reacionários neste comício: «Apesar do Centro de Trabalho de Espinho não ter sido assaltado, muitas foram e são as provocações. Desde a tentativa de assalto falhada no dia do comício do PPD, com a destruição de um bando da JSD da placa que perpetua a memória de militante comunista assassinado pela PIDE - Ferreira Soares - o espancamento público de pessoas, entre elas um militante do PS, que condenaram tão edificante acto feito pelos mesmos valentes, passando pelo falso alarme de um incêndio do nosso centro de trabalho, cujos objectivos se calculam, até ao arranque de cartazes de anúncio para este comício e à onda de boatos postos a circular nos últimos dias, chegando inclusive à ameaça física anónima, tudo serve à reacção para tentar levar a água ao seu moinho.

Mas esta acção da reacção não impedirá nunca, como não impede agora que o nosso Partido recupere ou reconstrua os centros de trabalho que haviam sido atacados, que os comunistas actuem nos locais de onde os fascistas pensaram poder expulsá-los, de realizar comícios nos locais considerados «sagrados» pela reacção, aqui em Espinho, e em toda a

parte, no Norte, no Sul, no Leste e no Oeste.

De seguida, foi lida uma moção apresentada pela célula do nosso Partido nas Fontes, no seguinte teor: *Milhares de participantes no comício do PCP em Espinho, saudamos os soldados e os militantes progressistas do GACA 3 de Espinho, apoiam as suas justas exigências de restituir às Forças Armadas o prestígio que alcançaram pelo seu decisivo papel no derrubamento do fascismo e na restituição das liberdades e da dignidade ao nosso povo. Apela para, com todos os seus camaradas de armas, todos os soldados estarem sempre, sempre, sempre, ao lado do povo. Um grito unânime de «apoiado» foi a resposta, logo seguido de «soldados sempre, sempre ao lado do povo».*

Entretanto, uma moção apresentada pela célula da Cof-saudando fraternalmente os camaradas do CICAP e do RASP pela sua valerosa acção por um exército ligado ao povo e à revolução contra os saneamentos à esquerda e contra a instauração duma disciplina nos moldes salazaristas e ainda solidarizando-se com as justas reivindicações dos soldados das várias unidades e das outras da região e proclamaram a sua vontade de generalizar a formação de comissões de apoio ao CICAP e RASP e todas as unidades que forem aliadas à ofensiva reaccionária nos quartéis - foi recebida com uma grande salva de palmas e um prolongado grito «Soldados sempre, sempre ao lado do povo».

A camarada Lúzia Loureiro, falou depois como mulher comunista, no seguimento de uma intervenção em que se debruçou sobre a descriminação de que a mulher ainda é vítima e que a impede de participar activamente na construção do socialismo, de participar do mesmo modo na produção, na vida política e social. Lembrou que em todas as revoluções as mulheres, têm desempenhado um papel de destaque nas lutas reivindicativas sociais e políticas, quer apoiando os seus companheiros quer integrando-se nas primeiras linhas de combate contra a exploração, pela paz e pela independência dos Povos.

AS MASSAS POPULARES PASSAM À CONTRA-OFFENSIVA

A encerrar o comício, ao qual se seguiria uma pequena sessão de esclarecimento, o camarada Blanqui Teixeira, debruçou-se sobre os principais acontecimentos que caracterizaram estes últimos meses.

Logo após o 11 de Março, após os profundos golpes assediados nos monopolistas e latifundiários, como em tantas outras ocasiões tem sucedido na história dos po-

vos, a gritaria anticomunista foi a arma ideológica mais utilizada pela contra-revolução. Esta é, pois, uma importante lição a tirar dos acontecimentos dos últimos meses, como apontou Blanqui Teixeira: *Quer da parte da reacção, quer da parte de todos os oportunistas (de direita ou de «esquerda») O anticomunismo serviu de bandeira para tentar esconder as suas intenções e os seus objectivos, serviu à reacção e ao fascismo.*

A ofensiva de direita que se seguiu iria ter graves incidências na vida política nacional. A reacção e o fascismo procuraram então desenvolver e aproveitar a crise política, militar, social económica e ideológica, que se desenvolveu no País, numa grande união de todos os que estão contra a revolução que a colocou em grande perigo. Foi, pois, esta crise e essa união contrarevolucionária que permitiram a onda de violência que atingiu muitos comícios do País, que levou a que se gerasse um ambiente de intimidação e de terror em muitas terras e de impunidade em relação a verdadeiros crimes. Outra importante lição a tirar dos acontecimentos dos últimos meses foi apontada pelo camarada Blanqui Teixeira. *Os comunistas, friso, são acusados de serem contra a liberdade e a democracia, mas são os acusadores que provam que não aceitam a liberdade e a democracia; eles é que querem destruir os partidos progressistas e, antes de todos, o Partido Comunista Português.*

Depois de se referir à actual crise política e à proposta do nosso Partido para a solucionar, Blanqui Teixeira disse que a participação de membros do nosso Partido no VI Governo Provisório, participação tão regateada pelos outros Partidos, tem como principal fundamento a defesa das mais importantes conquistas revolucionárias. *Se o Partido Comunista Português tivesse negado a participação de membros seus no Governo, o recado para a direita teria sido muito mais extenso e mais perigoso. Assim, e tendo em conta estes últimos acontecimentos apontou a necessidade de fazer uma análise dos acontecimentos, baseada não nos nossos desejos, na nossa subjectividade, mas na situação concreta que se vive, na realidade objectiva.*

Frequentemente interrompido por palavras de ordem como «Abaixo a reacção», «Avante, avance, rumo ao socialismo», «socialismo só há um, o do povo e mais nenhum», e muitas outras, o camarada Blanqui Teixeira prosseguiu na sua importante intervenção, analisando a acção do VI Governo Provisório no que respeita aos saneamentos e ao Ministério do Trabalho.

Entretanto, a melhor resposta à ofensiva da direita e à violência reaccionária está na unidade, na organização e na movimentação das massas. Exemplo disso são as lutas e as manifestações travadas por soldados e oficiais progressistas, são as grandes movimentações que têm mobilizado dezenas de milhar de operários agrícolas e pequenos e médios agricultores em defesa da Reforma Agrária, são todas as que têm sido levadas a cabo na base das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores, das Assembleias Populares, que mostram claramente que estamos a viver uma verdadeira contra-ofensiva revolucionária.

Apontando a importância da unidade das massas populares acompanhadas por uma crescente ligação de modo a estreitar o contacto e reforçar o poder do seu conjunto, o camarada Blanqui Teixeira afirmou a terminar: *Ante essa ampla unidade e acção de massas, a direita terá de recuar e a reacção e o fascismo não conseguirão os seus nefastos intentos de fazer regressar Portugal para antes do 25 de Abril.*

Seguiu-se uma sessão de esclarecimento. A participação do camarada Luis Viegas e do grupo de militantes da UEC num canto livre final, encheu de alegria e vigor os presentes que os acompanharam em diversas canções revolucionárias.

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO NA FIGUEIRA

Realizou-se na Figueira da Foz uma sessão de esclarecimento do Partido Comunista Português, integrada no conjunto de sessões que o nosso Partido tem vindo a realizar para análise da actual situação política. Promovida pela Comissão Conciliadora da Figueira da Foz do PCP, a sessão realizou-se na Associação Naval 1.ª de Maio e a ela assistiram várias centenas de pessoas.

Presidiu à sessão o camarada Joaquim Pires Jorge, do Comité Central do nosso Partido, que se encontrou acompanhado de Lino Pereira e José Decy Mota, da Comissão Distrital de Coimbra do PCP, e ainda por vários camaradas da Comissão Conciliadora da Figueira da Foz.

O camarada Pires Jorge fez uma intervenção inicial, durante a qual salientou as posições defendidas pelo nosso Partido para a solução da actual crise do poder político. O camarada Pires Jorge focou os problemas de unidade com outras forças políticas e referiu-se ao anticomunismo que é incrementado na região da Beira. A terminar a sua intervenção, o camarada Pires Jorge apelou para o reforço das organizações populares.

Seguiu-se um animado debate centrado sobretudo sobre os problemas do vinho, a acção do VI Governo, os problemas da educação, a posição do PCP face à UR, etc.

No final actuou o grupo de canto livre da UEC de Coimbra.



Vibração e combatividade foram as notas dominantes do comício do nosso Partido realizado em Espinho

A REACÇÃO POR AQUI NÃO PASSARÁ!

Em Torres Novas, onde no domingo se realizou um comício do PCP com a presença do camarada Álvaro Cunhal, as massas trabalhadoras voltaram a estar presentes com o seu entusiasmo e o seu espírito revolucionário. À noite, efectuou-se uma animada sessão de esclarecimento no Entrocamento

«A reacção por aqui não passará», era a inscrição que cobria um dos grandes cartazes que decoravam o recinto da Escola Industrial de Torres Novas, onde no domingo passado se realizou um comício do Partido Comunista Português, com a presença dos camaradas Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes, respectivamente secretário-geral do PCP e membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Com efeito e segundo dizia o cartaz a reacção não passou por ali e quando a tal se abalçou as massas trabalhadoras de Torres Novas, passando à contra-ofensiva revolucionária, deram a resposta aos criminosos fascistas que pretendiam levar àquela cidade a vaga de destruições inserida na campanha anticomunista.

Foi depois em Torres Novas, onde as massas trabalhadoras reagiram decididamente em defesa das liberdades democráticas, que na tarde de domingo se realizou o comício do nosso Partido.

SOLIDARIEDADE COM OS COMUNISTAS DO COUÇO

Perante alguns milhares de trabalhadores o camarada Francisco Lanchina, membro da DOROR do PCP, que deu início ao comício, começaria por assinalar a campanha de solidariedade registada por parte dos comunistas da Marinha Grande, Leiria e Caldas da Rainha, bem como de muitos trabalhadores das fábricas daquel região relativamente aos camaradas do Couço que ficaram com seis carros destruídos pelos reacionários de Rio Maior, quando se prestavam a socorrer os comunistas de Leiria durante a acção criminosa de elementos fascistas e outros encobertos em partidos que se dizem «democráticos», a qual culminou com o assalto ao Centro de Trabalho do PCP naquela cidade.

Esta solidariedade traduziu-se na oferta de numerosas peças de vidro e cerâmica para que os camaradas do Couço realizem dinheiro de molde a indemnizarem os prejuízos sofridos.

A FORÇA DOS TRABALHADORES

Júlio Hipólito, operário metalúrgico e membro da Comissão Conciliadora de Torres Novas do PCP, foi o primeiro orador. Dirigindo-se à multidão que enchia o recinto, onde se viam, entre outras, representações de comunistas de Santa Margarida, Almeirim, Alpiarça, Bombalinho e ainda células do PCP em algumas empresas da região, começou por salientar o exemplo da Cooperativa DO POVO, onde «as dificuldades económicas vão sendo vencidas com o esforço dos trabalhadores», muito embora até à data não tivessem havido qualquer empréstimo financeiro de qualquer entidade. E acrescentou:

«A reacção tem a força do

grande capital, nós temos a força dos trabalhadores.»

Depois do camarada Virgílio Miranda, operário viçentino da Marinha Grande, ter salientado na sua intervenção que «a luta dos trabalhadores dos campos, aliados directos dos trabalhadores industriais, não pode ser vitoriosa se não estabelecermos uma corrente de solidariedade revolucionária no sentido de ajudar a heróica luta dos nossos camaradas do Alentejo e Ribatejo», falou um camarada da UJC, de Torres Novas, Lúcio Brito, que afirmou:

«Ser comunista, pretencer à União da Juventude Comunista não é deixar de pensar e agir como jovem. Bem pelo contrário, camaradas. Ser jovem comunista é amar a vida, amar a alegria, amar o trabalho.

«O futuro está com a juventude, o futuro está com os comunistas e é natural que os jovens comunistas sejam alegres e amem a alegria própria da juventude e de quem confia no futuro.»

Falou a seguir, em nome da Organização Distrital de Leiria da UEC, Clotilde Nepomuceno, que saudou os camaradas do Couço que «dando provas de grande firmeza revolucionária acorreram em auxílio dos camaradas que estavam defendiam o Centro de Trabalho de Leiria e por esse gesto foram vítimas da fúria fascista em Rio Maior».

NÃO SERÃO OS DÓLARES QUE NOS DARÃO DE COMER

Encerrando a sua saudação com um viva à classe operária, Isidoro Henriques, trabalhador agrícola e membro da Comissão de Freguesia do Couço do PCP, frisou a dado momento que naquela localidade, onde desde sempre se desenrola uma luta dura contra o fascismo, «a reforma agrária está a caminho tendo sido ocupadas dezenas de propriedades, mas com a consciência de que há ainda um caminho áspero a percorrer».

Seguidamente, Henrique Faleirinho, pescador de Peniche, ao salientar que a sua classe segue o exemplo das outras classes trabalhadoras na luta contra o capital explorador afirmou:

«Nós sabemos que no dia em que os pescadores deixarem de ir ao mar apanhar peixe para a alimentação do Povo português e os camponeses deixarem de trabalhar as terras, não serão os dólares americanos nem o dinheiro da social-democracia que virão a dar de comer ao nosso povo.»

Depois das intervenções dos camaradas Manuel Pereira Marques, membro da Comissão Distrital de Leiria do PCP e Fernando Oliveira, membro da Comissão Distrital de Santarém do PCP, tendo este último camarada salientado que «foi no distrito de Santarém que as forças reaccionárias e fascistas ensaiaram e desencadearam os primeiros ataques terroristas (...) e sempre em nome do «pluralismo» e da «liberdade», usou da palavra, representando a Direcção da Organização Regional do Oeste e

Ribatejo do nosso Partido, o camarada Osvaldo Sarmento, encerrando o comício o camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutra local.

A LUTA DE CLASSES AGUDIZA-SE

Começando por salientar que «a realização do comício se inscreve na ampla campanha de mobilização e esclarecimento das mais vastas camadas do nosso Povo, num momento em que se torna imperioso dizer a verdade e desmascarar aqueles que oportunisticamente se têm vindo a aproveitar da odiosa campanha anticomunista de meio século do fascismo para a reactivarem e a porerão ab serviço dos seus designios políticos», o camarada Osvaldo Sarmento frisou que nunca os comunistas perderam uma opinião de que as gentes que trabalham e vivem nestes distritos são reacionárias ou estão contra os comunistas e contra a Revolução e acrescentou:

«Aqueles que acenam com a ideia de que o nosso Povo rejeita aqui ou além os comunistas, são os manipuladores, são os que investem nessa ideia para tirarem lucros políticos das atoardas e calúnias que lançam.»

E prosseguindo na sua intervenção:

«Diziam atrás que todas estas manobras eram fruto da elaboração de alguns que investiram para tirar lucros. Mas afinal quem lucrou com tudo esta ofensiva reaccionária? Vejam, por exemplo, a nível do Governo. Quem detém nelle posições dominantes? O PPD e o PS.»

Deixo uma pergunta no ar. Quem terá então investido, quem terá desencadeado o processo, quem estaria interessado em travar o avanço da revolução e subordinar-se ao passo marcado pela Europa dos monopolios?

Alguém viu esses partidos que se reclamam de detentores do monopólio das liberdades e dos pluralismos tomar uma posição firme e clara de condenação aos atentados terroristas? Alguém viu nessa altura clamar pela ordem, pela disciplina ou pela autoridade?»

Recordando que «alturas houve em que a fúria assassina da reacção nos obrigou a ter de recuar, mas sempre que isso sucedeu, camaradas, e todos vós o sabeis porque o vistes, não foi porque nos faltasse a coragem ou as forças, foi antes porque não queríamos causar mais prejuízos políticos ao processo revolucionário, foi porque se tivéssemos respondido na mesma medida das investidas reaccionárias poderíamos estar a dar trunfos de enorme valia às forças que ambicionavam um pretexto para afogar em sangue as conquistas do 25 de Abril» frisou que «mesmo nesses momentos, os comunistas patenteram uma lucidez e um sangue-frio apenas possíveis pela experiência e serenidade dos nossos militantes e pelo seu sentido consciente de defender acima de tudo a revolução.»

E mais adiante:

«Neste balanço que temos vindo a fazer gostaríamos ainda de vos adiantar, camaradas, que apesar da poderosa pressão reaccionária, apesar das chantagens e ameaças de saneamentos, apesar das provocações anónimas ou de cara descoberta que os fascistas usam para fazer a muitos dos nossos camaradas e às suas famílias, nem sequer chega a uma dezena o número dos que por falta de firmeza ideológica e política nos abandonaram; e pelo contrário, é com orgulho que o dizemos, que bastante mais de um milhar de novos militantes foram ganhos para o nosso Partido no Oeste e no Ribatejo, nestes últimos três meses e apesar de todas as dificuldades.»

Por último, destacando a luta de classes que cada vez mais se agudiza no nosso País, frisou que para que a burguesia saia derrotada será necessário redobrar de energias e de lucidez revolucionária e ganhar para a Revolução os trabalhadores honestos que foram confundidos pela política de calúnias dos servidores do fascismo e da social-democracia, insistindo na unidade das classes trabalhadoras para mais eficaz ser a contra-ofensiva revolucionária.

No final do comício o Grupo

Intróito participou numa sessão de canto livre acompanhados em coro por todos os presentes.

SESSÃO NO ENTROCAMENTO

Nessa mesma noite realizou-se no Entrocamento, localidade próxima de Torres Novas, no Clube dos Ferroviários, uma sessão de esclarecimento político, em que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, que respondeu as várias perguntas apresentadas pela assistência.

No início falaram os camaradas Hilário Teixeira, o qual a dado momento afirmou que a «Revolução faz-se saneando fascistas e reacionários, combatendo e castigando exemplarmente o ELP, o MDLP e outras organizações contra-revolucionárias e não reprimindo os órgãos do poder popular», e o camarada Manuel Mota Estrocin, que salientou as tradições da luta dos ferroviários contra a repressão fascista, luta que se desenrola presentemente na defesa do avanço rumo ao socialismo.

As perguntas feitas no final e as quais o camarada Álvaro Cunhal respondeu dizem respeito, no essencial, à participação do PCP no VI Governo, a questão da venda do vinho à URSS, a posição do Partido face à questão dos retornados de Angola e outros assuntos relacionados com a crise político-relatar que o País atravessa.

HÁ UM ANO O VII CONGRESSO DO PCP

Há um ano, no dia 20 de Outubro de 1974, realizou-se um acontecimento da mais alta importância na vida do nosso Partido e do Povo Português: o VII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português. O primeiro Congresso na legalidade após 48 anos de feroz repressão fascista!

Convocado pelo Comité Central do PCP na sua sessão plenária de 6 de Outubro do mesmo ano, o VII Congresso (Extraordinário) reuniu-se então como ponto único de ordem de trabalho a discussão e aprovação das modificações ao Programa e Estatutos do Partido, perante a nova situação política existente em Portugal após o 25 de Abril e as novas tarefas dela decorrentes.

A realização do Congresso foi a expressão da unidade indissolúvel das fileiras do Partido, da sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, da confiança dos comunistas nos seus dirigentes provados. Com a sua realização, o PCP, partido dos comunistas portugueses, demonstrava estar na primeira linha do combate à reacção e ao fascismo, na vanguarda da construção do socialismo.

Os operários, os camponeses, os jovens trabalhadores, e estudantes, as mulheres, os intelectuais, os comunistas, aprovaram nesse Congresso o Programa e a Proclamação que, a partir daí, passaram a constituir, nas suas mãos, poderosas armas na luta por um Portugal democrático, próspero e independente.

A um ano de distância, recordemos as palavras do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, no discurso de encerramento do VII Congresso (Extraordinário): «Este nosso Congresso foi uma nova expressão da extraordinária vitalidade do nosso Partido, da inabalável unidade do Partido baseada na consciência política, na fidelidade ao marxismo-leninismo, nos métodos democráticos de trabalho, no ambiente fraternal e de respeito mútuo existente entre os quadros, na ligação estreita do Partido com a classe operária, o campesinato, a juventude trabalhadora e estudantil, os intelectuais, em suma, as mais amplas massas populares.»

COMÍCIO DO ORGANISMO DOS ESCRITÓRIOS

Durante esta vibrante jornada, a que esteve presente o camarada José Magro, do CC do PCP, foram aprovadas moções de apoio à Reforma Agrária e contra os saneamentos à esquerda

Integrada na campanha de fundos que recebeu o nome de dois destacados militantes comunistas e filhas queridos do nosso Povo — Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias — realizou-se na passada semana, no Pavilhão dos Desportos, um comício convívio organizado pelo organismo dos escritórios do Partido Comunista Português, à que presidiu o camarada José Magro do Comité Central do nosso Partido.

No decorrer do comício, a que assistiram milhares de pessoas, foram aprovadas por aclamação moções à Reforma Agrária, numa firme demonstração da aliança entre os trabalhadores da cidade e os trabalhadores do campo, e contra os saneamentos à esquerda efectuados no Banco de Portugal.

Após terem usado da palavra representantes do Comité Local de Lisboa e da direcção do organismo dos escritórios, interveio o camarada José Magro, que afirmou:

«A resposta organizada e de massas a todas as tentativas de retrocesso da revolução são bem a prova de que as forças populares e democráticas estão em plena contra-ofensiva e que aqueles que pretendem paralisar a revolução poderão ter êxito.»

Proseguindo o camarada José Magro, salientou: «Continuam a verificar-se provocações fascistas



O camarada José Magro no uso da palavra no decorrer do comício organizado pelo organismo dos escritórios do nosso Partido

no Norte; os fascistas andam à solta na Régua em Castro Daire ou nas Ilhas. É certo que a implantação dos reacionários no interior do Norte e Centro do País é ainda grande e que as suas manifestações de força estão aquém da força real que detêm. É certo que a Spinola continua a conspirar e trabalha para a fusão de todos os grupos terroristas, como o ELP e MDLP, em ligação com forças reaccionárias das ex-colónias e, em especial, de Angola. É certo que através do Ministério da Comunicação Social está em curso

uma acção contra meios de informação democráticos e contra a liberdade de expressão de jornalistas e outros.»

Noutro passo da sua intervenção, o camarada José Magro acentuou: «É certo que se verificam ingerências do Ministério e Secretária de Estado do trabalho na vida sindical, que saneamentos à esquerda continuam no aparelho de Estado, que as comissões de saneamento dos fascistas encontram crescentes dificuldades por parte do mesmo ministério. É certo que um partido ainda no Governo, o PPD, tem directas responsabilidades nas violações da ordem democrática, na provocação de conflitos, nos esforços para levar a efeito confrontos armados entre militares, como na sua marcha contra o RASP no Porto.»

«A reabertura do CICAP — salientou, ainda, o camarada José Magro — justa decisão do general Fábio no prosseguimento do grande movimento de solidariedade do povo do Porto e dos soldados e oficiais progressistas de todo o País; a defesa pelos trabalhadores e pela população do Porto do seu conselho municipal e a luta agora conduzida em Lisboa pelo conselho municipal, e a luta dos camponeses e operários agrícolas do Alentejo pelo prosseguimento da Reforma Agrária e as grandes iniciativas solidárias da classe operária das cidades para com os seus irmãos do campo, numa esplêndida afirmação da aliança entre a classe operária e o campesinato.»

No final do comício realizou-se um convívio em que actuaram os nossos camaradas José Viana, José Jorge Leitão, José Barata Moura, Samuel, Armando Caldas e o quarteto Intróito.



O entusiasmo dos presentes foi a nota dominante do comício

Visite as LIVRARIAS **Avante!** Av. Santos Dumont, 57-c R. de Aviz - 26

ESTABILIDADE POLÍTICA, MILITAR, ECONÓMICA E SOCIAL SÓ COM UMA POLÍTICA DE ESQUERDA, REVOLUCIONÁRIA

No discurso pronunciado no comício realizado em Torres Novas, o camarada Álvaro Cunhal fez o balanço da situação política, referiu-se aos mais momentosos temas da crise político-militar e expôs a posição do nosso Partido perante eles

Camaradas:

Nos anos longos e duros de ditadura, Torres Novas assim como Alcanena e outras vilas e localidades do Alto Ribatejo, foram centros de resistência e de luta contra a exploração e a opressão fascistas. Muitos filhos desta região foram perseguidos, presos, torturados, condenados a pesadas penas pela única razão de lutarem pela liberdade e pelos interesses dos trabalhadores.

Depois do 25 de Abril, a luta continuou nas novas condições de Portugal libertado da ditadura fascista, mas ainda não totalmente libertado dos reacçãoários e dos fascistas, do anticomunismo, das campanhas divisionistas, das intrigas, das perseguições a militantes operários, dos assaltos a centros de trabalho, das tentativas de golpes, dos ataques e dos actos terroristas contra-revolucionários.

Em momentos difíceis, que temos atravessado depois do 25 de Abril, tal como no passado, o povo e com ele os comunistas de Torres Novas e de outras localidades da região, mostraram a sua determinação e a sua combatividade.

Permiti pois que comece esta minha intervenção por transmitir aos comunistas, aos trabalhadores, à juventude, às mulheres, ao povo de Torres Novas, e em particular aos comunistas e aos trabalhadores da Metalúrgica Costa Nery, da empresa António Alves, da Cooperativa de Produção Metal-mecânica do Povo, dos Claras, da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos, da Renova, e de todas as outras empresas, assim como aos trabalhadores agrícolas, as fraternais e calorosas saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Permiti também que, por intermédio dos participantes neste comício vindos de outras localidades da região, saúdo todo o povo do Alto Ribatejo, designadamente os trabalhadores da Duarte Ferreira, da Fiação e Tecidos de Tomar, os operários papeleros e os trabalhadores do campo, desejando os maiores êxitos na sua luta contra a reacção pelo melhoramento das condições de vida, pela defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução.

Quero também saudar, porque os vejo aqui presentes, comunistas e trabalhadores de Alpiarça, do Couço, de Almeirim, e ainda da região do oeste — de Leiria, de Peniche, da Marinha Grande — assim como todos os militantes da U.J.C., da U.E.C. e as mulheres comunistas. Depois do derrubamento do governo de Marcelo Caetano, pensavam alguns que, finda a ditadura, tudo seria fácil de resolver.

O ano e meio decorrido desde então mostrou bem que, depois de quase meio século de fascismo, a construção de um novo Portugal democrático é uma obra extraordinariamente complexa, ainda ameaçada pelos perigos da contra-revolução e entravada por aqueles que querem manter os privilégios das classes exploradoras.

Mas neste ano e meio o povo português, através dum luta constante e tenaz, mostrou também a sua determinação, a sua coragem e a sua prontidão a sacrifícios, se necessário fôr, para impedir o regresso ao passado fascista, para assegurar a defesa das liberdades e das conquistas da revolução e para construir um regime democrático, em que transformações económicas e sociais profundas abram caminho para o socialismo.

Não à viragem à direita

Quando da ofensiva das forças reacçãoárias e conservadoras contra o IV e o V Governo Provisórios e contra dirigentes militares revolucionários, muitas vezes foi afirmado que a causa da instabilidade política e militar, dos conflitos sociais e do agravamento da situação económica residia no peso excessivo das forças e elementos revolucionários nos órgãos do poder.

Essas forças e elementos ou foram afastados ou foram reduzidas as suas posições. Prometeu-se então que a situação seria rapidamente estabilizada. — Declarou-se que o povo, porque votara em maioria pelo PS e pelo PPD, apoiaria a viragem. Anunciou-se que a oposição popular ao governo desapareceria e que este alargaria extraordinariamente a sua base de apoio.

Que se verificou? Verificou-se em poucos dias que a hegemonia no plano governamental da aliança PS-PPD não só não deu solução para a crise, como contribuiu para aprofundá-la e agravá-la.

Em vez do apaziguamento, a pretensão hegemónica PPD-PS provocou geral indignação e uma onda de lutas populares.

Os factos mostram dia a dia que a grave crise da revolução portuguesa não pode ser vencida por uma remodelação direitista dos órgãos superiores do poder político (Conselho da Revolução, Assembleia do MFA, Governo Provisório) e por uma tentativa de viragem à direita da política portuguesa.

O Partido Comunista concordou em ter membros seus no novo governo formado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo por considerar que, a não se formar esse governo, a alternativa, na conjuntura que existia após a queda do V Governo Provisório e a remodelação do Conselho da Revolução na Assembleia de Tancos, seria, não um governo da esquerda, mas um governo abertamente da direita, que encontraria certamente férrea resistência do povo português, mas que podia talvez, usando do poder, abrir o caminho à contra-revolução e a uma nova ditadura fascista.

Entretanto, tem de sublinhar-se que tanto a composição do VI Governo como a sua política não correspondem ao que foi considerado quando da sua formação.

No que respeita à composição do governo, tudo foi feito para reduzir a um mínimo a participação de membros do PCP. Mas, como se isso já não fosse bastante, parece que se quer reduzir agora ainda mais essa participação, não se cumprindo o que fora acordado, quanto aos Secretários de Estado.

Que se pretende com isto?

Julgará alguém que o PCP aceitaria ficar no governo com uma representação simbólica, que não lhe permitisse praticamente intervir nas decisões, que não lhe daria nenhum sector onde realizar trabalho útil, mas que o ligasse à política decidida, não na base de um acordo, mas na base da imposição maioritária PPD-PS?

Já o afirmámos e repetimos: Os comunistas não estão no governo para avilarem a social-democracia, para sancionarem a política dum coligação PPD-PS, para ficarem ligados a uma viragem à direita da política portuguesa. No governo, como fora dele, os comunistas combatem um rumo social-democrata que queiram dar à política portuguesa, combatem em defesa das conquistas da revolução, combatem para que a revolução portuguesa continue no caminho do socialismo.

Que se pretende então?

Pretende-se (como já alguns pretenderam quando das negociações para a formação do VI Governo) criar uma tal situação ao PCP que o leve a retirar do governo o seu único ministro e os seus secretários de Estado?

No dia 16, numa entrevista ao jornal «Tempo», o Ministro socialista Jorge Campinos já avança a ideia do abandono do governo pelo PCP.

O PPD, lançado, pela boca do seu secretário geral Sá Carneiro, numa campanha anticomunista digna dos nazis dos anos 30, é mais claro e reclama que os comunistas saiam do governo. Ora bem. Isso não será assim tão simples.

Os comunistas não abandonarão o governo enquanto considerarem que, estando no governo, poderão mais eficazmente lutar em defesa das liberdades e das conquistas da revolução, poderão mais eficazmente lutar para evitar uma viragem à direita da política portuguesa.

E se alguns pensam que, se os comunistas não saírem do governo por sua livre vontade, os obrigarão a sair, é bom que meditem um pouco mais na realidade nacional.

Mesmo que fosse possível, a formação de um governo homogéneo PPD-PS com elementos militares conservadores e moderados encontraria tal resistência no povo português, que, ou enveredava pelo caminho dum ditadura da direita e de repressão que prolongaria talvez mas não salvaria a sua vida efémera, ou não se aguentaria muitas semanas no poder. Já hoje a hegemonia do PPD-PS e de uma tendência do MFA torna bem precária a estabilidade governamental.

A solução do problema do poder político não será a saída dos comunistas, não será a acentuação da posição hegemónica dum tendência militar, nem a formação de um governo exclusivamente PPD-PS, mas só poderá ser o reforço das posições, da esquerda revolucionária nos órgãos do poder político, designadamente no Governo Provisório, numa base verdadeiramente unitária.

A própria composição do VI Governo Provisório está já a criar-lhe sérias dificuldades. Outras lhe serão criadas, se a política seguida não corresponder ao programa anunciado pelo 1.º Ministro, quando da formação do governo.

Alguns dos pontos essenciais desse programa como a luta contra as actividades contra-revolucionárias não estão a ser levados à prática.

É tempo de pôr termo aos saneamentos à esquerda e começar a afastar com decisão elementos reacçãoários, que continuam a oferecer resistência, a sabotar e a conspirar em postos importantes do aparelho militar e civil do Estado.

É tempo de cessarem as campanhas alarmistas contra os revolucionários e as invenções acerca de golpes da esquerda preparando ambiente para a declaração do estado de sítio e de começarem com decisão e rapidez a investigação e o apuramento dos preparativos da contra-revolução.

Para salvar as liberdades e a revolução as baterias devem apontar-se não contra a esquerda, mas contra a direita contra-revolucionária.

Qualquer tentativa de viragem à direita está condenada ao fracasso.

A estabilidade política, a estabilidade militar, a estabilidade económica e a estabilidade social só podem alcançar-se com uma política de esquerda, com uma política revolucionária, e nunca com o projecto de anular as conquistas da revolução e reconduzir o processo revolucionário à perspectiva do sistema capitalista recomposto com um regime político de democracia parlamentar.

A solução da crise não se encontra na tentativa de liquidar a revolução, mas na sua consolidação e defesa.

Em defesa das conquistas da revolução

As poderosas acções de massas que se desenvolvem de norte a sul do país mostram bem que o povo está inabalavelmente decidido a defender as liberdades e as conquistas da revolução.

As forças revolucionárias e as massas populares estão inabalavelmente decididas a defender as liberdades.

Defender as liberdades contra as ameaças da contra-revolução e defender as liberdades contra orientações que pretendem imobilizar o processo revolucionário no quadro dum rígida legalidade forjada nos gabinetes e não adaptada aos problemas, às características e à dinâmica da revolução portuguesa.



O PCP sempre se pronunciou contra o uso anárquico das liberdades e contra o exercício das liberdades sem responsabilidade.

No que respeita, por exemplo, aos meios de comunicação social, o exercício da liberdade deve ser acompanhado da responsabilidade e da responsabilização. Tão pouco é de aceitar que meios de comunicação social do Estado sejam usados para propaganda de tal ou tal partido. Mas não se pode aprovar uma política que, sob pretexto da luta contra os abusos da liberdade e as manipulações partidárias e da defesa do pluralismo, procura estabelecer um controle monopolista de partidos ditos maioritários (PS-PPD) nos meios de informação.

Tal como em relação a quaisquer outros problemas da nossa sociedade actual, é com os trabalhadores e não contra os trabalhadores que se podem resolver os proble-

mas que de facto existem nos meios de comunicação social.

As forças revolucionárias e as massas populares estão inabalavelmente decididas a defender as nacionalizações e a reforma agrária.

É certo que, em palavras, poucos contestam estas conquistas revolucionárias.

Mas, nos actos, procuram as forças reacçãoárias e conservadoras criar dificuldades insuperáveis ao sector nacionalizado e às explorações agrícolas colectivas resultantes de ocupação de terras, de forma a desacreditar as nacionalizações e a reforma agrária e a justificar a retomada da direcção e da gestão económica e financeira pelo capital privado, como prelúdio da restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários.

A campanha contra as nacionalizações é desenvolvida simultaneamente pelos patrões e pelas forças políticas que querem impedir a marcha da democracia portuguesa para o socialismo. Aqui, em Torres Novas, foi nacionalizada a empresa dos Claras. Há dificuldades na empresa nacionalizada resultantes de várias circunstâncias, entre as quais um passivo de mais de 600.000 contos deixado pelos antigos patrões. Se a empresa não fosse nacionalizada, caminhará direito à falência. Mas agora há quem afirme que os patrões eram melhores do que o Estado.

Há sem dúvida patrões que pessoalmente são melhores que outros. Mas patrões bons ou patrões maus todos são exploradores, todos vivem à custa do que produzem os trabalhadores e por isso os trabalhadores estão vitalmente interessados em libertar-se da exploração, seja dos maus patrões, seja dos bons...

O PCP é contra as nacionalizações apressadas, contra as nacionalizações pelas nacionalizações. Mas feitas as nacionalizações, o caminho para os trabalhadores é tomarem o controle da empresa nas suas mãos, melhorarem o seu funcionamento e a sua rentabilidade, assegurarem a defesa dos seus interesses de classe e exigirem do Estado os apoios necessários.

Quanto à reforma agrária, a ofensiva reacçãoária é também muito violenta. Numa atitude de traição nacional, a ALA, associação controlada pelos grandes agrários, dirige-se aos países imperialistas pedindo a sua intervenção contra a reforma agrária com o pretexto de violar os direitos do homem e segundo consta, logo a seguir funcionários da Embaixada dos Estados Unidos requereram visitas às cooperativas agrícolas do Alentejo. O que querem lá ir fazer os funcionários americanos? Que provocação nacional e internacional se prepara contra as conquistas revolucionárias dos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos?

Os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores que beneficiam da reforma agrária estão atentos e vigilantes para com as actividades e manobras da reacção, dos agrários, dos imperialistas, lutam tenazmente para que o governo dê o apoio financeiro e técnico necessário, e estão prontos a opôr-se com todo o vigor a quaisquer tentativas para pôr em causa a Reforma Agrária, grande realização da revolução portuguesa que está entregando a terra a quem a trabalha.

As forças revolucionárias e as massas populares estão inabalavelmente decididas a defender as conquistas sociais alcançadas desde o 25 de Abril.

Numa política de viragem à direita, será tentado que as dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa sejam pagas, não pelos capitalistas, não pelos milionários que continuam dispendo de imensos recursos, mas pelos trabalhadores.

Ao mesmo tempo que não querem tocar num tostão mais das grandes fortunas para ganharem a confiança dos capitalistas, e, segundo dizem, para animarem os investimentos, preparam-se alguns para aumentar os preços, para congelar salários, obrigar a mais horas de trabalho, agravar ao fim e ao cabo as condições de vida dos trabalhadores, usando para isso a repressão se necessário fôr.

Ora isso não sucederá assim.

Os trabalhadores têm mostrado ser capazes de vencer com árduo trabalho, com privações e sacrifícios, as difíceis situações das empresas, que os capitalistas abandonam, sabotam e conduzem à ruína e à falência.

Aqui, em Torres Novas, conhecem bem essa situação os trabalhadores da actual cooperativa de Produção Metal-mecânica do Povo (ex-Videla), os trabalhadores da António Alves e os trabalhadores de outras empresas que com intenso trabalho, imensas privações e uma luta tenaz e corajosa, conseguiram fazer sobreviver a empresa, assegurar os postos de trabalho, dar uma elevada contribuição para a defesa da economia nacional.

Os trabalhadores estão dispostos a trabalhar mais e a grandes sacrifícios para construir uma sociedade socialista. Mas não estão dispostos a isso para restaurar o poder económico dos monopólios e dos latifundiários, para consolidar a sociedade capitalista, para perpetuar em Portugal a exploração do homem pelo homem.

A greve e a grande concentração dos metalúrgicos e as paralisações e manifestações dos trabalhadores agrícolas foram um soleno aviso de que os trabalhadores defenderão as conquistas da revolução no que respeita aos seus interesses vitais e não deixarão que de novo se refaçam fortunas à custa do seu suor e do seu sangue.

As forças revolucionárias e as massas populares estão inabalavelmente decididas a defender e consolidar a independência nacional.

Depois de longos anos de sobrevivência e submissão aos interesses estrangeiros pelos sucessivos governos de ditadura, um dos aspectos mais exaltantes da revolução portuguesa foi a reconquista da independência nacional.

O próprio 25 de Abril foi um corajoso acto afirmativo da independência nacional. Apesar de continuarem nos órgãos do poder forças e elementos prontos a acordos e situações lesivas dessa independência, apesar de alguns provocarem, incitarem e solicitarem pressões externas sobre a política interna portuguesa e sobre a sua política de descolonização, podemos afirmar com orgulho que, no essencial, após o 25 de Abril, a revolução portuguesa assegurou um política independente, assegurou a independência política de Portugal.

Essa uma das grandes razões por que os portugueses, que durante tantos anos sofreram a canga do imperialismo estrangeiro, se sentiram de novo senhores do seu próprio destino e reencontraram a própria pátria com o 25 de Abril e com as transformações democráticas realizadas posteriormente no decurso do processo revolucionário.

Hoje o processo de descolonização em Angola e Timor está a sofrer fortes ingerências externas que vão até à agressão armada. Expressando a nossa solidariedade e apoio ao MPLA e aos seus heróicos dirigentes e combaten-



O comício do PCP em Torres Novas constituiu uma grande jornada popular dos comunistas e dos trabalhadores do Alto Ribatejo

tes, expressando a nossa solidariedade ao povo de Timor em luta pela liberdade, reclamamos que Portugal não ceda às pressões externas e prossiga a política de descolonização conducente à independência dos povos antes submetidos ao colonialismo português, uma política que tem sido também uma afirmação, prestigante perante o mundo, da nova independência nacional portuguesa alcançada com a revolução.

É necessário que esta grande vitória do 25 de Abril não seja também agora posta em causa. São de registar pressões e ingerências externas acerca do regime político português e acerca da composição do governo. Portugal não é um burro à frente do qual se pendure a cenoura dos empréstimos e ajudas financeiras para o desviar do caminho do socialismo e fazer marchar para a viela social democrata.

O povo português não venderá a sua já gloriosa revolução por uns tantos milhões de marcos ou de dólares. A independência significa antes de mais e acima de tudo que cabe ao povo português e só a ele decidir da sua própria política e do seu próprio destino.

Pela sua luta firme, corajosa e confiante, contra a tentativa de viragem à direita e contra as ameaças à Revolução o povo português está demonstrando que não se submete a pressões externas e que continuará construindo um novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

Pela ordem democrática pela disciplina revolucionária

Há quem insista em que os maiores perigos que ameaçam a revolução são o desrespeito pela ordem e a indisciplina que se generalizou na sociedade portuguesa e que já profundamente as próprias forças armadas.

É na verdade uma questão importante e por isso sobre ela direi algumas palavras.

Fala-se actualmente muito na ordem pública, e na necessidade de mantê-la e defendê-la. Nós também somos pela manutenção e a defesa da ordem.

Simplesmente há duas maneiras de compreender a ordem pública. Alguns compreendem a ordem à maneira antiga, à maneira do regime de antes do 25 de Abril, a ordem para defender e garantir os interesses e privilégios dos senhores do capital, a ordem contra as reclamações dos trabalhadores, a ordem contra o processo revolucionário português, a ordem imposta pelas forças reaccionárias e conservadoras às forças revolucionárias e às massas populares.

Nós compreendemos a ordem de forma diversa. Para nós a ordem não é uma ideia em abstracto. A ordem no Portugal novo que estamos construindo só pode ser entendida como a ordem democrática, a ordem que coincide com os interesses dos trabalhadores, a ordem contra as forças reaccionárias, a ordem em defesa da liberdade e do processo revolucionário, a ordem imposta pelas forças revolucionárias contra os inimigos da revolução portuguesa. A ordem democrática assegura-se com o povo e não contra o povo.

O PCP contesta que se considere ordeira a manifestação do PPD no Porto e a sua marcha convocatória contra o RASP e se considere contra a ordem o ajuntamento popular junto ao mesmo RASP.

Contesta que se considerem ordeiras manifestações donde saem assaltantes e incendiários, que por exemplo, nada se faça contra os reaccionários de Minde, as suas perseguições a trabalhadores, as suas marchas provocatórias, os seus actos de violência, as suas ameaças a centros de trabalho do PCP, mas que se considere contra a ordem a defesa desses mesmos centros de trabalho e que, em nome da ordem, se vão buscar lá as armas de defesa, como sucedeu em Alcanena.

O Partido Comunista Português contesta que em nome da defesa da ordem se mantenham relações com as organizações terroristas, separatistas e de traição nacional na Ilha da Madeira, ao mesmo tempo que ali se perseguem militantes de partidos progressistas.

O Partido Comunista contesta a defesa da ordem tal como se entende actualmente nos Açores, isto é, a ordem com a supressão das liberdades democráticas, com a proibição das actividades do PCP, o encerramento dos seus centros de trabalho, o exílio para o continente dos seus militantes mais destacados. Isto nada tem a ver com a ordem democrática, com a ordem que interessa à revolução portuguesa. Isto é ordem reaccionária, ordem contra a liberdade, ordem contra a revolução.

O PCP defende e defenderá o respeito e a defesa da ordem democrática, mas combaterá firmemente a ordem reaccionária, que significa a supressão das liberdades e direitos dos cidadãos.

Tal como combatemos a ordem fascista no tempo da ditadura, não recendo as perseguições e a repressão, combatemos hoje todas as tentativas para de novo impor uma ordem reaccionária e lutaremos com todas as nossas forças para que seja respeitada a ordem democrática, ou seja, para que seja assegurado aos cidadãos o exercício das liberdades e direitos conquistados pelo 25 de Abril.

As forças revolucionárias e as massas populares têm grande papel a desempenhar na defesa da ordem democrática. Mas em numerosas situações, é indispensável a intervenção do Estado através de forças militares ou militarizadas.

Contra o terrorismo, contra violências reaccionárias e provocatórias, não basta a acção política, em alguns casos a acção das massas populares. É necessária a intervenção das forças armadas do Estado.

O PCP defende a intervenção do Estado para impor pela força se necessário o respeito pela ordem democrática, para impedir, usando os meios necessários, violências

físicas, atentados, pilhagens, assaltos, incêndios levados a cabo por bandos fascistas e provocatórios, chamem-se ELP, chamem-se MRPP, tenham eles o nome que tiverem. Consideramos inadmissível que quaisquer forças militares ou militarizadas se recusem a cumprir uma tal missão.

Mas sublinhamos que a constituição de uma força de ordem pública, na base de gente reaccionária, ou de profissionais da repressão sem quaisquer princípios, não serviria a ordem democrática, antes se poderia facilmente tornar uma arma de forças reaccionárias e conservadoras contra as forças progressistas, contra a classe operária, contra as massas populares, contra o processo revolucionário.

Forças militares ou militarizadas a quem caiba a missão de defenderem a ordem democrática têm necessariamente de ser forças comandadas por oficiais de elevada consciência revolucionária e constituídas por homens educados no espírito da defesa dos trabalhadores contra os exploradores, da defesa das liberdades e da revolução contra as forças reaccionárias.

Se uma tal força for criada, estamos absolutamente seguros de que a sua acção não só será compreendida, como será aplaudida e apoiada pelas massas trabalhadoras.

Fala-se também muito em disciplina e da necessidade de disciplina em toda a vida social e no trabalho, mas particularmente nas forças armadas.

Nós também somos pela disciplina. Simplesmente há duas maneiras de compreender a disciplina. Alguns compreendem-na à maneira antiga, a disciplina cega que, por ser cega, pode servir os interesses e os privilégios dos exploradores e dos inimigos da Revolução. Nós compreendemos a disciplina como a disciplina consciente ao serviço dos interesses do povo e da Revolução.

A revolução portuguesa precisa de forças armadas disciplinadas, prontas a desempenhar com eficiência as missões que lhe forem atribuídas.

Essa disciplina não poderá porém ser alcançada, se se desarmam ou encerram unidades tidas por progressistas e se se reforça o armamento e o potencial militar de unidades para as quais o povo português olha com desconfiança, por admitir que possam por-se ao lado da reacção.

Essa disciplina não poderá ser alcançada quando nenhuma medida são tomadas contra comandantes reaccionários que se rebelam contra superiores hierárquicos progressistas, e se fazem depois saneamentos contra oficiais, sargentos e soldados progressistas que protestam contra a rebelião desses mesmos comandantes reaccionários.

Essa disciplina não poderá ser alcançada quando se admitem nas forças armadas atitudes e actividades conspiratórias e golpistas de certos oficiais responsáveis e se perseguem e saneiam ao mesmo tempo os revolucionários.

Seria errado ver na grande movimentação de soldados ao lado do povo um movimento geral de indisciplina. As raízes dessa movimentação são mais profundas e os seus objectivos mais elevados. Essa movimentação dá-se por um lado pela existência de problemas reais, imediatos, na situação dos soldados. Mas dá-se sobretudo porque são visíveis avanços da direita que se dizem apoiados nas forças armadas; porque em numerosas unidades há comandos, oficiais e em alguns casos sargentos reaccionários; porque recentemente os soldados sentiram de perto o perigo de serem conduzidos a golpes militares; porque tempos atrás houve oficiais reaccionários que jogaram na política com «as suas tropas» como se os soldados fossem piões para o jogo político dos comandantes; porque os soldados assistem a perseguições e saneamentos de oficiais, sargentos e soldados progressistas e por isso em muitos casos perdem a confiança nos seus superiores.

Não somos de forma alguma contra o Quadro Permanente no qual há numerosos oficiais e sargentos que têm mostrado a sua dedicação aos ideais progressistas. O que é essencial é que o QP esteja com a revolução e não contra ela. E, estando com a Revolução, os soldados estarão com o Quadro Permanente.

As imponentes manifestações de soldados junto com as massas populares são um sintoma de amadurecimento do espírito revolucionário, um novo aspecto de ligação revolucionária do povo com as forças armadas, um aviso de que a disciplina nas forças armadas só pode ser estabelecida pondo todas as forças armadas ao lado do povo e não contra o povo.

O espírito revolucionário e a vontade combativa dos soldados pode tornar-se um factor poderoso, não da desorganização, do caos e da anarquia nas forças armadas como dizem alguns, mas um factor da coesão e da disciplina nas forças armadas ao serviço do Portugal democrático e revolucionário dos dias de hoje.

Numa revolução como é o caso da revolução portuguesa, uma forte disciplina nas forças armadas só se alcança verdadeiramente quando a linha de comando coincide com a confiança na dedicação ao povo e ao espírito revolucionário dos superiores.

Na medida em que sejam afastados dos quartéis elementos manifestamente reaccionários, na medida em que sejam reintegrados oficiais, sargentos e soldados progressistas que foram saneados, na medida em que no próprio MFA e nas suas estruturas superiores foi realizado um esforço de reunificação progressista, na medida em que nos órgãos do poder político se reforçam as posições da esquerda revolucionária (militar e civil), serão criadas condições para o reforço da disciplina nas forças armadas, para a criação de forças armadas capazes e eficientes, prontas a cumprir as missões que lhe forem destinadas, em defesa das liberdades, em defesa do povo, em defesa da revolução.

Urge uma solução para a crise

O próprio evoluir da situação nas forças armadas é uma indiscutível indicação de que a revolução portuguesa continua em crise.

Nem a recomposição que se efectuou nas estruturas do MFA com o afastamento de numerosos oficiais revolucionários, nem a formação de um governo com peso predominante e hegemónico numa só tendência militar e da aliança PS-PPD permitirá resolver os problemas políticos, militares, económicos e sociais que presentemente defrontamos.

A tentativa de uma viragem à direita nada resolve e nada poderá resolver. Encontra e encontrará pela frente a crescente resistência popular e agravará ainda mais todas as dificuldades e conflitos.

É tempo que certos sectores políticos olhem para as realidades, olhem para os factos e se convençam. A revolução portuguesa não cabe nas soluções da social democracia. O Portugal revolucionário de hoje, vencendo os perigos da contra-revolução, não pode converter-se num regime de democracia burguesa, ou seja, num regime parlamentar a encobrir o poder económico e político do capital monopolista, associado ao imperialismo estrangeiro e aos grandes senhores da terra. O Portugal revolucionário de hoje pela vontade e determinação do povo trabalhador e de todas as forças revolucionárias, rompe irresistivelmente a caminho do socialismo.

A luta popular aí está a demonstrá-lo: dia a dia cresce o número daqueles que estão dispostos a lutar e a fazer sacrifícios se necessário para pôr fim em Portugal à exploração do homem pelo homem.

Seria um erro monumental procurar resolver a crise do poder político e as dificuldades da sua estruturação, precipitando artificialmente a imitação de um regime parlamentar, pela transformação da actual Assembleia Constituinte numa Assembleia Legislativa. Uma tal usurpação de poderes nada solucionaria. Acrescentaria às dificuldades actuais novas dificuldades e encontraria de certeza uma tão firme resistência popular que a Assembleia usurpadora não poderia exercer as suas funções.

Os órgãos do poder (MFA e Governo), tanto pela sua composição como pela sua política, devem corresponder não ao projecto da social-democracia, mas à opção socialista da revolução portuguesa.



A crise do poder político continua e é necessário olhar de frente a situação e encontrar as soluções. Não pode conduzir a política da revolução democrática a caminho do socialismo, um governo com hegemonia social-democrata, um governo que apesar da personalidade do seu Primeiro Ministro tem no seu próprio seio um partido que se afirma contra a revolução e que pela sua política e a sua actividade se está cada vez mais claramente revelando como o partido da reacção.

A crise da revolução não pode ser vencida por uma única força política ou político-militar isoladamente. Há a este respeito grandes ilusões tanto em sectores moderados e de direita como em alguns grupos da chamada extrema esquerda. Essas ilusões podem levar à aventura e a aventura ao desastre de quem a empreenda.

Nenhum partido ou sector do MFA está em condições de tomar só para si as responsabilidades do poder e da condução do processo revolucionário.

O PCP continua a defender um amplo sistema de alianças sociais e políticas para assegurar o desenvolvimento da revolução portuguesa sem violentos acidentes e sobressaltos.

O PCP continua a defender que o MFA, como movimento progressista e vanguarda revolucionária das forças armadas continua a ser necessário à revolução e que, vencidos os perigos da sua dissolução ou de uma reconversão direita, é de desejar que retome a sua dinâmica intervenção na política portuguesa em aliança com as forças políticas progressistas e com o movimento popular.

Para se buscar uma saída para a crise, o PCP tem proposto um encontro entre representantes de várias tendências do MFA, do PCP e outros partidos revolucionários,

e do Partido Socialista. Uma tal proposta corresponde de tal forma à necessidade de levar a cabo um combate efectivo à contra-revolução e à necessidade efectiva do processo revolucionário, que acabará, numa forma ou doutra, por ser entendida, compreendida e aceite.

No nosso entender, apesar da política que têm seguido os seus dirigentes, o Partido Socialista pode e deve desempenhar um papel na solução da crise.

Para isso terá de alterar várias coisas na sua orientação e actividade. Queremos acreditar que acabará por fazê-lo, porque, a não fazê-lo, ou se transforma num partido abertamente reaccionário, ou caminha para o descalabro político e orgânico, a desagregação e o desastre. Para evitá-lo, terá de quebrar as suas alianças com a direita reaccionária, designadamente com o PPD. Terá de abandonar pretensões de hegemonia e o mórbido anticomunismo. Terá de voltar-se para uma aproximação com as forças da esquerda revolucionária. Terá de optar por uma perspectiva verdadeiramente socialista.

Todos os dias novos dados confirmam que no PS há amplos sectores que anseiam pela adopção de uma tal política. Se o PS tiver clarividência e força para adoptá-la e se ao mesmo tempo no MFA se reafirma a unidade interna na base revolucionária a solução da crise do poder ficaria extraordinariamente simplificada.

No entender do PCP, a solução da crise do poder exige a reaproximação e unificação das principais tendências progressistas do MFA, uma mais forte representação da esquerda revolucionária nos órgãos superiores do Movimento e na hierarquia militar, e uma mais forte representação das forças revolucionárias tanto civis como militares, no Governo Provisório.

Estas são, no nosso entender, condições fundamentais para vencer a crise do poder e a partir daí atacar, na base de uma plataforma comum, todos os problemas de fundo de natureza política, militar, económica e social.

Há quem pretenda evitar uma tal solução e se agarre desesperadamente aos seus sonhos de comando e hegemonia. A acção das forças revolucionárias e das massas populares acabarão por torná-la aos olhos de todos inevitável e indispensável para fazer frente aos crescentes perigos da contra-revolução e para sair do impasse criado pela tentativa de viragem à direita.

Aqueles que julgavam ter já dominado a dinâmica revolucionária dizem agora que as lutas de massas criam o perigo da direita. A verdade é que a passividade das massas teria já aberto o caminho à reacção e são as lutas de massas que estão afastando o perigo da direita.

As grandiosas lutas de massas das últimas semanas constituem uma séria advertência à reacção. Se tenta novo golpe poderá talvez fazer mais estragos políticos, materiais e humanos do que fez no 28 de Setembro e no 11 de Março, mas pagará também mais caro, incomparavelmente mais caro, o preço de uma criminoso aventura.

A grande contra-ofensiva das forças populares em defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução colhem de surpresa alguns dirigentes políticos que, depois de Tancos e da queda do V Governo Provisório, pensaram ter sufocado ou marginalizado as forças revolucionárias e estar em condições de liquidar o processo revolucionário e consolidar o capitalismo ameaçado pelas transformações democráticas já realizadas.

O novo fluxo revolucionário constitui uma formidável demonstração da energia revolucionária, da consciência política, da disposição ao combate da classe operária e do povo trabalhador.

A presente contra-ofensiva popular e a sua fusão com a resistência massiva de soldados, sargentos e oficiais progressistas, constitui talvez a mais poderosa série de acções políticas desde o 25 de Abril, obriga ao reexame das decisões que conduziram à recomposição do Conselho da Revolução e à formação de um governo com hegemonia PPD-PS, e confirma a inabalável determinação das forças revolucionárias e das massas populares em defenderem e consolidarem as conquistas da revolução, em assegurarem a marcha da democracia portuguesa para o socialismo.

Apesar das actividades divisionistas de alguns grupos, a grande contra-ofensiva popular desenvolve-se sob o signo da unidade de acção e a tendência para a aproximação e a unidade ganha dia a dia novos sectores políticos e mais amplas massas populares.

A classe operária e o povo trabalhador em geral estão cada vez mais fartos, mais desgostosos e mais indignados com as acções, as campanhas e os papéis que procuram dividir os trabalhadores, voltar trabalhadores contra trabalhadores, voltar revolucionários contra revolucionários, voltar soldados contra soldados, em vez de procurarem a conjugação de esforços e a fraternidade de combate na luta contra os verdadeiros inimigos (a contra-revolução, o grande capital, os grandes agrários) e na luta para edificar um regime de liberdade e de justiça social, em que os trabalhadores se vejam para sempre livres da opressão e da exploração.

De norte a sul do país, a classe operária, os militares revolucionários, a juventude, as mulheres, as massas populares estão mostrando, com a sua luta tenaz, continuada e confiante, com as suas demonstrações, manifestações, greves, paralisações, iniciativas de luta e de trabalho em que participam no conjunto muitas centenas de milhares de portugueses e portuguesas, que o povo português está ganhando para a revolução e decidido a defendê-la e a levá-la até ao fim.

Nestas horas em que se decide o futuro, o bem-estar e a felicidade do povo português, o PCP faz um veemente apelo à unidade de todos os que queiram impedir o regresso de Portugal ao passado fascista, de todos os que queiram defender as liberdades e as outras conquistas da revolução, de todos os que queiram assegurar que a revolução portuguesa continuará rumo ao socialismo.

A MADEIRA NÃO É DO PPD

Os últimos acontecimentos na Madeira confirmaram o envolvimento do PPD na conspiração separatista. Apesar disso, a nova Junta Governativa garante ao partido de Sá Carneiro o controle político da Madeira. Os verdadeiros interesses do povo da Madeira continuam esquecidos

Profundamente integrada em todos os problemas (e são muitos) com que se debate o povo da Madeira e empenhada na sua justa solução — a Comissão Distrital do Funchal do Partido Comunista Português, apresentou ao Governador Militar da Madeira, a seu pedido, um «dossier» em que são apontadas as mais urgentes medidas que, a nosso ver, deveriam ser de imediato encoradas, para arrancar uma terra, considerada parasidiaca, ao servidão da miséria, da fome e da ignorância que nela imperam.

Referindo-se aos métodos e à urgência de dotar o Arquipélago de uma nova Junta de Planeamento, a Comissão Distrital do Funchal do nosso Partido, afirmava então: «Foi sempre que todas as correntes de opinião deveriam ter sido ouvidas, assim como as organizações sindicais, e recolhidas as contribuições que as mesmas viessem a produzir. O debate, embora condicionado pelo tempo necessariamente curto para tal fim, deveria ter sido alargado a nível público. O voto não pode limitar nem marginalizar a riqueza de tal pedagogia política».

«É preciso reforçar a autoridade democrática, defender e alargar as liberdades democráticas, combater firmemente as actividades separatistas e contra-revolucionárias — afirmava-se no dossier apresentado pelo PCP, que prosseguia apontando medidas concretas — a dinamização e o fomento das organizações populares de base, a participação das cooperativas de produção e outras, das comissões de moradores, das comissões de trabalhadores, dos sindicatos e outras organizações populares existentes ou que venham a ser criadas, na discussão e solução dos problemas que directamente lhes dizem respeito, deve sempre ser procurado e aceite como princípio a incentivar e defender».

Em observação final, o PCP afirmava: «No que toca ao futuro da Madeira, a Comissão Distrital do Funchal do Partido Comunista Português entende que a sua escolha devem presidir, acima de quaisquer outros, o critério de independência, dedicação e reconhecida competência técnica para pôr em prática o programa mínimo que vier a ser acordado — e prossegue — não se está a contribuir para a Revolução Portuguesa ao continuar a evocar-se, eternamente os resultados das eleições efectuadas com um fim bem determinado — eleger uma

Assembleia Constituinte — para o preenchimento de cargos para os quais se exige tão somente competência, dedicação e identificação com os interesses profundos das populações mais desfavorecidas».

As medidas práticas apontadas pelo nosso Partido para solução dos vários e prementes problemas

das terras dos agrários absentistas, a abolição dos intermediários no sector das pescas, com intervenção estatal nos circuitos de compra, labelamentos, distribuição pelas cooperativas existentes e postos de venda a criar, a nacionalização e fusão numa única empresa estatal de transportes públi-

cos, das várias companhias actualmente existentes, a constituição de uma empresa estatal de controle do comércio interno que domine os vários níveis de distribuição e comercialização, intervenção, controle e racionalização de armazéns importadores — são algumas das medidas apontadas, que se inserem numa política de solução dos problemas da Madeira, norteada pela perspectiva do socialismo.

Já depois da elaboração deste documento, acontecimentos particularmente importantes registaram-se no Funchal. Insurgiu-se na escalada terrorista — que regista até à data 16 atentados bombistas — foi empreendida a criminosa operação de ocupação do Emissor Regional do Arquipélago.

Esta operação constituía parte importante de uma tentativa de golpe separatista. A lenta e decidida reacção dos trabalhadores e das forças progressistas do Funchal, que expulsaram do Emissor Regional o bando reaccionário que o estava a utilizar para apelos por uma pretensa «independência» — fez abortar o golpe, e constituiu uma magnífica vitória das forças progressistas e uma prova iniludível da sua determinação em barrar um retorno ao passado. Para lutar contra a reacção na Madeira, é preciso coragem — e não menos do que a coragem a todos os revolucionários nos tempos do fascismo. As forças progressistas, e em particular o PCP, demonstraram mais uma vez estar à altura da difícil luta que se trava no Arquipélago. Demonstraram também — e isso é particularmente importante —, que a despeito da insistente campanha da reacção, dos múltiplos obstáculos colocados à actividade das forças progressistas, cresce a sua influência entre os verdadeiros beneficiários do avanço do processo revolucionário — os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores e comerciantes da Madeira.

Entretanto, não é só com golpes mais ou menos violentos ou espetaculares que as forças reaccionárias tentam reconquistar privilégios perdidos. A manobra subtil, que pode passar despercebida aos olhos das massas, a luta renhida por alcançar posições em órgãos do poder — são armas que fazem também parte do seu arsenal.

Nos dias 16 e 17 deste mês, deslucou-se ao Funchal uma representação do Ministério da Administração Interna para conversações com as autoridades locais e partidos políticos sobre o projecto de decreto-lei instituinte da futura Junta Governativa da Madeira. O Partido Comunista Português não foi contactado nem consultado. Na nova Junta Governativa, a distribuição partidária de sectores e a distribuição partidária de sectores foi feita em tais termos, que concede de facto ao PPD o seu controle político, nomeadamente através do sector «vital» — da Coordenação Económica e Financeira. O mesmo PPD que lamenta de facto a luta separatista na Madeira — não contra uma existente dominação colonial, mas contra as perspectivas da revolução portuguesa —, o mesmo PPD que alardeia profissões de fé anti-comunistas, e que hoje luta, praticamente sem máscara, por um retorno do fascismo a Portugal, o PPD que no Funchal como em Lisboa, a nível regional como a nível nacional — na sua indevida participação em órgãos do poder —, mais não faz do que desferir golpes «os possíveis» sobre o avanço do processo revolucionário, e gritando contra o caos e a anarquia, tenta precipitar o país numa situação dramática.

A derrota da reacção na Madeira, no dia 7 de Outubro, a vitalidade e a determinação demonstradas pelas forças revolucionárias, abrem perspectivas favoráveis a um avanço decisivo do processo revolucionário, numa zona que a reacção tem considerado cotada sua. E agido em conformidade

de agora em todo o país — em que o vincado avanço das massas populares tem impedido as forças de direita de fazerem o jogo de real utilização das suas posições nos órgãos de poder, e cada vez mais põe em causa tais posições — é elemento fundamental para esse avanço. Na Madeira, como em todo o país, a reacção não passará. E preciso desmascarar a política de traição nacional do PPD na Madeira. Uma política inseparável da que desenvolve no Continente.

A ofensiva reaccionária serviu-se, como pretexto, de um problema de uniformização dos horários de trabalho, que preocupa gravemente os trabalhadores do sector e seus representantes, para se lançar numa ofensiva que mais não visava, afinal, do que, ponho em causa a fusão e as organizações representativas dos trabalhadores, democraticamente eleitas, vir a permitir a contestação da política de nacionalização, factor essencial na construção da Sociedade Socialista.

Os agentes contra revolucionários têm tentado logo no sentido de manipular certos sectores politicamente mais atrasados. Desde a omissão de panfletos anónimos que circulam «clandestinamente», cujo conteúdo do um anti-comunismo primário e abjecto, muito dignificaria certos pasquins fascistas, e onde se chega a indicar os nomes em quem os trabalhadores poderão votar a «fim de salvar Portugal do comunismo» (!?) — como sucedeu na Cidra; desde as campanhas da descridição de elementos progressistas das Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais, sobretudo os que mais se têm evidenciado na defesa intransigente das classes trabalhadoras — como sucedeu na Sacor-Sede, com a circulação de um abaixo-assinado exigindo um Plenário para debate, entre outros pontos, da retirada dos elementos representativos do sector na Comissão Central de Trabalhadores da Empresa Pública (já em funcionamento) e consequente desvinculação à orgânica transitória dos trabalhadores de Empresa Pública, aprovada há já longo tempo por todos os trabalhadores. Neste Plenário, realizado no passado dia 25 de Setembro, os trabalhadores reconheceram que haviam sido manobrados, verificando-se que muitos dos subscretores do abaixo-assinado ignoravam o conteúdo em toda a sua extensão, pelo que entenderam não discutir sequer os pontos referidos e reafirmar inteira adesão aos seus órgãos representativos; os trabalhadores da Sacor/Cabo Ruivo manifestaram claramente, através de uma moção enviada à Sede, o seu enérgico repúdio às manobras divisionistas que mais não visavam do que a destruição da Orgânica Transitória dos Trabalhadores da Empresa Pública, uma das mais importantes conquistas obtidas pelos trabalhadores das petrolíferas. Assistiu-se ao proparar de uma onda de boatos alarmistas e provocatórios (como por exemplo, o de que os trabalhadores das Instalações da Sonap/Ruivo iriam invadir a Cidra), etc.



sectoriais são medidas naturalmente revolucionárias, que contribuem de uma forma radical para alterar a panorâmica miserável e semi-feudal da Madeira que nos foi legada pelo fascismo, e que fascistas de hoje, mais ou menos encapotados, se esforçam por conservar. Medidas que não podem de maneira nenhuma interessar aqueles a quem o passado era tão favorável, aqueles para quem a Madeira foi sempre o paraíso negado aos que nela trabalhavam. Uma política de turismo de massas, a abolição imediata do regime de colónia e nacionalização das águas particulares, municipalização dos solos urbanos destinados à habitação, nacionalização

cos, das várias companhias actualmente existentes, a constituição de uma empresa estatal de controle do comércio interno que domine os vários níveis de distribuição e comercialização, intervenção, controle e racionalização de armazéns importadores — são algumas das medidas apontadas, que se inserem numa política de solução dos problemas da Madeira, norteada pela perspectiva do socialismo. Já depois da elaboração deste documento, acontecimentos particularmente importantes registaram-se no Funchal. Insurgiu-se na escalada terrorista — que regista até à data 16 atentados bombistas — foi empreendida a criminosa operação de ocupação do Emissor Regional do Arquipélago.

Já depois da elaboração deste documento, acontecimentos particularmente importantes registaram-se no Funchal. Insurgiu-se na escalada terrorista — que regista até à data 16 atentados bombistas — foi empreendida a criminosa operação de ocupação do Emissor Regional do Arquipélago.

TRABALHADORES DOS PETRÓLEOS UNEM-SE E ORGANIZAM-SE

Os trabalhadores do sector petrolífero nacionalizado vêm desenvolvendo, desde o 25 de Abril, um duro combate contra os reaccionários, divisionistas e sabotadores que tentam enterrar a construção da sociedade socialista

Os trabalhadores das companhias petrolíferas nacionalizadas têm perfeita consciência do papel que desempenham dentro do actual processo revolucionário. O lugar que ocupam num sector básico da economia nacional, do caminho que trilham rumo à construção da sociedade socialista.

O papel desempenhado, ao longo de todos estes meses de revolução, pelas respectivas Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais, no controlo das empresas; o pedido de nacionalização do sector (por parte da Sacor, ainda antes do 11 de Março e, imediatamente após esta data, por parte da Sonap) demonstrando a firme decisão dos trabalhadores de «colocarem os petróleo ao serviço do povo»; a adesão e participação dos trabalhadores a todos os níveis no processo de fusão e reestruturação, quer através da sua intervenção nos vários grupos de trabalho, quer através dos seus órgãos representativos, especialmente criados para o efeito (4 membros eleitos pelos trabalhadores — um de cada empresa), para a Comissão de Reestruturação designada pelo Governo/Comissão paritária, com trabalhadores eleitos nas 4 petrolíferas nacionalizadas — Sacor, Sonap, Cidra e Petrosul — a quem competia o controlo do processo em curso; Plenário dos 200 — formado por todos os representantes dos trabalhadores dos vários sectores das referidas empresas, membros de direcções sindicais e representantes de trabalhadores das Petrolíferas multinacionais, são alguns exemplos flagrantes do que acima afirmámos.

Os trabalhadores, sempre atentos, souberam, em várias ocasiões, dizer não a tentativas, mais ou menos claras, de recuperação por parte do capital, das nacionalizações, decretadas pelo Governo em 15 de Abril de 1975. O inequívoco repúdio manifestado face às manobras que visavam a criação de mais de uma empresa pública petrolífera, bem como a consagração nos estatutos de conselhos gerais, cujo conteúdo anti-trabalhadores desde logo foi denunciado, foram alguns dos passos dados no sentido da defesa intransigente das conquistas alcançadas.

Mas o grande capital monopolista, através dos seus agentes, não desiste facilmente e tudo faz no sentido de destruir as vitórias alcançadas pelas classes trabalhadoras empenhadas na construção de uma sociedade nova em que não exista a exploração do homem pelo homem.

Mas os trabalhadores não se deixam iludir quanto ao reconhecimento de quem são os verdadeiros inimigos da Revolução. Não se deixam desorientar perante as in-

vestidas dos agentes da contra-revolução, não cedem nem um palmo nas conquistas que obtiveram para todo o povo português.

Unidos e organizados, subvernam encontrar a resposta pronta e eficaz que se impunha, em cada caso, para o desmascaramento de várias manobras. No dia seguinte ao primeiro Plenário Regional de Trabalhadores da Empresa Pública de Petróleos — Zona Centro — realizado em 23 de Setembro último, convocado para tratar de várias questões, entre as quais a uniformização do horário de trabalho, assistiu-se, na Sonap, ao desenvolver de uma onda de boatos: contestação da fusão — que rapidamente se espalhou pelas outras companhias; divergências entre trabalhadores da Sede e da Instalação de Cabo Ruivo; agressões físicas no Plenário da véspera, etc.

Toda esta movimentação e a convocação de uma reunião de trabalhadores da Sede, com uma ordem de trabalhos que incluía assuntos de interesse geral para a Empresa, causou a mais viva inquietação entre os trabalhadores das Instalações de Cabo Ruivo. Ao perceber-se da gravidade da situação, do perigo que todo o processo corria, a classe operária soube claramente dar mostras do seu elevado grau de consciência de classe e do papel que desempenha na revolução.

Contra as manobras divisionistas, havia que responder com o esclarecimento total, com a verdade dos factos. Contra as tentativas que procuravam pôr em causa as conquistas alcançadas, havia que responder com a reafirmação colectiva de uma vontade.

Contactadas, rapidamente, as restantes instalações da Sonap, foi decidido que todos os trabalhadores dessas instalações se concentrariam no Edifício da Sede, a fim de realizar um esclarecimento mútuo que permitisse aclarar posições. A mobilização foi geral. No dia 25 de Setembro último, pelas 18h., no hall de entrada do Edifício da Sede, encontraram-se, efectivamente, todos os trabalhadores da Sonap. Estabeleceu-se o diálogo. O ambiente, de início de certo modo tenso, foi-se desanuviando em face da correcção das intervenções, da repositão da verdade dos factos, do desmascaramento dos boatos, da ordem democraticamente estabelecida.

Os trabalhadores da Sonap reafirmaram, no final, a sua inteira adesão ao processo de fusão das companhias petrolíferas. A sessão foi encerrada com palavras de ordem de «Unidade» e «Abaixo a Reacção». Efectivamente, a reacção fora batida. Vencera a unidade.

Legítimo representante das mulheres portuguesas antifascistas e democráticas, o MDM necessita de meios materiais para desenvolver a sua meritória acção patriótica junto da mulher trabalhadora e da infância. Ajudemos o MDM!

Nun apelo à solidariedade para com as mulheres portuguesas e o processo revolucionário português, o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) pede às organizações democráticas e revolucionárias de todo o mundo que «denunciem as manobras do imperialismo, que pretende denegrir o processo revolucionário português, através de uma informação tendenciosa e falsa», e «sabotagem económica com que o imperialismo tenta travar a nossa revolução, apelando para a solidariedade de todos os trabalhadores do mundo contra essas manobras».

As mulheres portuguesas antifascistas e democráticas, que hoje como no passado, têm merecido o apoio das organizações femininas de todo o mundo, lançam ainda um apelo no sentido de as ajudarem com material técnico e didáctico para as crianças, designadamente para a instalação de creches, material de costura e de escritório, medicamentos, máquinas de filmar, projectar, gravar, etc.

Depois de recordar o papel das mulheres de diferentes ideologias e crenças religiosas na luta, ao lado dos companheiros, contra o fascismo, o MDM salienta como tarefa inadiável e urgente a mobilização, consciencialização e organização das mulheres como parte integrante da Revolução, combatendo a ideologia retrógrada e reaccionária, nas regiões onde a defesa do processo revolucionário é mais difícil e exige meios materiais de que o Movimento não dispõe. Daí o apelo lançado pelo MDM, «legítimo herdeiro dos vários movimentos que sob o terror fascista lutaram, quase sem interrupção desde 1946, pelo fim da discriminação existente nos vários campos contra a mulher portuguesa».

MDM: UM MESMO COMBATE

Legítimo representante das mulheres portuguesas antifascistas e democráticas, o MDM necessita de meios materiais para desenvolver a sua meritória acção patriótica junto da mulher trabalhadora e da infância. Ajudemos o MDM!

Nun apelo à solidariedade para com as mulheres portuguesas e o processo revolucionário português, o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) pede às organizações democráticas e revolucionárias de todo o mundo que «denunciem as manobras do imperialismo, que pretende denegrir o processo revolucionário português, através de uma informação tendenciosa e falsa», e «sabotagem económica com que o imperialismo tenta travar a nossa revolução, apelando para a solidariedade de todos os trabalhadores do mundo contra essas manobras».

As mulheres portuguesas antifascistas e democráticas, que hoje como no passado, têm merecido o apoio das organizações femininas de todo o mundo, lançam ainda um apelo no sentido de as ajudarem com material técnico e didáctico para as crianças, designadamente para a instalação de creches, material de costura e de escritório, medicamentos, máquinas de filmar, projectar, gravar, etc. Depois de recordar o papel das mulheres de diferentes ideologias e crenças religiosas na luta, ao lado dos companheiros, contra o fascismo, o MDM salienta como tarefa inadiável e urgente a mobilização, consciencialização e organização das mulheres como parte integrante da Revolução, combatendo a ideologia retrógrada e reaccionária, nas regiões onde a defesa do processo revolucionário é mais difícil e exige meios materiais de que o Movimento não dispõe. Daí o apelo lançado pelo MDM, «legítimo herdeiro dos vários movimentos que sob o terror fascista lutaram, quase sem interrupção desde 1946, pelo fim da discriminação existente nos vários campos contra a mulher portuguesa».



Sem a ajuda soviética não haveria escoamento possível para os nossos excedentes de vinho

A VENDA DO VINHO À URSS

A venda de vinho português à URSS serviu de pretexto para uma intensa campanha anticomunista. Os factos demonstram que os preços oferecidos pela União Soviética são superiores aos do mercado internacional e que a Revolução Portuguesa conta com a solidariedade do campo socialista

A crise económica é um dos grandes temas da campanha de desinformação. As forças da burguesia exprimem-se como se a superação dessa crise dependesse do mundo capitalista. Desejo de ajudar a revolução portuguesa. Ora na realidade o conjunto dos países capitalistas respondeu à democratização da nossa sociedade, a distribuição partidária de sectores e ao boicote dos seus mercados aos produtos portugueses enquanto os países do campo socialista trataram de encontrar fórmulas práticas de nos manifestar a sua solidariedade. E neste quadro que a compra do vinho português pela União Soviética se insere. Como era de esperar levantaram-se as habituais vozes de contestação, vindas tanto de certos quadras esquerdistas como dos sociais-democratas que engrossam o caudal do anti-comunismo, do qual o anti-sovietismo é uma das expressões preferidas. Particularmente em relação ao mais recente contrato de venda de vinho à URSS — o terceiro — a campanha desencadeada contra ele determinou um atraso na sua assinatura.

A compra de vinho português por parte da União Soviética é um testemunho de solidariedade para com o nosso país. Na realidade, independentemente de a campanha vinícola de 1975 da URSS é uma das mais elevadas dos últimos anos, atingindo 30 milhões de hectolitros, países como a Espanha e a França propunham-se vender vinho à URSS respectivamente por 9,95 dólares e 11,24 dólares o hectolitro. A União Soviética não aceitou estas ofertas, para si muito mais vantajosas, e negociou com o nosso país já três contratos de compra de vinho comum liso branco e tinto.

através dos contactos estabelecidos entre a Soyuzplodimport e a Junta Nacional de Vinhos, foram assinados os seguintes contratos de compra de vinho: 1.º Contrato assinado em Moscovo a 18 de Março de 1975, incidindo sobre 80 950 hl de vinho branco e 74 200 hl de vinho tinto pagos respectivamente a 12,36 e 14,07 dólares o hl, ou seja, 3\$95 e

4\$49 o litro, (preços FOB, isto é as despesas de transporte decorrentes da carga da União Soviética); 2.º Contrato assinado em Moscovo em 29 de Maio de 1975 englobando a venda de 290 000 hl de vinho branco sendo pago a 12,96 dólares o hl ou seja 4\$14 o litro (preços CIF ou seja transporte efectuado pela Companhia Nacional de Navegação a cargo da Junta Nacional de Vinhos); 3.º Contrato ultimado neste mês de Outubro, compreendendo a compra de 600 000 hl de vinho (400 000 branco e 200 000 tinto) a 12,3 dólares o hectolitro ou seja 3\$40 o litro (preços FOB).

Este terceiro contrato foi o que mais problemas levantou a nível do Ministério do Comércio Externo do VI Governo apesar de a Junta Nacional de Vinhos contar com o aval do V Governo para concluir o acordo com a União Soviética. O argumento mais utilizado por elementos cuja definição política é bem clara e aproveitaram a cooperação da União Soviética para moverem as costumeiras campanhas, foi a questão do preço que seria altamente desvantajosa para Portugal. Esta questão merece pois, um amplo esclarecimento para que agricultores honestos não sejam manipulados pela propaganda caluniosa e hábil com que se procura denegrir as nossas relações com a URSS.

A QUESTÃO DO PREÇO DO VINHO

Levantar a questão do preço de compra do vinho português pela União Soviética quando não resulta de fanático anti-sovietismo e da mistificação resultará, sem dúvida, de crassa ignorância. Senão vejamos: A campanha vinícola de 1974 foi em toda a Europa (e não só, veja-se o caso da Argentina) muito superior à média: em França a produção atingiu 75 milhões de hectolitros, em Espanha 38 milhões de hl, em Itália 77 milhões de hl, em Portugal 14 milhões de hl. É evidente que este excesso de produção tem necessariamente influência directa nas cotações internacionais. Em alguns casos, por exemplo em França, está embargada a importação habitual de vinho italiano. A Espanha além de ter oferecido à URSS vinho a 9,95 dólares o hl (FOB) está a proceder a ofertas (nomeadamente para Angola) na ordem de 3\$20 para vinho tinto e 2\$60 para vinho branco a França, como já citámos, vendida vinho à URSS a 12,24 dólares o hl (FOB) e exportadores portugueses ofereceram vinho branco a preços inferiores a 11 dólares/hl. Ora o vinho português foi pago a 3\$95/0 (tinto) e 4\$49 o branco (preços FOB no primeiro contrato), a 4\$14/branco (preços CIF) o segundo contrato de 290 mil hectolitros, à cerca de 3\$40 (preços CIF, o terceiro contrato de 600 mil hectolitros). Perante estes dados, mantidos durante algum tempo em sigilo dada a concorrência internacional, quem continuará a contestar o preço prigo pela União Soviética relativamente ao vinho português? Por outro lado, durante este ano, o vinho vendido por exemplo à Suíça, quando foi pago a 3\$32, 3\$37, 3\$41, 3\$55 o litro. Que tivessemos conhecimento nenhuma campanha foi desencadeada contra estes preços. E note-se que os preços variam necessariamente, em qualquer transacção, em função da quantidade vendida. É possível que para quantidades reduzidas encontrássemos um comprador que pagasse preços superiores aos praticados pela União Soviética. Mas como é a que país venderíamos a quantidade já comprada pela União Soviética que atinge 1 milhão e 45 mil hectolitros ou seja 104 milhões e 500 mil litros, prevendo-se para breve a compra de mais 60 milhões de litros? Eis uma questão a que importaria que respondessem quantos fizeram da venda de vinho à União Soviética um alibi político para a sua campanha demagógica e falsa. Acrescente-se que a nossa exportação tradicional (quando se não verifica um excesso de produção como o registado em 1974 nos diferentes países) é de 800 000 hl. Ora, em 1974 tivemos uma produção global

de 14 milhões de hl (a média é de 10 a 11 milhões), dos quais 8 milhões e 400 mil na área da Junta Nacional dos Vinhos e o restante na área do Douro e Vinhos Verdes. Some-se a esta produção um «stock» de 1973 de 2 milhões e 600 mil hl na área da Junta Nacional dos Vinhos. Ficamos pois nesta área (J.N.V.) com uma produção de 8 milhões e 400 mil hl. Somando-se o «stock» de 1973 de 2 milhões e 600 mil hectolitros, resultam 11 milhões de hectolitros e 200 mil hl para consumo interno. 800 mil hl para os mercados tradicionais e o escoamento de vinho é de 4 milhões e 700 mil a retirar da Junta Nacional dos Vinhos para queima e

fariamos com o vinho da próxima campanha que se estima entre 10 500 000 hl a 9 400 000 hl? É certo que a J.N.V. pagou aos produtores preços superiores aos de venda à União Soviética. Esta é norma noutros países: por exemplo, a França que paga ao produtor 6\$60 faz ofertas inferiores à nossa (aliás não aceites, ao contrário do que os contestários da venda do vinho a URSS afirmaram). Acrescente-se que a questão é de fundo, enraizando-se na crise geral da agricultura portuguesa, e que a J.N.V. não é nem pode ser um organismo de lucro mas uma entidade reguladora do mercado, que com a nova estrutura posterior ao 25 de Abril se tem afirmado ao serviço dos pequenos e médios agricultores como foi reconhecido recentemente pelas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores do Oeste e Ribatejo.

Outra «solução» esta vinda dos lados esquerdistas e curiosamente retomando um slogan salazarista: escoar os excedentes de vinho a preços convenientes para os camilhões de trabalhadores, nomeadamente, para as das empresas nacionalizadas. Já Salazar, o velho ditador dizia que «beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses», slogan da propaganda de alicenação de largas camadas da população ainda presas do alcoolismo. Entre nós o consumo anual de vinho é em média de 100 litros por habitante, um dos mais elevados da Europa. Há pois quem esteja interessado em incrementar este consumo, alimentando o alcoolismo. Com que fins? Provavelmente os mesmos com que se apregoava que «beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses».

Outro exemplo de como determinados sectores continuam a considerar o povo português como um menor intelectual. Em artigo publicado no jornal «A Luta» a 3 de Outubro diz-se que «agora que a nossa abertura ao mundo toma novas dimensões começa a evidenciar-se uma certa ingenuidade ou carença de especialização de perícia — por parte dos nossos técnicos encarregados de negociar a colocação dos nossos produtos — e o articulista depois de lançar «esta» para cima dos técnicos que servem o processo de democratização propõe-se prová-lo a fá-lo com um «segundo consta» — «A provar o acerto da afirmação está o facto de, segundo aqui consta, o último vinho por nós vendido à União Soviética ter sido revendido por esta ao Canadá». Realmente seria de perguntar porque razão o Canadá não nos compraria directamente o vinho em condições bem mais vantajosas pois não haveria intermediário. Este absurdo foi aliás desmentido pela Embaixada do Canadá em Portugal à J.N.V. Mas é com estes «abusos» e provas de «segundo consta» que se desenvolvem os diversos ataques da caluniosa propaganda anti-comunista.

«O vinho foi vendido à URSS e esperamos que novos contratos se venham a verificar. Só o terceiro contrato, 200 mil contos em dólares entram no nosso país, num momento em que as reservas de divisas estão quase esgotadas. Mas independentemente deste aspecto cuja importância é indiscutível, a compra de vinho português por parte da União Soviética foi, como provam os factos, um acto de solidariedade para com o nosso país. Assim foi entendido pelas camadas trabalhadoras das quais os pequenos e médios agricultores fazem parte integrante. Por isso a venda do vinho à URSS, apesar de toda a máquina de contestação virulenta posta a funcionar, foi mais uma vitória popular e da solidariedade internacional para com o processo revolucionário português».

AS «SOLUÇÕES» DOS DEMAGOGOS DO ANTI-COMUNISMO

Algumas e «interessantes» soluções foram apontadas pelos contestários da venda de vinho à URSS analisá-las tem uma razão pedagógica preventiva. Importa que os trabalhadores e pequenos e médios camponeses estejam na posse de dados que lhe permitam desmascarar os demagogos da mentira. Vejamos a primeira solução apontada: quem ar o vinho para duas campanhas de vinho do Porto só resolve o problema de 1 milhão e 200 mil hl. Retirados pela J.N.V. 3 milhões e 700 mil, restariam ainda 2 milhões e 500 mil hl. Que fazer? Armazená-lo eis outra «solução» apontada. Teríamos capacidade para tal? E os custos que implicaria essa operação de armazenamento? Armazená-lo para quê? Para venda posterior? A que países e a que preços se a campanha vinícola de 1975 se avizinha ainda muito elevada (França: 70 milhões de hl, Itália: 70 milhões de hl, Espanha: 37 milhões hl), o que acumulando com os saldos da campanha de 1974 irá ter reflexos nos preços internacionais que provavelmente irão descer ainda mais? Por outro lado, se armazenássemos estes excedentes não procurando escoá-los através da exportação para a URSS, o país que em função das quantidades adquiridas maior vantagem nos oferece, e que fariamos aos 4 milhões de hl que a J.N.V. ainda tinha para retirar da produção em final de Agosto, o que

«O jornal operário é a tribuna operária LENINE



ENCONTRO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS

O I Encontro dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Novas Cooperativas de Portalegre, realizado em Benavila, constitui uma firme prova de que a Reforma Agrária não voltará para trás

O I Encontro dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Novas Cooperativas do Distrito de Portalegre, realizado no passado domingo em Benavila, no Concelho de Avis, traduz a inequívoca vontade dos operários e camponeses alentejanos em levarem por diante as grandes tarefas da Reforma Agrária, cuja integral realização é essencial para a construção do socialismo em Portugal.

200 000 HECTARES NAS MÃOS DOS TRABALHADORES

A realização deste I Encontro, organizado pela Comissão Distrital de Portalegre do nosso Partido, teve a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, da Liga dos Pequenos Agricultores, do Conselho Revolucionário de Apoio à Reforma Agrária. Presenças mais de 600 delegados das novas herdades e das cooperativas do distrito.

O grande combate conduzido contra os grandes agrários e latifundiários que, durante anos e anos, exploraram o suor e o sangue dos trabalhadores do Alentejo, saldou-se numa grande vitória para a classe operária e para os camponeses. Hoje, no distrito de Portalegre, mais de 200 000 hectares de terras estão controlados pelos trabalhadores. A ordem feudal nos campos foi destruída e estabelecem-se novas relações, as relações que apontam já para a sociedade socialista, grande certeza das populações exploradas do campo e das cidades.

Mas a luta contra a reacção continua. Os grandes agrários continuam a espalhar o terror fascista nos campos, pretendendo recuperar os seus antigos lugares de exploração. Enganam os pequenos agricultores, tentam lançá-los contra os operários agrícolas. Mas a luta dos operários e camponeses, a unidade entre os operários agrícolas e os pequenos agricultores — pedra fundamental para o avanço da Reforma Agrária — assim como a aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo — indispensável à construção do socialismo — conseguirá pôr termo às manobras da reacção latifundista.

No decorrer do Encontro, fez-se o balanço das necessidades imediatas das herdades no que toca a máquinas, crédito, comercialização e assistência social condigna. Estabeleceram-se formas concretas de solidariedade aos pequenos agricultores, nomeadamente jornadas de trabalho nas pequenas propriedades, empréstimos de máquinas e sementes. Na prática, os trabalhadores alentejanos desmentem as calúnias que os reaccionários lançam à sua justa luta.

MOÇÃO APROVADA NO ENCONTRO

«1. A terra a quem a trabalha: Repudiamos vivamente as manobras dos reaccionários que procuram pôr em causa a expropriação dos latifúndios; dizem que os trabalhadores andam a roubar as melhores terras, as máquinas, os gados. Isso é uma afronta aos trabalhadores. Toda a riqueza que está nas herdades é fruto do duro labor de quem trabalha a terra e

durante muitos séculos foi roubada aos trabalhadores. As leis da Reforma Agrária garantem aos trabalhadores o direito à posse das riquezas que só eles criam. Para acabar com o atraso do País e a exploração dos trabalhadores é necessário andar para a frente com a Reforma Agrária, acabando de vez com os latifundiários parasitas e entregando a terra a quem a trabalha.

«2. Defender e reforçar a aliança dos operários agrícolas com os pequenos e médios agricultores: Os reaccionários exploradores também se esforçam por dividir as classes trabalhadoras, lançando os pequenos e médios agricultores contra os operários agrícolas, dizendo que os assalariados querem tirar todos os bens aos camponeses pobres. Isso é completamente falso e deve ser combatido com toda a firmeza. No Alentejo há terra abundante para todos os trabalhadores; assalariados e agricultores pobres precisam unir-se para acabar de vez com todos os exploradores.

«3. A riqueza que está nas terras é de todos os que trabalham: Ao tomar conta das terras para as colocar a produzir, uns trabalhadores ficam com terras melhores e mais máquinas, gados e por vezes grandes matas; outros começam com terras piores e com quase tudo roubado pelos agrários. Não se deve permitir a divisão dos trabalhadores entre ricos e pobres; toda a riqueza que está nas herdades é de todos os trabalhadores e a todos deve beneficiar.

«4. Para fazer crescer a produção, investir sempre mais: Do produto criado em cada ano, uma parte deve ser destinada a melhorar as condições de vida dos trabalhadores e a ajudar as Unidades Colectivas de Produção mais fracas. Mas é indispensável reservar outra parte importante dos fundos realizados para investir: compra de máquinas e de fertilizantes, de gados e sementes melhoradas, realização de obras de rega e de beneficiação e ampliação das instalações das herdades.

«5. Assegurar crédito do Estado à agricultura: O progresso da produção dos campos é necessário ao progresso de todo o País. Portanto, exigimos que se não falte com apoio financeiro aos que trabalham a terra.

«6. Avançar com a organização e o apoio técnico às novas Unidades Colectivas de Produção: As novas explorações colectivas dos trabalhadores necessitam fortalecer a sua organização, debatendo frequentemente os seus problemas em assembleias gerais e dando ajuda às suas comissões directivas. Também é necessário melhorar a organização e a coordenação entre as Comissões de Trabalhadores das diversas explorações colectivas, criando Comissões Coordenadoras, ao nível do concelho e por distrito.

«7. Reconhecimento imediato das novas explorações colectivas dos trabalhadores: Cada nova Unidade Colectiva de Produção que se formar em Portugal deve ser reconhecida imediatamente pelo Estado, através do Conselho Regional da Reforma Agrária, uma reunião na qual participaram representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, além de António Bica, secretário de Estado da Estruturação Agrária, o governador civil de Portalegre e o brigadeiro Pezarat Correia, comandante da Região Militar do Sul.

«8. Rápida reestruturação dos circuitos comerciais e industriais: As máquinas e outros artigos que se podem fabricar em Portugal não devem ser importados. Também se deve eliminar os grandes intermediários parasitas.

«9. Previdência social: Os trabalhadores não devem descontar mais do que 6,5% para as Caixas.

«10. Imediata publicação dos diplomas progressistas já elaborados: Daqui exigimos a imediata publicação e execução dos diplomas elaborados por anteriores governos, tais como: Lei dos Baldios; Lei do Controle Operário das empresas; Lei das Associações dos Pequenos e Médios Agricultores; Portaria de Regulamentação do trabalho rural para o Alentejo.

«11. Ocupações de terras não são selvagens! Na sequência do Encontro de Benavila realizou-se na segunda-feira em Portalegre, convocada pelo Centro Regional da Reforma Agrária, uma reunião na qual participaram representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, além de António Bica, secretário de Estado da Estruturação Agrária, o governador civil de Portalegre e o brigadeiro Pezarat Correia, comandante da Região Militar do Sul.

No decorrer desta reunião, ficou amplamente demonstrado — o próprio comandante da Região Militar do Sul pôde comprová-lo — que as ocupações de terras realizadas não foram, de modo nenhum, ocupações selvagens. Esta reunião destinou-se a analisar o ambiente de tensão criado pelos grandes agrários, ambiente esse já denunciado no Encontro de Benavila. Os grandes agrários tentam desesperadamente, através da intriga e do boato, lançar os pequenos agricultores contra os assalariados rurais. Tais factos registam-se com maior evidência nas regiões de Elvas e Montemor.

Reunião idêntica efectuou-se na tarde-feira em Elvas, com a presença do brigadeiro Pezarat Correia e do secretário de Estado António Bica, a fim de serem tomadas as medidas convenientes no sentido de neutralizar a acção daqueles que tentam, por todos os meios, impedir a realização da Reforma Agrária.

PASSO HISTÓRICO NA REFORMA AGRÁRIA

A constituição da Vanguarda do Alentejo, unidade colectiva de produção agrícola, é uma prova da firmeza e da combatividade da classe operária e dos camponeses na realização das grandes tarefas da Reforma Agrária e da construção do socialismo

A determinação e firmeza dos operários agrícolas e dos camponeses do Alentejo em levarem por diante a Reforma Agrária, que entregue a terra a quem a trabalha, acaba de ser mais uma vez provada com a constituição da primeira unidade colectiva de produção agrícola, na freguesia de Santa Vitória, concelho de Beja. Na vanguarda da luta pela Reforma Agrária, os trabalhadores alentejanos acabam de dar mais um passo na construção da nova sociedade sem exploradores nem explorados.

Na passada sexta-feira reunida na Casa do Povo de Santa Vitória, os trabalhadores da freguesia decidiram constituir uma unidade colectiva de produção agrícola composta pelas herdades da Chamimé, Monte Branco, Carriças e anexas, Malhadas, Faleira e anexas, Lagoa e anexas Outeiro e anexas, Corte Ripais e anexas, Peixeira e Corte Azinha, todas anteriormente expropriadas e sob controle dos trabalhadores da freguesia. 20 630 hectares constituem neste momento a Vanguarda do Alentejo, nome que recebeu esta primeira unidade colectiva de produção agrícola, que tem por objectivo a exploração agrícola e agro-pecuária.

No imediato, a revolucionária solução encontrada pelos trabalhadores de Santa Vitória permitirá um melhor aproveitamento das máquinas, uma melhor organização do trabalho e a garantia de trabalho todo o ano para todos os trabalhadores.

No decorrer do plenário dos trabalhadores da freguesia de Santa Vitória, a que estiveram igualmente presentes o Governador

Civil de Beja, o director do Centro Regional da Reforma Agrária, o delegado do Ministério do Trabalho, os comandantes do RAB, da PSP e da GNR, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e da Liga dos Pequenos Agricultores, um dos presentes afirmou:

«É um passo histórico a constituição desta primeira unidade colectiva de produção agrícola — não já a colectivização de cada herdade, mas socialização da terra, do trabalho e da produção».

O nome de Vanguarda do Alentejo deve-se ao facto de se ter iniciado precisamente em Santa Vitória o processo da Reforma Agrária com a expropriação, em Janeiro, do Monte do Outeiro. Santa Vitória foi a primeira freguesia a legalizar as propriedades expropriadas. Santa Vitória é a Vanguarda do Alentejo.

No acto de constituição da Vanguarda do Alentejo, o representante do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja afirmou: «A constituição desta nova unidade de produção é o resultado da consciência de classe dos trabalhadores rurais alentejanos, da firmeza e correcção da sua luta».

E mais adiante: «Representa um passo decisivo para pôr fim à exploração capitalista, arrancar à miséria os trabalhadores rurais, pela liquidação dos monopólios, e criar condições para transformar a atrasada agricultura portuguesa numa agricultura progressiva, base indispensável para uma vida desafogada das amplas massas trabalhadoras e para a afirmação do processo revolucionário a caminho do socialismo».

A EXONERAÇÃO DE 4 GOVERNADORES CIVIS ENQUADRA-SE NO SANEAMENTO À ESQUERDA

O afastamento de quatro governadores civis revolucionários — Lisboa, Braga, Castelo Branco e Faro — e a sua substituição por elementos que não inspiram confiança aos partidos progressistas e ao movimento popular de massas agravou nos últimos dias a crise político-militar

A decisão, tomada pelo ministro da Administração Interna, de exonerar os governadores civis dos distritos de Braga, Castelo Branco, Lisboa e Faro contribuiu para agravar, na última semana, a crise política. O dr. José Sampaio, o dr. Conceição e Silva, o arquitecto Mário Bruxelles e o dr. Ramiro Fernandes defenderam sempre, no exercício dos cargos que ocupavam, as conquistas revolucionárias do povo português. Comportaram-se como revolucionários consequentes. Por isso contavam com a confiança das massas populares nos respectivos distritos. Por isso também o seu afastamento era há muito exigido por partidos e forças que não estão empenhadas em fazer avançar o processo revolucionário. Essa campanha teve como desfecho a substituição dos quatro por individualidades que, pelos seus antecedentes pelas suas ligações e formação burguesa não inspiram confiança aos partidos progressistas e às organizações de massas.

EM LISBOA

Na Reunião Inter-Câmaras (RICs) do Distrito de Lisboa, onze das catorze comissões administrativas das Câmaras Municipais dos Concelhos pronunciaram-se contra as exonerações. Compareceram representantes das Comissões Administrativas de Loures, Oeiras, Cascais, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Caldas, Torres Vedras, Alenquer, Cadaval e Lisboa (não puderam comparecer Azambuja, Arruda e Lourinhã) e, como observadores, elementos das Comissões Administrativas das Câmaras de Almada, Seixal, Barreiro e Setúbal. Após prolongada discussão em torno de decisão cujas graves implicações políticas foram substituídas pelo Ministério da Administração Interna, foi aprovada — com a abstenção do representante de Lisboa, por impossibilidade de consulta aos outros membros da Comissão Administrativa — uma importante moção. São desse documento as passagens que a seguir reproduzimos:

«A R.I.C. (Reunião-Inter Câmaras) do distrito de Lisboa, sem intenção deliberada de hostilizar o VI Governo Provisório não pode deixar de condenar mais este acto arbitrário e anti-popular acabado de desferir contra a democratização e descentralização da Administração Local, contra a Organização Popular e as massas trabalhadoras, ao demitir quatro governadores civis progressistas e nomear, acto contrário, os seus substitutos, sem razões válidas, nem prévia consulta às Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e aos órgãos de vontade popular do distrito.

«É pois a presente medida do VI Governo Provisório que nos obriga a assumir pública atitude de denúncia, tanto mais que, longe de um acto isolado, ela se insere

numa crescente viragem à direita, que sob pretexto de estabilização política se traduz já em consequências profundamente prejudiciais às conquistas e aspirações do povo português. A R.I.C. do distrito de Lisboa constata hoje uma viva inquietação que se apodera das massas trabalhadoras do distrito e do país, face às progressivas hesitações ou cedências perante as pressões, internas e externas, do capitalismo e do imperialismo, com particular incidência no processo de descolonização.»

Uma Reunião Inter-Juntas (RIJs) na qual tomaram parte inúmeras Juntas de Freguesia chegou a conclusões semelhantes, tomando igualmente uma posição de inequívoca solidariedade ao arquitecto Mário Bruxelles, exonerado pelo ministro da Administração Interna do cargo de governador Civil de Lisboa.

Os saneamentos à esquerda encontram assim a oposição e a resposta das forças mais progressistas e das massas populares, empenhadas em defender o processo revolucionário.

A «NACIONALIZAÇÃO» DAS LEZÍRIAS

Passando por cima das Leis da Reforma Agrária, fabrica-se de encomenda um decreto especial para «nacionalização» da Companhia das Lezírias. A quem serve essa «nacionalização» cozinhada à porta fechada e atirada ao País como um facto consumado?

EM BRAGA

O povo trabalhador de Braga reagiu à exoneração do dr. José Sampaio convocando uma manifestação para a tarde de ontem. Na convocação salientava-se que as comissões de trabalhadores e sindicais não acielam no Governo Civil que não mereça confiança das massas trabalhadoras e populares do distrito. O povo trabalhador de Braga opõe-se energicamente à substituição daquele que o defendeu e está a seu lado.

EM FARO

No Algarve, elementos fascistas, numa manobra provocatória distribuíram um documento intitulado «Apoiemos a Demissão do Governador Civil» atribuindo esse sujeito panfleto à Comissão Distrital de Faro do nosso Partido.

A provocação foi imediatamente denunciada. O verdadeiro comunicado emitido pela Comissão Distrital do PCP lembrava as pressões políticas do PS e do PPD que levaram à exoneração do dr. Ramiro Fernandes salientando que a hostilidade ao ex-governador era inseparável da sua clara posição «a favor das novas estruturas populares, a favor dos interesses dos trabalhadores e da população mais desfavorecida, a favor do desenvolvimento do processo revolucionário rumo ao socialismo».

«Num momento — sublinha-se no documento — em que os fascistas do MDLP tentam levantar cabeça no Algarve e trazer para o Sul o vandalismo e o terror que criaram no Norte do país, a Federação de Faro do PS não encontra melhor objectivo para a sua actividade do que o ataque ao Governador Civil. Segue-se-lhe o PPD de forma orquestrada e no mesmo sentido. Como por acaso surge a decisão do sr. ministro da Administração Interna: a demissão de quatro governadores civis, um dos quais o do distrito de Faro. E demais para se tratar de coincidência. (...) A classe operária, os trabalhadores, e a população mais consciente do distrito cumpre dizer não a estas manobras da direita e da reacção. A Comissão Distrital de Faro do PCP chama a classe operária, todos os trabalhadores, as massas populares e as suas organizações, todas as forças progressistas revolucionárias a oporem-se energicamente à demissão do Governador Civil.

«Fim aos saneamentos à esquerda! Fora com a social democracia dos órgãos do poder! Contra as manobras da direita e da reacção! Unidade e firmeza dos trabalha-

do, que elementos das citadas famílias são ainda grandes agrários e industriais em Benavente e noutras regiões do País.

ESCLARECIMENTO OPORTUNO

Em resposta a um comunicado da DORL do PCP, em que aquele organismo chama a atenção dos trabalhadores e da população em geral para a questão da «nacionalização» das Lezírias, denunciando as manobras divisionistas daquelas que arvoram em paladinos da «democracia» e do pluralismo, e mais não visam que enfraquecer a luta dos trabalhadores para manter o poder daqueles que sempre os exploraram, o Ministério da Agricultura e Pescas fez publicar no «Diário das Notícias» da passada terça-feira um esclarecimento sobre o assunto. Lamentavelmente, esse esclarecimento vem apenas confirmar as suspeitas desde a primeira hora levantadas pelo nosso Partido.

Assim, no citado esclarecimento, depois de se afirmar que esta nacionalização está de acordo com o plano de acção proposto pelo Centro Regional da Reforma Agrária de Lisboa, o Ministério da Agricultura considera que salvaguardados eventuais inconvenientes de ordem jurídica e outros (...) parece ser esta a forma de intervenção mais consentânea com a natureza da entidade proprietária dos terrenos e com a complexidade de aspectos de que se reveste a transformação a realizar no âmbito da reforma agrária.

E mais adiante esclarece o que entende por «forma de intervenção mais consentânea»:

«A solução do problema da reforma agrária na Companhia das Lezírias tem, pois, a nosso ver, que alargar-se e ser uma solução completa, que abranje os interesses sociais e económicos daqueles que, não trabalhando a terra directamente (ou não a trabalhando já), estão dependentes da existência da Companhia.

Se se explicitar que «os interesses sociais e económicos daqueles que, não trabalhando directamente a terra...» são os interesses dos Calheiros Lopes e Espírito Santo Melo, bem como dos grandes proprietários de terras encravadas nos domínios da Companhia que, com

VIGILÂNCIA E UNIDADE CONTRA A FALSA REFORMA AGRÁRIA

Torna-se por demais evidente que esta «nacionalização», constituída em primeiro passo para futuras aplicações de similar critério protectionista às grandes casas senhoriais do Tejo e do Sado, tais como as Herdades de Palma, Rio Frio, Comporta, Barrosinha e muitas outras, onde se têm vindo a observar intensas manobras sociais-democráticas visando a criação de pseudo cooperativas em que participam patrões, encarregados e alguns criados de lavandarias vendidos ao patronato.

Todas estas manobras, a que a recente «nacionalização» vem dar cobertura legal, são acompanhadas de tentativas de divisão dos trabalhadores, lançando trabalhadores permanentes contra trabalhadores temporários, assalariados agrícolas contra os milhares de sazeiros que vêm à Lezíria por falta de trabalho nas suas regiões, utilizando enfim, o velho lema salazarista — dividir para reinar.

Todavia, os trabalhadores estão alerta. O que ainda se desconhece do texto do decreto-Lei que aprova a «nacionalização» da Companhia das Lezírias (porque feitos nas costas dos trabalhadores), em breve (esperamos), será publicado. Ver-se-á, então, onde a participação dos trabalhadores, onde o espírito da Reforma Agrária porque lutam os que sempre trabalharam a terra.

Até lá uma certeza com que o Ministério da Agricultura e o próprio Governo podem contar — a unidade e vigilância dos trabalhadores são armas capazes de destruir todas as manobras que visem liquidar os reais interesses do povo.

A hora é de combate. Aos que tanto sabem apregoar «democracia e socialismo» há que exigir mais acções e menos palavras. Os trabalhadores estarão vigilantes.

OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA NA PRIMEIRA LINHA DA LUTA SINDICAL

Contra os sindicatos «por ministério», contra as «tendências» divisionistas, contra provocações e tumultos, a impressionante mobilização de massas dos trabalhadores da função pública é a garantia de que a unidade se constrói e consolida na luta

Boicotada por todos os que vêm na unidade dos trabalhadores... uma ameaça aos seus privilégios (ainda que curtos alguns deles) ou à ansia de consegui-los, boicotada ainda pelos que têm do sindicalismo uma visão sectária (ou nenhuma), a assembleia reunida para aprovar os estatutos do Sindicato da Função Pública, no último sábado, na FIL, não chegou a aprovar nada. Começou e terminou no caos tão do agrado das forças reaccionárias e dos seus aliados vendidos e provocadores sistemáticos, que querem fazer da revolução e dos interesses mais vitais dos trabalhadores um jogo de palavrado sem sentido. Mais uma vez a «santa aliança» sem vergonha mostrou a cara. «Pluralistas» e verbalistas irresponsáveis sem argumentos apresentáveis recorreram ao tumulto e à divisão, acabando por destruir, nas bancas de voto, as credenciais de entrada no recinto, necessárias para justificar legalmente a decisão de criar um sindicato para 300 mil trabalhadores interessados.

Mais uma vez vieram à tona os métodos daqueles a quem não interessam sindicatos fortes e representativos. Mais uma vez ficou provado que os focos reaccionários, inimigos da unidade sindical, não desistiram dos seus intentos, de dividir profundamente os trabalhadores nos sindicatos. A Comissão Directiva Regional Provisória da Organização Pró-Sindical dos Trabalhadores da Função Pública (CDRP) é bem clara quanto afirmou:

«Forças organizadas, actuando com evidente premeditação, impediram que no dia 18 de Outubro fosse criado o Sindicato da Função Pública. Para o impedimento de que a Assembleia decorresse como estava acordado, muito contribuiu a campanha orquestrada por certos sectores da Imprensa, onde lamentavelmente se inclui a Emissora Nacional, numa tentativa de que a votação se fizesse eleitoralista e partidariamente e não pela escolha consciente e isenta do estatuto que melhor servisse os seus interesses de classe. E a CDRP prosseguiu:

«Assim, antes ainda do início dos trabalhos, um largo sector da assembleia, manifestando-se ruidosamente e insistentemente, procurou impor a votação imediata dos estatutos. O clima de excitação gerado foi de imediato aproveitado por grupos reaccionários que actuando organizadamente iniciaram o boicote activo à assembleia, com o objectivo de impedirem que os trabalhadores da Função Pública procedessem à constituição oficial do seu sindicato.

Quinze mil trabalhadores de todos os distritos do Sul, reunidos na mais concorrida assembleia sindical que talvez até hoje se realizou no País, não conseguiram sequer votar uma ordem de trabalhos, nem tão-pouco comprovar essa extraordinária afluência, através das credenciais de entrada, que serviriam para os trabalhadores constituírem legalmente o seu sindicato. Assis-tiu-se à «intervenção violenta de elementos que, nunca tendo participado na vida sindical e contrários a qualquer tipo de organização dos trabalhadores, deram largas à sua fúria e ódio selváticos — afirma a CDRP rasgando e destruindo credenciais, votos, listas de presenças e tudo quanto de algum modo respeitasse ao esforço dos trabalhadores no sentido de porrem de pé a sua organização de classe».

Atentado é como os trabalhadores conscientes consideram a acção de boicote violento à sua assembleia. Atentado de que foram vítimas os trabalhadores da função pública que, desde o 25 de Abril têm sacrificado as suas horas de repouso para arguêrem a sua organização de classe. Atentado contra todos os trabalhadores de um sector que o fascismo sempre proibiu de dispor do direito de associação (mesmo o corporativo) da mínima possibilidade de se unirem para defender os seus direitos.

Mas os trabalhadores não desistem. Continuarão a lutar por um sindicato forte e representativo. Escolherão democraticamente estatutos e dirigentes. Recusarão qualquer provocações eleitoralistas. Derrotarão todas as «tendências» e os «pluralismos».

OS METALÚRGICOS NÃO DESCURAM NENHUMA FORMA DE LUTA

Numa homenagem à Intersindical, os corpos gerentes recentemente eleitos para o Sindicato dos Metalúrgicos escolheram a sede da central única dos trabalhadores portugueses para a sua tomada de posse. Foram lembradas as grandes lutas dos trabalhadores metalúrgicos e do seu Sindicato durante o fascismo. Bento Gonçalves, metalúrgico do Arsenal, secretário-geral do nosso Partido, morto no Tarrafal, foi lembrado como expoente dessas grandes lutas. Recordou-se como em 1972 um grupo de operários honestos e conscientes «se atreveu a impugnar as eleições fanteoches». E foram saudados «os nossos irmãos de classe — vítimas da exploração do homem pelo homem, os camponeses que neste momento se encontram na primeira linha de combate, soldados, marinheiros, sargentos, oficiais progressistas, que dentro dos quartéis lutam pela transformação revolucionária das Forças Armadas e ainda todos os povos em luta contra o fascismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo, com especial destaque para os nossos irmãos de Angola e Timor».

Referindo-se à Intersindical um dos membros dos nossos corpos gerentes dos Metalúrgicos disse: «Desafiamos quem quer que seja a provar que não se praticaram erros na luta revolucionária. Contudo, uma questão é para nós muito clara: uma coisa são os erros que todos nós praticamos e que a Inter também praticou e outra muito distinta são os ataques dirigidos à Inter que visam objectivamente destruir a unidade dos trabalhadores e fortalecer as forças que defendem o capitalismo.»

Entretanto, uma delegação de trabalhadores metalúrgicos entregava na Presidência do Conselho um memorando com os pontos mais salientes da luta recente daquele destacamento da classe operária, a fim de se encontrar o caminho para a satisfação das justas e revolucionárias reivindicações deste importante sector do proletariado português, porque, estando embora os metalúrgicos preparados para levar até às últimas consequências a sua luta justa, importa — como até aqui — esgotar todas as formas de solução pacífica do conflito.

Os metalúrgicos transcrevem a «declaração do Ministério do Trabalho aos representantes dos trabalhadores na greve-mobilização do dia 7 de Outubro de 1975», com os compromissos nela contidos e acrescentam:

«Hoje, o que os trabalhadores da metalúrgia e metalomecânica querem ouvir do primeiro-ministro do VI Governo Provisório, uma vez que perderam toda a confiança no ministro do Trabalho, é se — dada a incompetência e desonestidade daquele membro do Governo — se dispõe a pôr em prática o compromisso assumido mas traído pelo capitão Tomás Rosa ou se, ao contrário, têm os metalúrgicos de exigir, novamente na rua, a satisfação dos seus mais elementares direitos. Eis o que os metalúrgicos querem ouvir de Vossa Excelência.»

informação

A ALA conspira com o imperialismo

Num contexto político de crise, em que à ofensiva da reacção, indevidamente segura de posições que pensou ter conquistado ao enconchar-se em órgãos do poder, corresponde uma contra-ofensiva revolucionária das massas populares de notável envergadura, a semi-defunta ALA, associação controlada pelos grandes agrários, voltou a levantar cabeça.

Objectivo — aliás partilhado por outras instâncias e organizações — a liquidação da Reforma Agrária.

Quanto aos meios para atingir os seus sinistros fins, a ALA não se prende com qualquer espécie de meditações escrupulosas. Dando provas de conhecer bem os seus aliados internacionais, e o peso que poderão ter, a ALA dirige-se despididamente ao imperialismo, para pedir apoios que não encontra, com a abundância e o peso requerido, dentro das nossas fronteiras. Assim, depois de se dirigir aos países imperialistas, pedindo a sua intervenção contra a reforma agrária, a pretexto de ... violação dos Direitos do Homem, convida agora membros da Embaixada americana para visitarem cooperativas alentejanas. No intuito de criar um ambiente propício a toda a casta de manobras, forjam pretensas cartas de «trabalhadores», que dirigiriam protestos para o estrangeiro, reclamando contra a fome e a violação de direitos humanos que a reforma agrária e o fim do poder dos monopolistas lhes teria estranhamente acarretado.

Estas as armas que estão a ser esgrimidas. A reacção não manobra em vão. Os meios que estão a ser utilizados, denunciam o carácter dos fins em vista. Nos planos da ALA não pode deixar de estar uma provocação nacional e internacional contra a Reforma Agrária, contra uma das maiores conquistas das massas trabalhadoras na revolução portuguesa. A vigilância revolucionária dos trabalhadoras agrícolas do Alentejo e do Ribatejo — vigilância que nunca afrouxou — é premissa indispensável para fazer face a mais uma investida da reacção.

Ao pôr em causa os privilégios feudais dos grandes latifundiários, estreitamente unidos ao capital financeiro, quando não totalmente identificados — a Reforma Agrária, a par das nacionalizações, tem sido uma das medidas da revolução mais seriamente atacadas pelas forças da reacção e da social-democracia. Os meios de produção nas mãos de quem trabalha, nas mãos de um Estado revolucionário ao serviço dos trabalhadores — constituem base indispensável e a mais sólida garantia dum futuro socialista para o nosso País. Os ataques concertados contra tais conquistas revolucionárias fundamentais, têm pois fácil e lógica explicação. Terras produzindo para os produtores, e não para os seus parasitas, não cabe nos esquemas do fascismo, como é óbvio. Tão pouco nos dá a mais «democrática» democracia burguesa. Por isso são apontadas como causadoras de fome. Fonte de injustiça social. Atentado aos Direitos do Homem.

As mãos que escrevem tais pretensas denúncias não estão certamente marcadas pelos calos do trabalho.

Quer no que respeita aos níveis de produção, quer no âmbito da resolução dos mais agudos problemas sociais, a Reforma Agrária veio já trazer um contributo apreciável. Contámos já este ano com uma das maiores produções cerealíferas de há muitos anos para cá. No que respeita à solução de um problema tão sério como o do desemprego, que arrastou muitos alentejanos, movidos por uma fome intolerável, a irem para os centros urbanos ou a imigrarem para o estrangeiro, o exemplo do distrito de Portalegre é deveras significativo. No conselho de Avis — considerado na zona conselheiro piloto em relação à Reforma Agrária, pela primeira vez há muitos anos não há desemprego, registando-se mesmo carência de mão-de-obra em relação às pequenas e médias empresas, o que levou ao gesto solidário de mobilização das cooperativas agrícolas, para auxiliar a solução de tal problema.

Estes — desde já — os frutos da Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que dá os seus primeiros passos. Uma Reforma Agrária que conta com o apoio e a solidariedade das massas trabalhadoras de todo o país, mas não com o apoio, que lhe era devido, dos órgãos oficiais, do ministério que deveria zelar pela sua evolução — como sua preocupação fundamental.

A Reforma Agrária conta com inimigos que não importa substimar. Com inimigos que, às escâncaras, fazem apelos de intervenção ao imperialismo. Tudo isto impunemente.

Mas conta também com a inabalável determinação dos seus defensores, dos que nela estão empenhados por inteiro, dos que não estão dispostos a ceder um milímetro das conquistas revolucionárias alcançadas pelo povo português. Como elemento vital da própria Revolução, a Reforma Agrária sairá vitoriosa. As forças revolucionárias calarão a ALA. Como o farão com toda a reacção em Portugal.

Angola, alvo imediato da reacção interna e externa

Processa-se a uma cadência acelerada o esforço da reacção internacional e dos círculos colonialistas portugueses, para manter Angola na teia do neo-colonialismo. Nas vésperas da independência de Angola, a luta ganha uma nova dimensão. O imperialismo americano, máquina uma tenebrosa manobra contra o povo angolano e o seu legítimo representante — o MPLA. Manobra que poderá incluir tentativas de neutralização dos centros de decisão do MPLA em Luanda, possibilitando dessa forma a entrada das forças da FNLA estacionadas nas proximidades, sendo de prever, como é habitual, o desencadear de provocações e crimes contra residentes brancos para «justificar» o lançamento de tal operação. Esforços visando a internacionalização do conflito — já repudiado pela República Popular de Moçambique, República da Guiné-Bissau, República de Cabo Verde, pela conferência inter-ministerial dos não-alinhados, realizada em Lima, e pela maioria dos países de África —, serão naturalmente acentuados.

O imperialismo não quer perder Angola. No intuito evidente de preparar a opinião pública para aceitar como uma evolução natural interna, os golpes que pretende fomentar, o imperialismo põs a sua imprensa a activar toda uma campanha em que se multiplicam

inexistentes vitórias da FNLA. Agências noticiosas internacionais, e certa imprensa nacional, auto-denominada de «independente», já «colocaram» mesmo as forças da FNLA às portas de Luanda, o que foi oportunamente denunciado e desmentido pelo MPLA.

Entretanto, contra a ofensiva da reacção, o povo angolano mantém-se vigilante e mobiliza-se. As forças do MPLA avançam sobre Nova Lisboa. De Cabinda ao Cunene, o povo angolano respondeu à palavra de ordem do MPLA, «resistência popular generalizada».

Os dias que faltam para a data histórica do 11 de Novembro são particularmente importantes. Para Angola. E para Portugal. Paralelamente à escalada da reacção, cresce a solidariedade internacional ao povo angolano, à sua vanguarda revolucionária — o MPLA. Num encontro de solidariedade com Angola, promovido em Bruxelas, pelo Conselho Mundial da Paz, com a participação de representantes de organizações da paz democráticas e progressistas de quase todo o Mundo, nomeadamente de Portugal, foi aprovada uma declaração que, pela sua importância, transcrevemos:

1. No próximo dia 11 de Novembro termina o domínio colonial português sobre Angola, devido à longa e heróica luta do povo angolano, a qual contribuiu para a queda da ditadura fascista em Portugal e também foi acelerada por essa queda. Nessa data, o povo de Angola ascenderá à independência total na integridade do território de Angola.

2. Cessando toda a autoridade portuguesa em Angola, será o Movimento de Libertação Nacional que exercerá a plenitude dos poderes no território. Esse movimento é o MPLA, que dirigiu a luta de libertação, organizou as zonas libertadas durante



essa luta, e foi reconhecido pelo conjunto do povo angolano como seu único e verdadeiro representante. As organizações da FNLA e da UNITA, tendo demonstrado com toda a evidência, nestes últimos tempos, que foram promovidas e utilizadas por interesses exteriores, não podem ser tomadas em consideração. Será, portanto, o presidente do MPLA, na sua qualidade de chefe do Movimento de Libertação, quem assumirá o poder em nome do povo, tal como aconteceu em 25 de Junho em Moçambique, quando a bandeira portuguesa foi arreada.

3. Não pode ser tolerada nenhuma ingerência estrangeira em Angola, de acordo com o princípio universalmente reconhecido e repetidamente proclamado pela ONU do direito dos povos à independência e a edificarem eles mesmos o seu Estado.

4. Nenhum pretexto pode justificar a internacionalização, seja sob que forma for, do problema angolano, que compete apenas ao povo angolano resolver.

5. Torna-se necessário denunciar e impedir toda a tentativa, seja qual for a forma que assuma, de manobra imperialista e de exploração neocolonialista, visando reduzir ou adiar a independência total e imediata de Angola. A riqueza dos seus recursos, a sua posição geográfica, a voracidade das empresas multinacionais, não podem entravá-la. Essa independência é de interesse fundamental para todos os povos e da Paz em África e no Mundo.

Das promessas à realidade

Paralelamente às grandiloquentes promessas e à chantagem de pequenos auxílios, condicionados a retrocessos na revolução portuguesa, os países capitalistas e social-democratas têm esgrimido com toda a sua capacidade de boicote à nossa economia, no intuito evidente de multiplicar dificuldades num campo particularmente sensível e fundamental, a base onde se joga o futuro das revoluções — o campo económico.

O que se passa em relação às duas mais importantes unidades da indústria de construção e reparação naval portuguesa — a Lisnave e a Setenave —, é particularmente significativo. O boicote a estas duas empresas, concretizado no cancelamento de contratos de reparação, tem vindo a acentuar-se — logicamente — depois do 11 de Março, em especial por parte de firmas da Inglaterra, Noruega, RFA, Suécia, EUA e Japão.

De Janeiro a Agosto do corrente ano, a Lisnave registou 105 cancelamentos. Actualmente regista-se uma redução de 40% na capacidade anual de produção dos estaleiros, o que significa na prática que cerca de quatrocentos trabalhadores da Lisnave estão diametralmente de braços cruzados, sem trabalho.

Na Setenave, ainda em fase de financiamento totalmente preenchido pela banca nacionalizada, o problema põe-se em termos particularmente graves. Apontando quais os verdadeiros responsáveis pela actual situação da empresa, o Conselho de Trabalhadores afirma: «Não foram os trabalhadores que fugiram ou puseram o dinheiro

fora do País, nem foram eles que deixaram de financiar a empresa».

A actual situação da Lisnave e da Setenave, é apenas um exemplo, entre os muitos outros que hoje se poderiam apontar em Portugal. Um exemplo que permite ver no concreto as origens das agudas dificuldades com que se debate a economia portuguesa.

Um factor que tem contribuído para a diminuição de trabalho na Lisnave e na Setenave, é a crise internacional do capitalismo, que se reflecte particularmente nos transportes marítimos. Por exemplo — a frota petrolífera da Noruega, uma das maiores do mundo, está neste momento parcialmente inutilizada: 27% dos navios estão parados. Mas tal como para o conjunto da nossa economia, para a Lisnave e a Setenave, não é essa a razão fundamental do boicote. Na opinião dos trabalhadores destas duas empresas, apenas 20% dos cancelamentos de encomendas se devem à crise mundial do capitalismo.

As bases do boicote aclaram-se um pouco, quando se examina os pretextos utilizados pelos amadores. Na generalidade referem-se ao ... receio de distúrbios políticos. Receio que pelos vistos se agravou substancialmente com o 11 de Março. Agravamento deveras significativo.

Antes do 11 de Março, coexistiam em Portugal, uma estrutura política que, a despeito de algumas contradições, defendia no fundamental uma política progressista, vinculada aos interesses das massas trabalhadoras, e uma estrutura económica capitalista, que se mantinha praticamente intacta. A contradição era evidente e insustentável. E constituía, na verdade, uma ótima base para a instabilidade social, e mesmo para os «distúrbios políticos» invocados pelos senhores do mundo do capital, quando multiplicam cancelamentos de encomendas, no intuito linear de paralisar a nossa economia. O 11 de Março veio dar a primeira machadada ao poder económico do capital. Mas tanto o IV Governo Provisório como o MFA não tomaram, contrariamente ao que por vezes se insinua em círculos ligados ao imperialismo, quaisquer medidas que atingissem o capital estrangeiro. E a ofensiva reaccionária que posteriormente se verificou deixa bem claro quem são os «desordeiros». Não é a estes desordeiros que a reacção e a social-democracia temem. Não são estes os «distúrbios políticos» que invoca como exemplo. O 11 de Março abriu o caminho para o futuro socialista da revolução — o capitalismo internacional activou então o seu boicote.

Outros obstáculos, não menos importantes, estão a surgir aos trabalhadores da Lisnave e da Setenave, aos trabalhadores de todo o país. Foi dado o primeiro passo — o das nacionalizações — Impõe-se agora a reconversão em função dos interesses do povo português. A planificação económica. A ampla participação e controle dos trabalhadores em todo este processo. Nada foi feito nesse sentido. Recentemente, o Conselho de Ministros do VI Governo Provisório rejeitou na generalidade o projecto do decreto-lei que instituiu o Comissariado da Metalomecânica Pesada, que visa a participação dos trabalhadores na reestruturação do sector. Um gesto que fala por si. Que cria novos entraves à solução de problemas prementes e vitais. Que contribui, sem dúvida, para a tão propalada situação de caos económico, cujo peso se pretende fazer cair sobre as costas dos trabalhadores.

O problema da reconversão de uma economia, que já não tem uma base capitalista, mas não se organizou ainda em função de uma perspectiva socialista, é fundamental. No que respeita, genericamente, à solução da problemática económica nacional. E em alguns aspectos — não gerais, mas importantes — dessa solução.

A Lisnave e a Setenave, como a toda a nossa economia no seu conjunto — uma única mão que se estende solidária a dos países socialistas. Mas não se pode assentar uma política em boas vontades, por firmes e desinteressadas que sejam. São difíceis as relações entre uma economia perspectivada e inteiramente planificada, e uma economia permanentemente sujeita às investidas da reacção, debatendo-se ainda nos moldes anárquicos do capitalismo, e que sobrevive unicamente graças ao esforço, à luta, à indesmentível consciência de classe das massas trabalhadoras portuguesas.

O paternalismo insolente do «New York Times»

A imprensa americana não desmerece da sua qualidade de porta voz do imperialismo yanque. Mantendo a sua linha de ataque sistemático à revolução portuguesa, o «New York Times», preocupa-se agora com a «indisciplina militar» e com a presença de militantes do nosso Partido no Governo. Como já vai sendo norma, agita o espantinho da «guerra civil».

Para o «New York Times», a tarefa primordial a que hoje nos cabe meter ombros, consiste em restaurar a disciplina no Exército. Como? — o jornal americano não avança. Mas insinua, acrescentando a sua estranheza perante o facto de o VI Governo continuar a incluir comunistas.

E prossegue: «O almirante Pinheiro de Azevedo fez um relatório tristemente exacto da desintegração económica do País e convidou Portugal à disciplina nas fábricas, ao aumento de produtividade e a um período de draconiana austeridade. O drama consiste em que Portugal não pode enveredar por esse rumo, senão quando o Governo tiver conseguido estabelecer a disciplina nas Forças Armadas, bem como desarmar os amotinados e afastar a ameaça de uma guerra civil».

Pobre «análise», senhores do «New York Times». Haverá disciplina no Exército, quando acabarem os saneamentos à esquerda e as pretensões de impor aos soldados esquemas disciplinares próprios de um exército reaccionário quando a unidade do MFA for reconstituída. Haverá disciplina nas fábricas, quando o Ministério do Trabalho defender os interesses dos trabalhadores, como lhe compete, e o Governo os das massas populares. O magnífico exemplo de austeridade que está a ser dado pelos trabalhadores agrícolas do Alentejo, entre outros, repetir-se-à as vezes necessárias quando for encetada uma política inequivocamente progressista, rumo ao socialismo, quando as classes mais favorecidas pagarem mal o quinhão para o necessário avanço do processo revolucionário.

● O Major Pedroso Marques — novo presidente do Conselho de Administração da Rádio Televisão Portuguesa — é (ou foi) um destacado militante do PS. Afinal, quem assalta os órgãos de informação?

● O ex-chanceler alemão Willy Brandt declarou recentemente considerar que a Espanha está mais bem preparada para uma eventual evolução política que Portugal, «desde que a violência não torne a tarefa mais difícil». Em matéria de violência fascista, o mundo está bem informado do que se passa em Espanha, mas é bem possível que não seja esta a violência que o sr. Willy Brandt teme. A evolução política a que o ex-chanceler se refere, deve-se coadunar muito mal com a via democrática e socialista.

● Testemunhando o interesse do povo soviético pela literatura portuguesa, está prevista para breve a publicação de uma colecção de contos contemporâneos portugueses. Muitas outras obras de escritores portugueses foram entretanto editadas.

● Numa reunião de amizade com uma delegação vietnamita em visita oficial à RDA, o camarada Erich Honecker, primeiro-secretário do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, afirmou: «Causam-nos grandes preocupações os ataques contra-revolucionários e a ingerência de círculos reaccionários imperialistas do estrangeiro nos assuntos internos de Portugal. Repudiamos energicamente todas as tentativas de desbaratar as conquistas democráticas do povo português.»

● Foram assinados acordos de transportes aéreos entre Portugal, a RDA e a Bulgária.

● O «Expresso» passou agora a reconhecer (antes tarde que nunca...) que o MDLP e o ELP caminham para a sua unificação. Para os comunistas nunca houve quaisquer dúvidas quanto ao sincronismo destas organizações terroristas.

● No seu noticiário sobre Angola, o jornal «independente» «A Luta», assemelha-se cada vez mais a uma sucursal da FNLA.

● Galvão de Melo esteve em França. Como de costume fez declarações inconfundíveis. Tendo-lhe sido perguntado se aceitaria visitar a China, caso fosse convidado, respondeu: «Era uma das maiores alegrias que me poderiam dar na minha vida». Curiosa e significativa opinião de um elemento «independente» do CDS. Terá tal opinião qualquer relação aos seus frustrados anseios de pertencer ao MRPP, se tivesse idade mais adequada?

● 4 camionetas — três emprestadas pelo Sindicato dos Rodoviários e uma pela Academia Militar, encheram-se várias vezes dos mais variados objectos para venda, numa acção de solidariedade à Reforma Agrária, empreendida nos limites da freguesia de Arroios, em Lisboa.

● A uma cotação superior à do mercado internacional, está prevista a venda à União Soviética de cerca de 30 mil toneladas de concentrado de tomate português — o que corresponde aos «stocks» acumulados no nosso país. O contrato foi assinado em 3 de Outubro. Enquanto os mercados tradicionais (do mundo capitalista) se limitam a comprar quantidades extremamente reduzidas de concentrado, a União Soviética dá, de uma forma prática, mais uma prova de solidariedade com a revolução portuguesa. Mais um contrato a ser atacado — com ridículos malabarismos — pela reacção?...

● «Não é no Leste que os portugueses podem resolver os interesses (nem sequer vendendo vinho...)» — afirmou Galvão de Melo no comício do CDS no Porto —, o Leste é pobre em consequência do seu sistema político anti-humano, antieconómico. É no Ocidente, é entre as democracias do Ocidente, ricas e humanas, que os portugueses podem, facilmente, encontrar o que precisam — da «riqueza» e «humanidade» das democracias ocidentais, sabem os portugueses, em particular os emigrantes, bastante mais que o sr. Galvão de Melo. Quanto aos auxílios... referir-se-à Galvão de Melo às ridículas somas condicionadas a cedências políticas?

● No comício do PPD realizado em Faro, foi afirmado: «É mentira que o PPD seja um partido sem armas, pois que dispõe das melhores — a justiça, a liberdade e a razão.» Não deixa de ser oportuno recordar que o ex-secretário-geral do mesmo partido, Emídio Guerreiro, ameaçou não há muito tempo com armas bem mais pesadas e mortíferas. Que lhes fez o PPD? Ou guarda-as para melhor oportunidade?

● Paralelamente aos saneamentos à esquerda, que prosseguem na Região Militar do Norte, outra medida foi deliberada pelo brigadeiro Pires Veloso. O descongelamento das contas congeladas pelo V Governo por motivo de comprovada sabotagem e desvio abusivo de fundos por parte dos patrões. A quem pode servir tal política? Não aos trabalhadores e às forças progressistas. As alternativas não são múltiplas.

● Foi assinado um contrato de venda à RDA, de calçado, no valor de 14 500 contos.

● As comissões de Aldeia do Norte, do concelho de Mirandela, recentemente reunidas em Bouça, decidiram enviar uma moção ao Presidente da República, ao chefe do Estado-Maior do Exército e ao comandante da Região Militar do Norte, em que se afirma serem os órgãos de poder popular os únicos que têm vindo a beneficiar as aldeias e se protesta contra o encerramento da Campanha Maio-Nordeste. «Afinal as aldeias têm também algo a dizer para a Revolução, ou ela faz-se só nas cidades, para aqueles a quem nada falta?» — pergunta-se na moção.

● O «Tribuna Lusitana», jornal fascista português que se publica no Brasil, insere nas suas páginas mais um artigo do jornal «Expresso». É sintomático que os jornais mais transcritos na imprensa reaccionária no Brasil sejam o «Tempo», o «Expresso» e o «Templário».

informação

Argentina: persiste o perigo de um golpe fascista

A Argentina continua sob a ameaça de um golpe de Estado da extrema direita. O regresso da presidente Maria Estela de Peron às suas funções não alterou o quadro político e militar. Durante semanas a actualidade política permaneceu centralizada artificialmente em torno da volta ou da renúncia de Maria Estela. Os problemas fundamentais do país foram como sempre esquecidos pelos partidos da burguesia e particularmente pelos dirigentes justicialistas envolvidos nas lutas internas do peronismo. Nenhum dos projectos de ocasião trouxe resposta às exigências das massas populares, nenhum reivindicou de forma clara as chamadas Pautas Programáticas com que o peronismo se definiu ainda em vida de Peron, as tão discutidas Pautas criticadas pela reacção e pelo imperialismo e que contaram com o apoio da grande maioria do povo argentino.

Os golpistas estão interessados na escalada de violência. O terrorismo, quer se trate da denominada guerrilha quer da desenfreada e sanguinária acção de bandos da ultra direita não resolve nenhum dos problemas da Argentina.

Abre apenas o caminho para o fascismo, a *solução* desejada pela oligarquia e pelo imperialismo.

Na Argentina, a extrema direita está a usar uma linguagem que apresenta estranhas semelhanças com a utilizada nas últimas semanas pelos dirigentes do PPD e do CDS em Portugal.

Os fascistas argentinos dissimulam os seus planos sob palavras de ordem como «ordem ou caos». Imploram medidas repressivas contra as massas populares invocando uma «profunda crise moral».

No momento em que a alternativa é democracia ou ditadura, dos monopólios, luta pelas liberdades ou fascismo, o Comité Central do Partido Comunista da Argentina divulgou em Buenos Aires uma importante declaração na qual refuta os argumentos provocatórios da direita e chama a atenção para aspectos fundamentais da gravíssima crise actual.

A «crise moral» invocada como pretexto para o golpe — saliente o documento — «não é uma causa, é efeito da crise de um sistema que assenta sobre dois pilares antinacionais e portanto profundamente imorais: os monopólios e o latifúndio. Os golpistas propõem como solução para a crise a submissão aos planos do Fundo Monetário Internacional. Ou seja, rejeita livre para os monopólios e os grandes agrários enquanto se descarrega todo o peso da crise económica nos ombros do povo trabalhador. A experiência, própria e alheia, ensina que esses partidários da *ordem* são os promotores do caos. Para se conseguir a ordem democrática é necessário, antes de mais, garantir a estabilidade de um governo».

Mais adiante, depois de sublinhar que a unidade actuante contra a reacção, de todas as forças realmente democráticas está a ser transformada em realidade, a declaração do PCA acrescenta:

«Sabemos assegurar, dentro do quadro institucional, a estabilidade do governo, dando-lhe como ampla base de sustentação cívico-militar a mais ampla frente democrática contra a dependência. Sabemos mobilizar a classe operária, os camponeses, os funcionários, os profissionais e intelectuais, todo o povo, em defesa das liberdades democráticas ameaçadas».

As forças democráticas argentinas têm acompanhado com absorvente atenção o processo revolucionário português. As lições de Portugal são tema de apaixonados debates entre as forças progressistas.

Os acontecimentos da Argentina devem, inversamente, merecer a atenção das forças revolucionárias em Portugal. A Declaração do Partido Comunista da Argentina vem confirmar que a reacção argentina recorre a métodos, palavras e argumentos muito semelhantes aos da reacção portuguesa. Com o mesmo apoio caloroso do imperialismo. São primas muito próximas.

O Partido Comunista Brasileiro denuncia o acordo nuclear

Num momento em que desencadeia, no interior das suas fronteiras, uma violenta ofensiva contra todas as forças progressistas, em particular contra os comunistas brasileiros, o governo de Geisel acentua os laços de dependência do Brasil em relação ao imperialismo, a sua inserção no esquema de agressão dos países capitalistas. Uma das mais salientes medidas tomadas nesse sentido, foi o acordo assinado em fins de Junho — o maior já realizado pela República Federal da Alemanha — que prevê a construção de oito centrais nucleares alimentadas a urânio enriquecido no Brasil. Este acordo foi negociado no meio do maior segredo. A sua assinatura levantou uma grande oposição nos meios científicos e democráticos do país.

Denunciando este acordo de cooperação nuclear entre Brasil e a República Federal Alemã, o camarada Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, em mensagem dirigida ao povo do seu país, aponta-o como «um acontecimento de extrema gravidade, visando transformar o território brasileiro em campo de experiências atómicas, inclusive explosões, e em base de fabricação de armas nucleares para o imperialismo».

«Denunciando esse acordo — prosseguiu Luís Carlos Prestes — como um atentado à soberania nacional, na medida em que o mesmo visa a integrar o nosso país na estratégia de agressão do imperialismo, vincula e subordina o desenvolvimento da nossa tecnologia e indústria nucleares aos interesses dos monopólios internacionais».

«O acordo — sublinha o camarada Luís Carlos Prestes — é mais um acto tendente a contrapor o Brasil às outras nações latino-americanas e também a acentuar as suas características de base para a expansão do fascismo e do neocolonialismo, a reforçar o seu papel de *gendarme* do imperialismo no continente latino-americano».

Destacando as contradições internas do regime de Geisel e as contradições do imperialismo e entre os diversos grupos monopolistas, o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro acrescenta:

«O Governo de Geisel, enredado em profundas contradições, vendo crescer a oposição inclusive no seio das Forças Armadas, procura, com base nesse acordo nuclear, levantar a bandeira do nacionalismo e recompôr a sua base política. Usa para isso a gritaria de porta-vozes de alguns monopólios norte-americanos, que não querem dividir os lucros da exploração do povo brasileiro com os seus homónimos da RFA».

«Entretanto é necessário notar que nem sempre os interesses do sistema imperialista coincidem com os de todos os grupos monopolistas».

No final da sua mensagem Luís Carlos Prestes dirige «a todas as forças amantes da paz, a todos os patriotas brasileiros e democratas», um apelo para «unirem os seus esforços para levarem o Brasil a assinar o tratado de não proliferação nuclear, única via efectiva, nas condições actuais, de demonstrar a intenção pacífica na utilização da energia nuclear».

É nas mãos do povo brasileiro que está a solução dos problemas do seu próprio país, a libertação das imensas terras brasileiras do jugo do fascismo e do imperialismo americano. Mas uma palavra cabe também à solidariedade internacional. A venda de um país aos grupos monopolistas, o acentuar da sua submissão aos desígnios do imperialismo, das multinacionais com sede em Washington ou em Bona — vai sempre de par com o agudizar da violência repressiva. Na América Latina, e até em particular no Brasil, essa violência repressiva tem tenebrosas «tradições», reveste-se de um refinamento e de uma crueldade particulares. Hoje, no Brasil, assiste-se a intensivos esforços da camarilha de Geisel para sufocar toda a actividade revolucionária, para desmantelar o seu mais destacado inimigo — o Partido Comunista Brasileiro. Não o conseguirão. Mas o saldo é sempre bem pesado, em vidas, em prisões, em gente torturada. Por isso, hoje mais ainda, é urgente a solidariedade com o povo, com os revolucionários brasileiros.

Franquistas, fora do Sará!

Foi anunciada pelo rei Hassan, de Marrocos, a organização de uma marcha pacífica, de 350.000 marroquinos desarmados, na direcção do Sara Ocidental, actualmente ocupado pela Espanha. O anúncio foi feito na sequência da decisão do Tribunal Internacional de Haia, que reafirmou o direito das populações do Sara Ocidental à autodeterminação, de acordo com as resoluções aprovadas na Organização das Nações Unidas, não acordando contudo ligação política deste território com qualquer outro país árabe, embora tendo reconhecido que o Sara Ocidental não era um «território sem dono», quando da ocupação espanhola.

A descolonização do Sara Ocidental, de há muito prometida por Espanha, tem-se vindo a arrastar e a assumir formas particularmente complexas, que se pretende fazer passar pela criação de conflitos entre países árabes. A dominação



colonial espanhola sobre o Sara Ocidental, tinha um móbil — a grande riqueza em fosfatos e diversos jazigos minerais do seu território. Hoje o mesmo móbil mantém-se. Mas a evolução do contexto político internacional, força a Espanha — como os outros países colonialistas, que se viram coagidos a abandonar o domínio político formal das suas ex-colónias —, a recorrer a outras formas mais sofisticadas de exploração de riquezas alheias. Pouco interessada na evolução natural dos factos, muito provavelmente lhe roubaria em definitivo a possibilidade de se manter realmente na posse das riquezas do Sara Ocidental — a Espanha reconhece a autodeterminação, mas opõe-se à solução real do problema.

O cinismo do processo de descolonização espanhola, fica assim bem evidenciado. Baseia-se num estreito legalismo, que remonta às decisões do Congresso de Berlim. Entretanto, a repressão desencadeada pelo seu sangrento domínio, motivou a fuga de grande parte da população do Sara Ocidental para os países vizinhos, para o Marrocos e a Mauritânia. Hoje, a Espanha (que mantém no Sara um exército superior à sua actual população) joga nesse facto — que desencadeou — para tentar dividir, e atear conflitos, entre povos e países árabes. Com a agudização de tais questões, só a Espanha e o imperialismo lucrarão. Fica-lhes terreno livre para as suas manobras, para a continuação da rapina dos fosfatos do Sara. Adquirem fácil base de «justificação» para a imposição de um governo-fantochesco, dócil instrumento dos seus desígnios e apetites.

O processo de «descolonização» que está a ser ensaiado por Espanha não tem nada de único, nem de original. Repete muitas experiências passadas. Porque se mantiveram na órbita dos interesses do capital, as potências ex-colonialistas, quando se viram forçadas a encetar processos de descolonização, fizeram-no de forma a precaver os seus interesses. Descolonização e libertação não são sinónimos. Só por força da luta dos povos colonizados, pela firme luta solidária das massas trabalhadoras do país colonizador, ou pela sua transformação revolucionária, é possível tornar simultâneos os dois processos. Mas mesmo quando elivado de ambiguidades, o processo de descolonização é um passo importante para a libertação de um povo, permite melhores condições à luta das forças progressistas, clandestiniza, em parte, as manobras dos colonialistas. O imperialismo bate-se sempre para que ao primeiro passo não suceda outro mais decisivo. Cabe aos povos que se tenta manter sob o jugo de interesses alheios, a luta pela sua definitiva libertação.

Quem manda na Austrália?

Agudiza-se a crise política australiana. Face a uma política com laivos progressistas do Governo Trabalhista do primeiro-ministro Gough Whitlam, o Senado bloqueou duas leis orçamentais, privando o Governo de fundos para continuar com a administração do País.

Entretanto, mais de 4.000 sindicalistas efectuaram uma manifestação de protesto. O presidente do Conselho dos Sindicatos, que conta com 2.700.000 filiados, ameaçou declarar uma greve geral em todo o país, em apoio do Governo Trabalhista de Whitlam.

A atitude do Senado face ao Governo Trabalhista australiano, reflecte a realidade da dependência da Austrália em relação ao imperialismo britânico e americano. Formalmente independente, a Austrália nunca se libertou da dominação económica britânica e americana. Quem dita leis na Austrália, não é o seu Governo, mas os grandes monopólios dos EUA e de Inglaterra. Essa a realidade nos países que submetem o seu desenvolvimento económico a interesses estrangeiros aos do seu povo. Essa a realidade que o povo australiano tem de enfrentar.

No Peru o imperialismo utiliza a arma religiosa

A reacção e o imperialismo mudaram de tática no Peru nas últimas semanas. Agora renunciam aos ataques frontais à reforma agrária (o Governo acaba de distribuir mais 90 000 hectares de terras a cooperativas e camponeses pobres), e reduziram o nível das provocações nas empresas nacionalizadas e no terreno sindical. O chamado «Movimento Laboral Revolucionário» — organização fantochesca manipulada pela APRA de Haya de la Torre — saiu tão desmoralizado da crise que culminou com a nacionalização da Marcona Mining que a reacção tinha de recorrer a novos processos.

A utilização da religião como arma política é a nova fórmula inventada pela CIA para combater a revolução. O diário «Correo», de Lima, publica a respeito do assunto um longo artigo em que denuncia a manobra. «Assiste-se no país — escreve — a uma investida de organizações religiosas norte americanas, como os Mormons, que, em nome da Bíblia e com insinuações tortuosas, põem em causa o processo revolucionário. Essa campanha, geralmente realizada por elementos americanos ou peruanos ao seu serviço, usa como pretexto pedir à população que se abstenha de intervir em debates políticos e se dedique mais à leitura da Bíblia.» E o «Correo» acrescenta: «A Igreja Mormom mostrou-se particularmente activa no Peru nos últimos anos, multiplicando o número dos seus templos e membros.»

Estranhamente, contudo, os Mormons esqueceram de repente os seus debates tradicionais e trataram freneticamente de persuadir os camponeses da Serra e os operários dos arredores de Lima de que a política era uma coisa suja e de que não deviam interessar-se por ela. Jovens missionários vindos dos Estados Unidos passaram a andar de porta em porta, visitando família por família, para explicar os males da política e a inutilidade de todas as revoluções. Importante, sim, era ler a Bíblia. Importante e bastante!

O «Correo» pede em editorial uma firme acção do governo peruano e sugere a imediata expulsão do país da seita dos Mormons que, em nome da religião, trata de espalhar as sementes da contra-revolução. Não é por acaso que os Mormons, que não dispunham de grandes recursos financeiros, podem agora promover uma campanha de âmbito nacional que exige o equivalente a milhares de contos. Tudo isso coincide com a revelação de que a CIA introduziu no país, por via diplomática, centenas de milhares de dólares.

Apesar dos seus perigos, a estratégia do imperialismo de tentar sabotar a revolução através de novas armas «religiosas» está condenada ao fracasso. A Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos já denunciou também a manobra, e os trabalhadores, advertidos, começaram a fechar a porta na cara dos jovens missionários Mormons.

Por outro lado, as esperanças que o imperialismo depositou inicialmente no novo Governo do Peru eram ilusórias.

Num discurso pronunciado na cidade de Trujillo, o Presidente Morales Bermudez criticou com dureza o capitalismo e o imperialismo, reafirmando que a futura sociedade peruana terá uma base autenticamente socialista. «Para atingir esse objectivo — disse — será necessário libertar a actual base económica da Nação dos seus opressores e das injustas conotações inseparáveis da sua essência capitalista.»

A «arma religiosa», usada no Peru pela reacção e pelo imperialismo, será também derrotada.

SOLIDARIEDADE «AVANTE!»

SÁBADO 25

NA PRAÇA DA LIBERDADE PORTO



O COLECTIVO DA LIVRARIA «AVANTE!» — PORTO PROMOVE NO SÁBADO DIA 25, UMA GRANDE BANCA DE LIVROS COM A FINALIDADE DE OBTER FUNDOS PARA ATENUAR OS PREJUÍZOS CAUSADOS PELOS ESTRAGOS, DO ATAQUE DE QUE FOI VÍTIMA NO DIA 21

edições Avante!

No final de uma visita oficial a Moscovo do presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, foi assinada uma declaração política franco-soviética, em que é feito um apelo conjunto para a realização de uma Conferência Mundial de desarmamento de todas as potências nucleares para «libertar a humanidade do fardo das armas». «As duas partes sublinham a utilidade dos esforços para diminuir os riscos de confrontação militar e de promover o desarmamento, os quais poderiam ter como efeito dar à 'detente' um novo campo de aplicação» — afirma-se na declaração.

Professores e estudantes da Universidade de San Marcos, no Peru, pediram a expulsão imediata de território nacional do Instituto Linguístico de Verão (ILV), devido à «sua acção genocida e de penetração imperialista».

Apesar da crescente inflação, o Governo britânico decidiu não reduzir as despesas públicas, em particular as afectas à «manutenção da ordem».

«Sob a direcção do PAIGC, vanguarda mais que comprovada do povo guineense, de que Amílcar Cabral, o glorioso filho dos povos da Guiné e Cabo Verde, foi fundador, estes povos libertaram definitivamente os seus países da dependência colonial» — afirma-se na mensagem de saudação dirigida pelo CC do PCUS à Guiné-Bissau, no Dia da Nação.

Integrado na nova organização judiciária de Cabo Verde, acaba de ser criado, pelo Conselho de Ministros, o Conselho Nacional de Justiça, órgão que se destina a associar as massas populares à administração da Justiça. O Conselho é composto por três juizes nomeados pelo Governo e seis assessores populares eleitos pelo povo.

A Checoslováquia e Moçambique estabeleceram relações diplomáticas.

Também os Governos da Mongólia e da Guiné-Bissau decidiram estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixador.

A Assembleia Nacional da República do Sri Lanka (antigo Ceilão) aprovou, por unanimidade, uma lei sobre a nacionalização das plantações pertencentes ao capital privado, tanto nacional como estrangeiro.

Como protesto contra o projecto da administração colonial de Porto Rico — a «Lei do Pessoal» — que, a ser aprovada, eliminaria as negociações colectivas empreendidas pelos sindicatos, no sector público (sendo extensivo, em princípio, ao sector privado) foi desencadeada uma greve geral, que teve o apoio dos operários da electricidade, dos transportes, das comunicações telefónicas e telegráficas, do ensino e da Universidade de Porto Rico.

O ministro peruano da Agricultura, general Enrique Gallegos, denunciou que está a ser realizada uma concentração de esforços dirigida pelo imperialismo e pela oligarquia peruana, com o objectivo de destruir a revolução, e apelou a todo o povo peruano para que a defenda dessas tentativas. «A contra-revolução — sublinhou — sabe que a nossa revolução é pacífica. Mas deve também saber que não somos doidos. Que nesta fase da batalha ideológica a Revolução também tem resposta.»

Será criada na próxima semana em Caracas uma comissão de solidariedade com a luta do povo do Panamá, pelo direito a exercer a sua soberania sobre a zona do canal, actualmente sob domínio norte-americano.

O presidente da Organização do Povo do Sudeste Africano (SWAPO), acusou o regime da República da África do Sul de ter implantado um reinado de terror e repressão na Namíbia. O dirigente da SWAPO afirmou ainda que a África do Sul faz todos os possíveis para perpetuar a sua presença na Namíbia, nomeadamente através do reforço maciço do aparelho militar, da repressão e das tentativas de dividir o seu povo segundo grupos étnicos ou tribais.

Os ministros das Finanças da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) reuniram-se em Viena, a 17 de Novembro, a fim de estudarem a criação de um fundo de auxílio às nações em vias de desenvolvimento atingidas pelo aumento do preço do petróleo.

O jornal soviético «Pravda» critica a imprensa burguesa francesa pelas provas de anti-sovietismo que mais uma vez deu quando da visita de Giscard d'Estaing à União Soviética. «Infelizmente não pode ser ignorado que, na maioria dos casos, a denominada informação acerca da União Soviética fornecida aos franceses cheira, também desta vez, mais a desinformação» — sublinha a «Pravda».

Conforme determinação do Conselho de Ministros da República de Cabo Verde, os colaboradores da ex-PIDE estão sujeitos a oito anos de prisão maior e suspensão de direitos políticos por doze anos.

O Conselho de Ministros da República de Cabo Verde determinou igualmente a nacionalização das terras dos proprietários que as não exploram directamente, com excepção dos emigrantes que não possam ser considerados absentesistas e das pessoas que embora não explorem directamente todas as suas terras se dedicam à agricultura e comprovadamente lhes prestam a maior assistência.

Foi inaugurado em Berlim o Congresso Mundial do Ano Internacional da Mulher. Cerca de duas mil delegadas, observadores e convidados participam nos trabalhos, que se prolongarão até 24 do corrente. Estão representadas neste congresso, que escolheu como lema «Igualdade-Desenvolvimento-Paz», setenta e cinco organizações internacionais e regionais.

O QUE VI NOS PAÍSES SOCIALISTAS

José Lava, ex-secretário-geral do Partido Comunista das Filipinas, passou perto de 20 anos na prisão. Hoje, encontra-se de novo em liberdade. Membro do Comité Central do Partido Comunista das Filipinas, faz parte do conselho de redacção da «Nova Revista Internacional», órgão colectivo dos partidos comunistas e operários. O artigo de José Lava que hoje publicamos narra as suas impressões do socialismo real, do modo de vida socialista

A Primavera estava próxima quando o avião que nos trazia para a URSS, à minha mulher e a mim, aterrou no aeroporto de Chermetiev, em Moscovo. A mim, também me parecia que a Primavera começava. Esperava os primeiros encontros, com emoção que se adivinha. Eu tinha muita vontade de viajar nesse país, respirar o ar do socialismo. Mas tive que me encher de paciência. Os nossos amigos soviéticos estavam inquietos com a minha saúde, duramente abalada pela prisão, e com a saúde da minha mulher, que tinha suportado tantas provocações. Foi por isso que a nossa exploração da nova vida começou pelo hospital.

Custa-me comparar o que vi com o que se passa no meu país. Segundo os dados mais recentes, há nas Filipinas 252 hospitais estatais, com o total de 21 700 camas. Contemos com mais ou menos o mesmo para os hospitais privados. Ora, em dois países socialistas — a Bulgária e a Checoslováquia, cuja população reunida é cerca de metade da das Filipinas — há quatro vezes mais camas de hospital! Claro que isso não significa que os habitantes desses dois países estão mais vezes doentes. Simplesmente, todos podem ser hospitalizados desde que seja necessário, enquanto nas Filipinas metade dos doentes, segundo confessa o próprio Presidente, está privada de assistência médica competente e falha de recursos.

O MODO DE VIDA NA SOCIEDADE SOCIALISTA

O mundo socialista ignora os contrastes da miséria e da riqueza, esta é uma das minhas convicções mais importantes. Na Bulgária estive em casa dum dos dirigentes do Partido, dum intérprete, dum motorista e dum camponês dum cooperativa. Não encontrei diferenças substanciais nas suas habitações, no seu interior e na sua alimentação. O motorista tem um carro. Tem, como o dirigente do Partido, uma biblioteca, embora com menos livros. O camponês tem em sua casa todo o conforto moderno. Todos têm, como única fonte de rendimento, o salário, que é função directa da quantidade e da qualidade do seu trabalho e de certos outros factores, especialmente a antiguidade. O que é muito importante é que o nível do salário real é conti-

nuamente elevado, enquanto os rendimentos da população aumentam todos os anos de 5% para 8% em média, segundo o país. A prioridade é dada ao aumento dos rendimentos dos trabalhadores com salário baixo, o que tem como resultado a redução da distância entre o mínimo e o máximo salário. Distância aliás modesta, comparada com os países capitalistas.

Não pretendo de maneira nenhuma exagerar e dizer que no socialismo não há nenhum problema, que os habitantes dos países socialistas ignoram as preocupações e as dificuldades. Num empreendimento tão formidável e complexo como a edificação dum nova sociedade, os problemas e as dificuldades são inevitáveis. Os comunistas falam deles com franqueza, sem dissimular as lacunas, os jornais falam deles abertamente. A imprensa capitalista especula com as filas de espera nas lojas, convencidos que as pessoas fazem bichas todos os dias para ter pão. E como é na verdade? Efectivamente, vejo pessoas que fazem bichas, às vezes para obterem géneros alimentícios, a maior parte das vezes por causa de artigos manufacturados de qualidade superior e que não são de maneira nenhuma objectos de primeira necessidade. Sem dúvida, isso é uma insuficiência; nos países socialistas trabalha-se tenazmente para melhorar o sector comercial. Mas eu, originário dum país em vias de desenvolvimento, não posso desfazer-me da ideia de que os armazéns transbordem de géneros alimentares e de artigos industriais de grande consumo, e se se faz bichas para os comprar, é porque nos países socialistas o nível de consumo é muito alto. Confessem que é muito melhor que nos países burgueses, onde os armazéns estão cheios de artigos a preços que só podem ser atingidos por determinados sectores.

A JUVENTUDE E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Visitando empreendimentos na URSS, na Checoslováquia, na Bulgária, conversando com jovens e operários experientes, cheguei à conclusão que, para eles, o trabalho não é só uma fonte de rendimento, mas o próprio sentido da vida. Eles não acham que o tempo gasto nas oficinas seja «perdido». Daí o entusiasmo, o dinamismo, o espírito criador próprio dos

trabalhadores na sociedade socialista. Por seu lado, a sociedade encoraja o amor ao trabalho, e é a atitude em relação ao trabalho e os seus resultados que são o critério de apreciação do indivíduo. O título honorífico supremo é o de «Herói do Trabalho». O operário membro do CC do Partido Comunista, o operário membro do Parlamento, eis uma característica típica da vida política dos países socialistas.

No mundo socialista, o trabalhador não tem medo de perder o emprego. Goza dum liberdade inestimável desconhecida no regime capitalista: está livre do desemprego. Na Bulgária, numa oficina de ordenadores, observámos o trabalho em cadeia. Rapazes e raparigas trabalhavam com concentração e rapidez, mas sem essa pressa febril, sem essa tensão sobre-humana que tantas vezes se vê nas empresas capitalistas. Os nossos operários, disse o engenheiro que nos acompanhava, não são aguilhoados, como nos países do capital, pela presença dum multidão de desempregados perante as portas da fábrica. Ao mesmo tempo, e talvez por isso mesmo, as pessoas trabalham muito bem. Eles têm por objectivo a vontade de desenvolver a produção social, de que depende o bem-estar de todo o povo e de cada um em particular. O trabalho dá origem a uma forma especificamente socialista de competição, não é a concorrência capitalista que arruina uns e enriquece outros, mas a competição «nas suas formas humanas», como definiu Lênine.

O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Fomos convidados a encontrar-nos com estudantes na Universidade de Sófia. Era preciso ver com que fervorosa atenção eles nos escutavam, com que entusiasmo aplaudiram os representantes dos Partidos Comunistas do Chile, da França, de Portugal e de numerosos outros países. Constatámos uma vez mais que o socialismo forma não um consumidor apolítico de valores materiais, um desejo da corrida ao sucesso, mas uma personalidade de grande cultura e de grande riqueza espiritual.

No Verão de 1969, a Corte suprema, tendo revisito o meu processo, comutou o veredicto de prisão perpétua. Seis meses mais tarde, chegou o dia da minha libertação.

DERROTAS DE PINOCHET

Neste artigo, escrito para a Agência Novosti e exclusivo do «Avante!» em Portugal, Eduardo Labarca — antigo editorialista de «El Siglo», de Santiago e um dos mais destacados jornalistas comunistas da América Latina, desmascara a política da «Diplomacia funcional» de Pinochet

Após o golpe de estado de 11 de Setembro de 1973, quando a junta fascista de Pinochet tomou conta do poder no Chile achou que lhe seria altamente proveitoso participar activamente nos trabalhos da Organização das Nações Unidas e das outras organizações internacionais. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Junta, vice-almirante Ismael Huerta, apressou-se a tomar o caminho da ONU em Nova York. Mas compreendeu muito rapidamente que a maioria da opinião pública mundial condenava os crimes cometidos pelo regime de Santiago. Fez a sua declaração numa sala quase vazia porque a maioria dos delegados a tinha abandonado em sinal de protesto.

Acolhimento igualmente frio foi dado aos representantes diplomáticos da junta chilena nas outras organizações internacionais, tanto mais que desde os primeiros dias eles se juntaram aos delegados dos regimes mais reacçãoários, pronunciando-se contra qualquer iniciativa tendente ao desanuviamento da situação internacional.

Os representantes da Junta de Pinochet tiveram como comparsas os racistas da África do Sul e da Rodésia, as delegações das ditaduras sangrentas do Paraguai, da Nicarágua e do Haiti. O isolamento diplomático dos representantes do regime de Pinochet acentuava-se à medida que chegavam novas informações sobre os seus crimes. Em Fevereiro de 1974, a Comissão da ONU para os Direitos do Homem decidiu por unanimidade enviar um telegrama à Junta exigindo a restauração dos direitos do homem no Chile.

Durante o ano de 1974, no seio das diversas organizações internacionais que fazem parte da ONU ou com ela têm ligações (O Conselho Económico e Social da ONU, a Organização Internacional do Trabalho, a Unesco, etc.), resoluções exprimindo de uma maneira ou de outra, a inquietação causada pelas grosseiras violações dos direitos do homem e das liberdades fundamentais no Chile foram aceites por uma imensa maioria de votos.

A vaga de protestos por parte da opinião pública mundial contra os crimes da Junta foi coroada pela aceitação, durante a XXIX^a Sessão da Assembleia Geral da ONU (por 91 votos a favor e 8 contra) da Resolução n.º 3219. Expressando a inquietação dos visitantes quanto às violações dos direitos do homem no Chile e condenando estas violações, a Resolução lança um apelo ao poder chileno para que restabeleça esses direitos. O parágrafo 3 da Resolução «apela ao poder chileno para que respeite os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem e tome as medidas necessárias para restabelecer e proteger os direitos e as

liberdades fundamentais, sobretudo desde que haja perigo imediato para a vida do homem. Apela também para a libertação de todos os encarcerados sem julgamento, para a libertação dos que foram presos por motivos políticos, para o reconhecimento da liberdade de circulação de cada um».

Esta mesma Resolução encarrega também o presidente da XXIX^a Sessão da Assembleia Geral da ONU de contribuir, utilizando todos os meios necessários, para o restabelecimento dos direitos fundamentais do homem e das liberdades democráticas no Chile.



A Resolução encarregou o Secretário Geral da ONU de fazer um relatório sobre as medidas tomadas e sobre os resultados obtidos, a apresentar durante a XXX^a Sessão da Assembleia Geral, a decorrer desde Setembro.

A Resolução adoptada pela XXIX^a Sessão da Assembleia Geral levou ao pânico a Junta chilena. Preocupado com o isolamento total do seu regime, Pinochet recorreu à ajuda do grupo de velhos diplomatas reacçãoários chilenos, à cabeça dos quais se encontra o embaixador Enrique Berstein. Esse grupo ficou encarregado de elaborar um plano para rever a política externa chilena.

É isto que está na base do documento secreto do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Chile intitulado «A situação internacional do Chile. Medidas possíveis», datado de 9 de Dezembro de 1974. Este documento, que caiu nas mãos dos representantes da Unidade Popular e por eles foi divulgado, prevê medidas tendo por fim sair da situação difícil, dado o isolamento internacional da Junta.

O documento reconhece que o mundo vive «numa época de desanuviamento», e afirma que nos foros internacionais a diplomacia chilena deve renunciar à anterior política «de cruzada contra o marxismo internacional e mesmo soviético».

Deste modo, em política externa os diplomatas do regime fascista recomendam uma linha pragmática que no Chile foi baptizada de «diplomacia funcional». Dada a diversidade das relações da Junta com os outros países, os diplomatas pro-

põem que os esforços se orientam em primeiro lugar para conseguir o apoio dos seus amigos, encontrar novos amigos entre os países neutros ou os que são «passivos» em política externa, e tentar pelo menos neutralizar os inimigos instáveis.

Eis algumas das medidas concretas recomendadas para realizar uma tal política:

a) alargamento dos serviços de política estrangeira da Junta e aumento dos créditos neste sentido;

b) controlo sobre a actividade dos embaixadores e do pessoal diplomático, e substituições;

c) abertura de novas embaixadas, em primeiro lugar nos países de língua inglesa da zona das Caraíbas, da África e da Ásia;

d) procura de amigos à escala internacional,

independentemente de diferenças no domínio ideológico;

e) alargamento das representações nas organizações internacionais;

f) instituição de missões especiais, a alto nível, no estrangeiro;

g) atenção ao facto de a repressão no interior do país se reflectir nas relações internacionais do Estado.

Depois de o plano ter sido adoptado, os diplomatas da Junta começaram a realizá-lo com grande ardor. Foram mesmo muito zelosos durante a sessão da Assembleia Geral da OEA que teve lugar no passado mês de Maio. Contando sempre com a ajuda incondicional dos EUA e dos regimes ditatoriais do Paraguai, da Nicarágua e de outros países, a delegação do Chile conseguiu fazer adoptar uma resolução segundo a qual as questões postas pelo relatório da Comissão da OEA sobre os direitos do homem serão examinadas no próximo ano. Esse relatório, apresentado pelos membros da Comissão que visitaram o Chile, é abundante em materiais precisos, contendo propostas concretas, desvendando e condenando os crimes sangrentos do poder fascista.

Os fundadores da «diplomacia funcional» apresentaram os resultados da Sessão como uma grande vitória. Entretanto, o seu triunfo não durou muito tempo. A posição que diversas organizações internacionais adop-

taram quanto à questão chilena de novo mostrou ao mundo que a humanidade tinha os olhos virados para os acontecimentos que se desenrolavam no Chile e não consentiria nos atentados contra a vida e a dignidade do homem que a sistematicamente se pratica.

Entre as resoluções condenando os crimes da Junta, convém sublinhar a resolução da OIT adoptada em Genebra por maioria absoluta na base do relatório da comissão de inquérito que se deslocara ao Chile a pedido da OIT. A missão era chefiada pelo jurista peruano Luis Bustamante Rivero. O relatório cita detalhadamente factos que atestam a violação grosseira dos acordos internacionais e os atestados contra os direitos e as liberdades sindicais dos trabalhadores.

A resolução da OIT demonstra que a «diplomacia funcional» da Junta não será capaz de atingir os seus fins enquanto o regime militar prosseguir uma política de repressão e destruição das liberdades democráticas.

A Conferência mundial da ONU que se realizou no México, no fim de Junho, princípio de Julho, no âmbito do Ano Internacional da Mulher constatou a mesma coisa. Esta Conferência demonstrou a tal ponto o isolamento da Junta que a representante desta renunciou ao direito de voto, permitindo assim, segundo o princípio do «consensus», a todas as delegações ratificar a resolução condenando a junta militar fascista do Chile.

A TRAIÇÃO DE GEISEL

O governo fascista do Brasil acaba de entregar ao imperialismo o petróleo, destruindo o monopólio da Petrobrás, velha conquista dos trabalhadores. Para evitar manifestações contra esse acto de traição, o general Geisel desencadeia a repressão preventiva

A Imprensa, a Rádio e a televisão do Brasil, controladas pela burguesia, esforçaram-se nos últimos dias por apresentar como uma «decisão histórica» e como a demonstração das grandes vantagens da «ajuda externa» a tomada de posição do governo Geisel no tocante ao petróleo.

Na realidade, a autorização concedida pelo governo fascista do Brasil para que sejam assinados os chamados «contratos de risco» representa uma capitulação diante dos grandes monopólios petrolíferos que há mais de trinta anos vinham pretendendo assumir o controlo do petróleo brasileiro.

Quando a Petrobrás foi criada no tempo de Getúlio Vargas, o imperialismo passou a desenvolver grandes esforços para romper o monopólio estatal do petróleo. A Lei 2.004 que o instituiu tornou-se um alvo permanente para as forças da

reação e uma bandeira de combate para as forças progressistas. «O petróleo é nosso» foi durante anos o slogan mais popular em todo o Brasil. A Lei 2.004 estabelecia o monopólio da «pesquisa, lavra e exploração» dos hidrocarbonetos nacionais para a Petrobrás, empresa cujo maior accionista sempre foi o governo federal. O campo da distribuição foi deixado às empresas particulares e passou a ser dominado pelos dois gigantes monopólios — a Exxon (ex-Standard Oil) e a shell — mas o imperialismo nunca aceitou como definitiva essa situação. Queria tudo.

Depois do golpe fascista de 31 de Março de 1964, Roberto Campos (conhecido no Brasil pela alcunha de «Bob Fields» devido ao seu servilismo perante os Estados Unidos) tornou-se o ministro do Planejamento, com poderes de super-ministro. O imperialismo conseguiu então mais um naco das riquezas naturais brasileiras: o xisto betuminoso, que foi retirada à Petrobrás e entregue à «iniciativa privada» (expressão que a burguesia brasileira escreve e pronuncia com o mesmo respeito reverente do sr. Sá Carneiro ou do prof. Freitas do Amaral).

O último golpe no petróleo chegou agora, no dia 9 de Outubro. Depois de uma visita ao Brasil de Patrick Jenkin, ex-ministro da Energia da Grã-Bretanha e personalidade ligada aos monopólios petrolíferos, o general Geisel compareceu à televisão para anunciar em tom vitorioso que decidira autorizar «os contratos de risco». Milhões de brasileiros mal entenderam ainda o significado dessa traição. A partir de agora as grandes companhias internacionais poderão explorar o sub-solo brasileiro ficando reservado para Petrobrás apenas a prioridade na aquisição do petróleo encontrado pelos trusts estrangeiros. Na realidade não há «risco» algum, mas a certeza de lucros fabu-

los para o imperialismo. No aspecto técnico as empresas monopolistas pouparam milhões, pois vão encontrar um pessoal técnico de alto nível, com a peculiaridade de que os trabalhadores da Petrobrás desenvolveram tecnologia pioneira em muitos sectores.

A ditadura conhece o pormenor o significado da traição que acaba de cometer. Daí a vaga de propaganda, a montanha de mentiras em torno dos famosos «contratos de risco». Lá como cá, a burguesia ajoalha-se face ao imperialismo. Mas Geisel & Cia, para enfrentarem a onda de protestos, tiveram, também de tomar outro tipo de medidas. A ditadura considerou indispensável reprimir preventivamente. A fim de serem evitadas manifestações populares contra a entrega do petróleo, a polícia e o Exército realizaram prisões em massa em todo o país. Aliás, depois do dia 9, todos os órgãos de comunicação social foram proibidos de criticar a medida oficial, de comentá-la ou sequer de abordar o tema. O clima é de revolta entre os estudantes e trabalhadores, particularmente entre os operários e técnicos da Petrobrás. Mas o escândalo é tão grande que o governo não conseguiu esconder que no seu próprio seio houve quem se opusesse à traição. O ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, por exemplo, votou contra no Conselho de Ministros. Nas Forças Armadas, os oficiais patriotas, mesmo cúmplices da política da ditadura manifestam nos quartéis a sua discordância. A assinatura dos «contratos de risco» é um acto de capitulação perante o imperialismo, um motivo de vergonha nacional.

Como era de esperar, o «New York Times» elogia o governo do Brasil. Eum bom aliado. No Rio e em São Paulo, os senhores dos monopólios elogiam os EUA e fazem a apologia da «ajuda externa». Para a burguesia brasileira os EUA são um grande aliado.

SOLIDARIEDADE ACTIVA DA RDA COM AS FORÇAS PROGRESSISTAS

Organizações de moradores de várias cidades e vilas da Alemanha Democrática manifestam o seu total apoio às posições tomadas pelo PCP para resolução da crise

Na República Democrática Alemã, o movimento de solidariedade com a luta antifascista em Portugal, com o combate que a classe operária, os camponeses, as massas trabalhadoras travam contra os reacçãoários e os contra-revolucionários. A solidariedade activa das massas populares da RDA para com os seus irmãos portugueses, numa firme demonstração de internacionalismo proletário, manifesta-se não só pelas tomadas de posição de partidos políticos, organizações sociais, empresas estatais, cooperativas agrícolas, escolas e universidades; também as associações de moradores, nas cidades e vilas, exprimem a sua completa solidariedade para com os patriotas portugueses.

Os habitantes de cidades e vilas da RDA têm tomado posição acerca da situação política do nosso país, apoiando nomeadamente as soluções apresentadas pelo Partido Comunista Português para superação da crise político-militar, nomeadamente no que diz respeito à tomada de mediadas firmes que combatam a reacção e afastam resolutamente o perigo da contra-revolução.

Os habitantes de um bairro de Brandeburgo, reunidos para apreciarem a situação em Portugal, aprovaram uma moção onde afirmam, nomeadamente: «Condenamos decididamente a ingerência que, contrariamente aos princípios do direito internacional, cometem alguns estados imperialistas e grupos monopolistas dos Estados Unidos e da República Federal Alemã nos assuntos internos de Portugal. Exigimos que o povo português possa prosseguir no caminho que ele próprio escolheu. Os que os querem fazer retornar ao fascismo cometem verdadeiros crimes».

Posições semelhantes, de completo apoio e solidariedade aos antifascistas, aos comunistas, aos democratas de Portugal, foram igualmente tomadas por moradores de Bad Langensalza, Goethestrasse, de um bairro em Berlim-Treptow e de uma localidade de Tiefenbrunn. Provas evidentes dos laços de solidariedade que unem os trabalhadores portugueses e da RDA, na construção da sociedade socialista.

LIBERDADE PARA OS PRESOS POLÍTICOS

O terror policial intensifica-se no Brasil. Na última semana o aparelho repressivo da ditadura Geisel prendeu dezenas de estudantes, professores, arquitectos, engenheiros e jornalistas. Em São Paulo, que foi o estado mais atingido, a maior parte dos presos foi encarcerada no DOPS, o conhecido «Departamento de Ordem Política e Social». Alguns, entretanto, foram levados para o sinistro DOI, o monstruoso antro de tortura dirigido por oficiais do Exército que são criminosos profissionais. Entre esses presos figura um jovem estudante português, Miguel Tréfaut Urbano Rodrigues, filho do nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues.

A solidariedade do povo português ao povo irmão do Brasil atingido por esta nova onda de terror policial acentuou-se, como era de esperar. O Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais, na sua última assembleia, aprovou por aclamação o envio de um protesto ao Embaixador do Brasil em Lisboa no qual se salienta que o governo do general Geisel com os seus actos de violência policial conquista apenas a reprovação geral dos homens livres de todo o mundo.

«Os trabalhadores intelectuais do MUTI — acentua-se no documento — não deixam passar em branco mais este atentado da re-

pressão fascista contra a Cultura e a Inteligência. Lamentam eles que nesta hora decisiva em que as massas populares portuguesas e os seus aliados estão prontos a dar luta contra as forças opressoras e exploradoras do capital, a nação irmã de sangue e de língua ofereça ao mundo este terrível exemplo do que é o fascismo enquanto actua.»

Saguidamente, o MUTI pedia ao Embaixador que transmitisse ao seu Governo:

1.º — o protesto dos trabalhadores intelectuais portugueses, hoje reunidos em Assembleia Popular, relativamente às prisões arbitrárias dos seus camaradas atrás aludidos

2.º — o protesto pela prisão de Miguel Rodrigues, cidadão português, vítima (no Brasil) de ser filho do nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues e das maquinações dos pseudo-portugueses que de Portugal têm fugido por esse país

3.º — A repulsa que lhes merece a subsistência no mundo de uma polícia fascista de língua portuguesa, posta ao serviço do grande capital, isto precisamente no tempo em que nascem e crescem tantas outras Nações livres de expressão irmã da nossa.

Senhor Embaixador do Brasil: O «MUTI» exige do governo brasileiro — porque a voz da razão e da liberdade há-de ter eco em todo

o mundo — a imediata libertação dos trabalhadores intelectuais antifascistas detidos em São Paulo.

Pelo secretariado do MUTI assinaram Fernando Luso Soares, Casimiro de Brito, Duarte Vidal e Blasco Hugo Fernandes. Também obse o terror policial no Brasil, a Organização de Lisboa dos Jornalistas do PCP distribuiu o seguinte comunicado: «A prisão do estudante português Miguel Tréfaut Urbano Rodrigues, de 22 anos, pelos aparelhos repressivos da ditadura militar do general Geisel, foi denunciado por três ex-deputados brasileiros como um acto de repressão contra o pai, o jornalista comunista Miguel Urbano Rodrigues, e como uma manifestação de hostilidade à Revolução Portuguesa».

A vida dos que caem em poder do CODI corre perigo. Miguel Tréfaut Urbano Rodrigues foi enviado, juntamente com vários intelectuais presos simultaneamente, para o principal centro de morte e de tortura do Brasil — a DOI.

O secretariado da Organização de Lisboa dos Jornalistas do PCP alerta todas as organizações de juventude e todos os jornalistas antifascistas contra os crimes da ditadura brasileira e exige a imediata libertação de Miguel Tréfaut Urbano Rodrigues, como de todos os presos políticos do Brasil.»